

III

CONGRESSO NACIONAL INTERDISCIPLINAR DE **SAÚDE MENTAL**



A N A I S



CIÊNCIA
QUE **CONECTA**



CONHECIMENTO
QUE **TRANSFORMA**



INTERDISCIPLINARIDADE
QUE **INTEGRA**



CUIDADO
QUE **HUMANIZA**



ANAIS CIENTÍFICOS

Anais do III Congresso Nacional Interdisciplinar de Saúde Mental

Organizadores

Nathalia Dantas Carvalho Costa

João Batista Chaves Silva

Maysa da Hora dos Santos

Dalva Eliane Antunes dos Santos

Lara Naiane Melo da Silva

José Muriel Oliveira Alves

Gabriela Pereira de Oliveira Leite



2026

Copyright © Editora Humanize
Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei 5.988/73 e Lei 9.610/98).

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

Direito de publicação concedido à Editora Humanize

Organização:

Nathalia Dantas Carvalho Costa
João Batista Chaves Silva
Maysa da Hora dos Santos
Dalva Eliane Antunes dos Santos
Lara Naiane Melo da Silva
José Muriel Oliveira Alves
Gabriela Pereira de Oliveira Leite

Editora Responsável

Editora Humanize

Revisão Editorial, Normalização e Catalogação

Equipe Técnica da Editora Humanize

Projeto Gráfico e Diagramação

Editora Humanize

Publicação

Editora Humanize

Avaliadores:

Amilton de Lima Barbosa
Carolina Cassiano
Dalva Eliane Antunes dos Santos
Denis Fernandes da Silva Ribeiro
Francisco Rafael Costa Araújo de Carvalho
Jonathas Rodrigo Nascimento Alves
Karen Cristiane Pereira de Moraes
Maraysa Costa Vieira Cardoso
Maria Juliana Nobre da Silva Batista

Márcia Corrêa Silveira
Najla Gergi Krouchane
Paula Raiane Martins da Silva
Rayssa do Nascimento Sousa
Regina Célia da Silva
Sara Priscilla Silva dos Santos
Tercília Maria Sousa Soares
Tiago Araújo Monteiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (Editora Humanize, BA, Salvador)

C749a
AM58317

III Congresso Nacional Interdisciplinar de Saúde Mental - III CONISME (3.: 2026). Anais do III Congresso Nacional Interdisciplinar de Saúde Mental [livro eletrônico] / organizadores Nathalia Dantas Carvalho Costa; João Batista Chaves Silva; Maysa da Hora dos Santos; Dalva Eliane Antunes dos Santos; Lara Naiane Melo da Silva; José Muriel Oliveira Alves; Gabriela Pereira de Oliveira Leite. - 3. ed. - Salvador, BA : Editora Humanize, 2026. 1 livro digital; p. 80; il.

ISBN: 978-65-5255-212-9

CDD 616.89

DOI: 10.5281/zenodo.22059878

CDU 616.89

1. Saúde mental. 2. Assistência interdisciplinar. 3. Psicologia. 4. Saúde pública. 5. Cuidado integral. I. Título.

1. Saúde mental - CDD: 616.89

2. Saúde mental - CDU: 616.89



SUMÁRIO

CRONOGRAMA OFICIAL	7
MENÇÃO HONROSA	9
COMISSÃO ORGANIZADORA	10
AVALIADORES	11
APRESENTAÇÃO	12

RESUMOS SIMPLES

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO A SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA	13
A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO, DA ESCUTA QUALIFICADA E DO VÍNCULO TERAPÊUTICO NA HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NO SUS.	15
A INTERSETORIALIDADE NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DO CUIDADO INTEGRAL EM SAÚDE MENTAL	17
A NEUROINFLAMAÇÃO E AS ALTERAÇÕES ANATÔMICAS E COGNITIVAS NA DOENÇA DE ALZHEIMER	19
ANESTESIA EM PACIENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL: DESAFIOS PSICOSSOCIAIS	21
APOIO SOCIAL COMO FATOR DE PROTEÇÃO AO SOFRIMENTO PSÍQUICO	23
ATENÇÃO PRIMÁRIA E SAÚDE MENTAL DE CUIDADORES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	25
AUTOESTIMA COMO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM MULHERES NA COMUNIDADE	27
COMUNICAÇÃO ANESTÉSICA E SEUS IMPACTOS NA ANSIEDADE E SEGURANÇA DO PACIENTE	29
CORPOS EM BUSCA DE SENTIDO: TRANSTORNOS ALIMENTARES NA FLUIDEZ DA MODERNIDADE	31
DELIRIUM PÓS-OPERATÓRIO E REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL	33
DESAFIOS ÉTICOS NO MANEJO DE VÍNCULOS AFETIVOS EM URGÊNCIA PSIQUIÁTRICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	35
DEXMEDETOMIDINA E SEUS EFEITOS NA ANSIEDADE E NO DELIRIUM PÓS-OPERATÓRIO	37
ENTRE O CUIDAR E SER CUIDADO: SAÚDE MENTAL DOS CUIDADORES NO ACOMPANHAMENTO LONGITUDINAL DO AUTISMO	39
ESTRATÉGIAS DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL FRENTE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CUIDADO AO PACIENTE ONCOLÓGICO: UMA REVISÃO NARRATIVA	41
FATORES SOCIOECONÔMICOS ASSOCIADOS AO ADOECIMENTO MENTAL NO ENSINO SUPERIOR: REVISÃO INTEGRATIVA	43
HEMORRAGIA PÓS-PARTO COMO EVENTO TRAUMÁTICO: REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL MATERNA E DESAFIOS PARA A ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA	45
HUMANIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA OPERAÇÃO SORRISO	47
HUMANIZAÇÃO NA ANESTESIA OBSTÉTRICA E SAÚDE MENTAL MATERNA	49
IMPACTO DA ANSIEDADE PRÉ-OPERATÓRIA NO MANEJO ANESTÉSICO	51
IMPACTO DA SAÚDE EM IDOSOS CUIDADORES DE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	53
LIMITES DA FORMAÇÃO DOCENTE: OS IMPACTOS NA COMPREENSÃO DAS DIFERENÇAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	55
M-LEARNING COMO DISPOSITIVO PARA A PROMOÇÃO DA PARENTALIDADE RESPEITOSA E DA SAÚDE MENTAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA	57
NEUROCIÊNCIA E APRENDIZAGEM	59



NEUROCIÊNCIA E NEUROPLASTICIDADE CEREBRAL: CONTRIBUIÇÕES PARA APRENDIZAGEM DE ALUNOS NEUROATÍPICOS COM TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM	61
NEURODESENVOLVIMENTO INFANTIL: EVIDÊNCIAS, FATORES AMBIENTAIS ASSOCIADOS AO AUTISMO	63
O AFIRMASUS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE DISCENTES DE AÇÕES AFIRMATIVAS	65
O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NA EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO EM SAÚDE MENTAL	67
O PAPEL DA REDE DE APOIO AOS CUIDADORES DE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	69
O SOFRIMENTO PSÍQUICO COMO EXPRESSÃO DAS INIQUIDADES SOCIAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA	71
O USO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA	73
PROJETO DE ENSINO EM PROMOÇÃO DA PARENTALIDADE POSITIVA E SAÚDE MENTAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA PROPOSTA BASEADA EM M-LEARNING	75
PROMOÇÃO DA PARENTALIDADE RESPEITOSA E SAÚDE MENTAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	77
RACISMO ESTRUTURAL COMO DETERMINANTE SOCIAL DA SAÚDE MENTAL	79
REFLEXÕES TEÓRICAS PARA O CAMPO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO NO TEMA DA SAÚDE MENTAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA E PARENTALIDADE	81
REFORMA PSIQUIÁTRICA E MUDANÇA SOCIAL: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE O MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL BRASILEIRO	83
SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOB A PERSPECTIVA DA EQUIDADE	85
SAÚDE MENTAL E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA NO PERÍODO PÓS-TRATAMENTO ONCOLÓGICO: IMPLICAÇÕES PARA A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM	87
SÍNDROME DE BURNOUT E SAÚDE MENTAL DE ENFERMEIROS: UMA ANÁLISE ENTRE 2020 E 2025	89
SOBRECARGA PSICOLÓGICA EM CUIDADORES DE CRIANÇAS COM AUTISMO	91
SOFRIMENTO PSÍQUICO DO ACOMPANHANTE EM URGÊNCIA PSIQUIÁTRICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	93
TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NA ENFERMAGEM NOTIFICADOS NO BRASIL ENTRE 2006 E 2025	95
TRIAGEM PSICOLÓGICA E FORMAÇÃO ACADÊMICA: INTERLOCUÇÕES NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL	97
USO DE DROGAS PSICOATIVAS E A SAÚDE MENTAL DE ENFERMEIROS: UMA ANÁLISE ENTRE 2020 E 2025	99
VIVÊNCIA EM PSICOLOGIA ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO PSICOMOTORA COM CRIANÇAS	101
VULNERABILIDADE SOCIAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA: REVISÃO DE LITERATURA	103

RESUMOS EXPANDIDOS

A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A NEUROAPRENDIZAGEM EM APRENDIZES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	105
A IMPORTÂNCIA DA ROTINA ALIMENTAR E DO SONO NA PREVENÇÃO DE TRANSTORNOS DE HUMOR NA PRIMEIRA INFÂNCIA (0 A 6 ANOS)	109
A INFLUÊNCIA NEGATIVA DA COMPARAÇÃO SOCIAL ONLINE SOBRE A SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DE MEDICINA	112
A PSICOMOTRICIDADE COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)	116
DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL: A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA A EFETIVAÇÃO DO CUIDADO INTEGRAL	119



DISFUNÇÃO DE PROCESSAMENTO SENSORIAL E SELETIVIDADE ALIMENTAR: INTERVENÇÕES DE TO PARA REDUÇÃO DA ANSIEDADE NAS REFEIÇÕES	122
IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS ENFERMEIROS ATUANTES NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA NO BRASIL (2019–2022)	125
NECROPOLÍTICA E SOFRIMENTO INDÍGENA: O SUICÍDIO COMO EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA COLONIAL	130

CRONOGRAMA OFICIAL



DIA 1 - 21 DE JANEIRO DE 2026

08h00	ABERTURA OFICIAL DO III CONISME - 1º DIA <i>Abertura</i>
08h10	Carlos Eduardo Rodrigues Toledo, Pedro Victor Moraes Batista, Rebecca Nascimento da Silveira Gomes, Regina Célia da Silva Tema: Desafios Contemporâneos no Cuidado em Saúde Mental: Tecnologias, Sociedade e Humanização <i>Mesa-redonda</i>
10h10	Carlos Eduardo Rodrigues Toledo Tema: A clínica que se constrói em rede: interdisciplinaridade, escuta e cuidado em saúde mental no SUS <i>Palestra</i>
11h10	1º INTERVALO - 1º DIA <i>Intervalo</i>
14h00	Márcia Ilene Corrêa Silveira Tema: Quando o Nome Chega Tarde: TEA Feminino Tardio e Saúde Mental <i>Palestra</i>
15h00	Aline dos Santos Moraes Misirli Tema: Ansiedade e desregulação emocional: Contribuição da Homeopatia para a Saúde Mental <i>Palestra</i>
16h00	Glaucia Melo Wernik Tema: Depressão e Ansiedade: o que a ciência já sabe - e ainda ignoramos - sobre o papel da nutrição <i>Palestra</i>
17h00	2º INTERVALO - 1º DIA <i>Intervalo</i>
18h00	Kaio Augusto Silva De Oliveira Tema: Os Impactos da Pandemia de Covid-19 na Saúde Mental <i>Minicurso</i>
19h00	Regina Célia da Silva Tema: Saúde mental não começa no cérebro: Inflamação, intestino e biotecnologia como chaves para o cuidado integral da mente <i>Minicurso</i>

DIA 2 - 22 DE JANEIRO DE 2026

09h00	ABERTURA - 2º DIA <i>Abertura</i>
09h10	Rebecca Nascimento da Silveira Gomes Tema: Da Psiquiatria Convencional à Medicina de Precisão: Inovações Bioquímicas e Bioinformáticas para Tratamentos Personalizados de Transtornos Mentais <i>Palestra</i>
10h10	Anna Beatrys de Nazareth Avellar Tema: A Menopausa e a Saúde Mental Feminina <i>Palestra</i>
11h10	1º INTERVALO - 2º DIA <i>Intervalo</i>
14h00	Jennifer Ferreira Dobruski Tema: Pais tóxicos: como reconhecer e como lidar <i>Palestra</i>
15h00	Carolina Cassiano Tema: Trabalho, território e clima: implicações das mudanças climáticas para a saúde mental do trabalhador na Atenção Primária à Saúde <i>Palestra</i>



16h00	Edineusa da Costa Freitas Tema: A escola como território de cuidado: inclusão e saúde mental n <i>Palestra</i>
17h00	2° INTERVALO - 2° DIA <i>Intervalo</i>
18h00	Anaiana Aguiar Azevedo Tema: Redes que Cuidam: A Psicologia no Fortalecimento do Cuidado em Saúde Mental <i>Minicurso</i>
19h00	Pedro Victor Moraes Batista Tema: O papel do cirurgião-dentista na atenção à saúde mental <i>Minicurso</i>

DIA 3 - 23 DE JANEIRO DE 2026

09h00	ABERTURA - 3° DIA <i>Abertura</i>
09h10	Fernanda Laleska da Silva Fernandes Tema: Saúde mental infantil e neurodiversidade: o olhar do Acompanhante Terapêutico <i>Palestra</i>
11h10	1° INTERVALO - 3° DIA <i>Intervalo</i>
14h00	Emmily de Souza Palheta Tema: Quando o sofrimento não encontra lugar: o que adocece em cada fase da vida? <i>Palestra</i>
15h00	Luana Kelly Lima Santana Tema: Integração entre saúde mental e educação: da prevenção ao cuidado humanizado <i>Palestra</i>
16h00	Francislina de Albuquerque Prestes Tema: Atenção à saúde mental do homem em contextos atuais <i>Palestra</i>
17h00	2° INTERVALO - ÚLTIMO DIA <i>Intervalo</i>
18h00	Taiane Silva da Costa Tema: Infância hiperconectada: o que o excesso de telas está fazendo com o cérebro, o comportamento e a saúde mental das crianças? <i>Minicurso</i>
19h00	Najla Gergi Krouchane Tema: Entre tristeza e mortificação: a dor de existir na depressão e na melancolia <i>Palestra</i>
20h00	ENCERRAMENTO DO III CONISME <i>Encerramento</i>

DIA 4 - 24 DE JANEIRO DE 2026

08h00	APRESENTAÇÕES DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS <i>Apresentação de Trabalhos</i>
-------	--

MENÇÃO HONROSA



RESUMOS EXPANDIDOS

1º LUGAR

DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL: A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA A EFETIVAÇÃO DO CUIDADO INTEGRAL

Apresentador(a):

Mateus de Sousa Costa

2º LUGAR

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS ENFERMEIROS ATUANTES NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA DO BRASIL (2019-2022)

Apresentador(a):

Rebeca Maia Horsford

3º LUGAR

NECROPOLÍTICA E SOFRIMENTO INDÍGENA: O SUICÍDIO COMO EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA COLONIAL

Apresentador(a):

Débora Aparecida da Silva

RESUMOS SIMPLES

1º LUGAR

ENTRE O CUIDAR E SER CUIDADO: SAÚDE MENTAL DOS CUIDADORES NO ACOMPANHAMENTO LONGITUDINAL DO AUTISMO

Apresentador(a):

João Pedro do Valle Varela

2º LUGAR

VIVÊNCIA EM PSICOLOGIA ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO PSICOMOTORA COM CRIANÇAS

Apresentador(a):

Letícia Vênus melo de Souza

3º LUGAR

A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO, DA ESCUTA QUALIFICADA E DO VÍNCULO TERAPÊUTICO NA HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NO SUS

Apresentador(a):

Ana Smylla Gonzaga Santana

COMISSÃO ORGANIZADORA



COORDENAÇÃO GERAL

Nathalia Dantas Carvalho Costa
Coordenadora Geral

COMISSÃO CIENTÍFICA

João Batista Chaves Silva
Coordenador Científico

Flávia Lima de Carvalho
Científico

Maria Eduarda Couto Reis de Paula
Científico

Leticia Caroline Vieira Moraes
Científico

PATROCÍNIO E FINANCIAMENTO

Maysa da Hora dos Santos
Coordenador de Patrocínio e Financiamento

Miriam Flávia Moura de Souza
Patrocínio

ENSINO

Dalva Eliane Antunes dos Santos
Coordenador Ensino

Camila de Cintra Reis
Ensino

Eulília Oliveira Machado
Ensino

Isabel Cristina Silva da Rocha
Ensino

MARKETING E COMUNICAÇÃO

Lara Naiane Melo da Silva
Coordenador de Marketing e Comunicação

Mateus de Souza Costa
Marketing e Comunicação

Aline Cristina Corozzolla
Marketing e Comunicação

Grasiely Golfetto
Marketing e Comunicação

Fernanda Dill
Marketing e Comunicação

PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA

José Muriel Oliveira Alves
Coordenador de Programação e Logística

Marcos Vinicius dos Santos Nascimento
Programação

Naiara Cristina de Souza Garajau
Programação

Danilo de Amorim Simões
Programação

INSCRIÇÕES E PARTICIPANTES

Gabriela Pereira de Oliveira Leite
Coordenador de Inscrições e Participantes

Alan José da Silva
Atendimento ao Cliente

Maria Mileny Alves de Lima
Atendimento ao Cliente

AVALIADORES



- Amilton de Lima Barbosa
- Carolina Cassiano
- Dalva Eliane Antunes dos Santos
- Denis Fernandes da Silva Ribeiro
- Francisco Rafael Costa Araújo de Carvalho
- Jonathas Rodrigo Nascimento Alves
- Karen Cristiane Pereira de Moraes
- Maraysa Costa Vieira Cardoso
- Maria Juliana Nobre da Silva Batista
- Márcia Corrêa Silveira
- Najla Gergi Krouchane
- Paula Raiane Martins da Silva
- Rayssa do Nascimento Sousa
- Regina Célia da Silva
- Sara Priscilla Silva dos Santos
- Tercília Maria Sousa Soares
- Tiago Araújo Monteiro



APRESENTAÇÃO

É com satisfação que a Editora Humanize apresenta os Anais do III Congresso Nacional Interdisciplinar de Saúde Mental - III CONISME, realizado de 21 a 24 de janeiro de 2026. A terceira edição do congresso consolidou um espaço de diálogo científico e interdisciplinar voltado à compreensão dos múltiplos fatores que atravessam o cuidado em saúde mental, reunindo estudantes, profissionais, pesquisadores e docentes de diferentes áreas do conhecimento.

A programação do III CONISME contemplou discussões sobre clínica em rede, interdisciplinaridade, saúde mental no Sistema Único de Saúde, neurodiversidade, saúde mental da mulher e do homem, educação, trabalho, mudanças climáticas, práticas integrativas, nutrição, tecnologias, cuidado na infância e outras temáticas contemporâneas. A diversidade das atividades reforçou a importância de abordagens que integrem ciência, humanização e atuação multiprofissional diante das necessidades individuais e coletivas em saúde mental.

Os trabalhos científicos reunidos nesta publicação expressam essa pluralidade de perspectivas. Resumos simples e expandidos abordam questões relacionadas aos determinantes sociais do sofrimento psíquico, educação e neuroaprendizagem, redes de apoio, saúde mental de profissionais e estudantes, transtorno do espectro autista, direitos humanos, vulnerabilidades sociais, saúde materna, cuidado interdisciplinar e inovação. Ao registrar essas produções, os Anais ampliam a circulação do conhecimento e reconhecem o papel da pesquisa na qualificação das práticas de cuidado.

A Editora Humanize reafirma, por meio desta obra, seu compromisso com a divulgação científica, a formação continuada e a valorização de conhecimentos capazes de contribuir para uma assistência ética, integral, interdisciplinar e humanizada. Esperamos que os estudos aqui publicados estimulem novas investigações, fortaleçam práticas profissionais baseadas em evidências e favoreçam a construção de redes de cuidado cada vez mais sensíveis às diferentes experiências humanas em saúde mental.



A ESCOLA COMO ESPAÇO DE PROMOÇÃO A SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ana Smylla Gonzaga Santana

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Cuité-PB

Catharina Carvalho Santana

Graduanda em Medicina pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, Ribeirão Preto, SP

Rafaela Lira Nunes Querino

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Estácio de Brasília - ESTÁCIO
BRASÍLIA, Brasília DF

Rebecca Maia Horsford

Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Ananindeua PA

Nathalia Dantas Carvalho Costa

Residente em Atenção à Saúde Mental pela Universidade do Estado do Pará - UEPA,
Tucuruí-PA

INTRODUÇÃO: A juventude é uma fase desafiadora, devido às grandes mudanças no indivíduo em todos os âmbitos, inclusive sociais, desta forma os deixando mais vulneráveis socialmente. A Organização Mundial de Saúde (OMS) indica o suicídio como uma das maiores causas de morte nessa faixa etária. Sendo assim, o ambiente escolar é um grande aliado na prevenção e na promoção da saúde mental entre os adolescentes, devido sua atuação como rede de apoio. Mas por outro lado, é um local repleto de violência entre os jovens, sendo assim tratar a saúde mental com os alunos não é apenas uma escolha pedagógica, mas uma necessidade de saúde pública. Sendo assim, tem-se a seguinte questão norteadora para essa pesquisa: Como o ambiente escolar pode implementar estratégias para a promoção à saúde mental dos estudantes? **OBJETIVO:** Analisar o papel do ambiente escolar na implementação de estratégias pedagógicas que promovam o bem-estar emocional dos estudantes. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada por meio da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), nas bases de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). A busca se deu através da utilização dos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) "Promoção da saúde", "Saúde mental" e "Estudantes", com o auxílio do operador booleano AND. Como critérios de inclusão foram considerados estudos com texto completo, publicado no período de 2021 a 2026, nos idiomas português, inglês e espanhol, e que tivessem o acesso gratuito. Para os critérios de exclusão foram: artigos que não responderam ao objetivo do estudo e artigos duplicados. Após a aplicação dos filtros da pesquisa, foram encontrados 216 artigos, e ao final da revisão dos resultados foi realizada a leitura e selecionados 07 artigos para a realização do estudo. **RESULTADOS:** Os achados apresentados demonstram efeitos positivos das intervenções em saúde mental no ambiente escolar, com redução dos níveis de estresse, ansiedade, sintomas depressivos e alterações do sono após a prática da Kundalini Yoga, em



consonância com a literatura científica. As atividades favoreceram a tranquilidade, o equilíbrio emocional e a interação social, fortalecendo vínculos interpessoais e o sentimento de pertencimento entre as crianças. Estratégias lúdicas mostraram-se eficazes na identificação, expressão e regulação das emoções, contribuindo para o desenvolvimento emocional e sócio afetivo. Observou-se ainda melhora na concentração, no desempenho escolar e em aspectos físicos e fisiológicos, evidenciando benefícios integrados. A abordagem interprofissional reforçou a integralidade do cuidado e destacou o potencial das ações articuladas entre os setores da saúde e da educação como estratégias efetivas de promoção e prevenção da saúde mental no contexto escolar. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o ambiente escolar é essencial para a promoção da saúde mental e a prevenção de sofrimentos psíquicos. As intervenções relatadas na literatura demonstraram benefícios no bem-estar emocional e no desenvolvimento socioemocional dos estudantes, reforçando a importância de ações integradas entre saúde e educação no contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Promoção à saúde; Saúde mental; Ambiente escolar.

A IMPORTÂNCIA DO ACOLHIMENTO, DA ESCUTA QUALIFICADA E DO VÍNCULO TERAPÊUTICO NA HUMANIZAÇÃO DO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NO SUS.

Ana Smylla Gonzaga Santana

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Cuité PB),

Bianca Cristina Silva

Graduanda em enfermagem pela Universidade Estadual do Estado de Minas Gerais – UEMG, Passos, MG

Ronaldy Sá de Lima

Graduando em Medicina e Saúde pela Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim, ES

Lhayslla Gabriela Lima de Sá

Graduada em Psicologia pela Faculdade Multivix, Nova Venécia, ES

INTRODUÇÃO: O acolhimento é uma ferramenta essencial no SUS, eficaz na construção de um cuidado integral, por meio da escuta qualificada e humanizada, que busca compreender o sofrimento psíquico do usuário. Ele fortalece o vínculo terapêutico, consolida a relação entre profissionais e usuários e contribui de forma significativa para a integralidade, resolutividade e qualidade do cuidado em saúde mental. **OBJETIVO:** Analisar a importância do acolhimento, da escuta qualificada e do vínculo terapêutico para a humanização do cuidado em saúde mental no SUS, destacando como essas práticas contribuem para a integralidade, resolutividade e bem-estar dos usuários. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão da literatura realizada nas bases de dados disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde, incluindo SciELO, LILACS e PubMed. Foram utilizados os descritores: “Acolhimento”, “Escuta qualificada” e “Saúde Mental”, combinados entre si por meio dos operadores booleanos AND e OR para refinar os resultados. Foram incluídos artigos publicados em português e inglês, disponíveis na íntegra, no período de 2020 a 2025, que abordassem a escuta qualificada como vínculo terapêutico no contexto do atendimento humanizado no SUS. Os critérios de exclusão foram: estudos duplicados, artigos fora do período definido e trabalhos que não tratassem da importância do acolhimento e da escuta qualificada no SUS. Inicialmente, foram encontrados 596 artigos; após análise de títulos e resumos, 14 foram selecionados para leitura completa, sendo 5 incluídos nesta revisão. **RESULTADOS:** No contexto do SUS, a alta demanda de usuários pode levar os profissionais a negligenciar o acolhimento e a escuta qualificada, comprometendo a eficácia do cuidado e fragilizando vínculos terapêuticos. Equipes que aplicam escuta ativa conseguem identificar precocemente transtornos como ansiedade e depressão, aprimorando o encaminhamento e o acompanhamento contínuo. A utilização de atendimentos domiciliares e grupos de apoio demonstrou reduzir a evasão e o abandono terapêutico em populações vulneráveis. A falta de gestão adequada e capacitação profissional intensifica práticas biomédicas excludentes, agravando desigualdades em saúde mental. Sem incentivo e reconhecimento institucional, os



profissionais podem involuntariamente prejudicar os usuários. Dessa forma, a promoção do acolhimento, da escuta qualificada e do vínculo terapêutico é essencial para garantir cuidado integral, resolutivo e centrado nas necessidades dos usuários do SUS, reafirmando o princípio ético-político do cuidado. **CONCLUSÃO:** O acolhimento, a escuta qualificada e o vínculo terapêutico são pilares essenciais para a humanização do cuidado em saúde mental no SUS, garantindo atenção integral, empática e centrada no usuário.

A sobrecarga, baixa remuneração e falta de capacitação comprometem a qualidade do cuidado e fragilizam projetos terapêuticos, podendo agravar o sofrimento psíquico. Promover a formação contínua e valorizar práticas humanizadas fortalece competências, estimula reflexão ética e amplia a capacidade de resolução das equipes. Incentivos institucionais e políticas de reconhecimento tornam o cuidado mais inclusivo, eficiente e centrado nas necessidades da população. Investir na valorização profissional e no acolhimento reduz desigualdades, fortalece a autonomia do usuário e promove integração entre os níveis de atenção. Assim, a humanização deixa de ser apenas um princípio ético e se transforma em prática efetiva, garantindo serviços resolutivos e de qualidade

.

PALAVRAS-CHAVE: Acolhimento; Humanização; Saúde Mental.

A INTERSETORIALIDADE NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E DO CUIDADO INTEGRAL EM SAÚDE MENTAL

Mateus de Souza Costa

Enfermeiro. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié

Jair Magalhães da Silva

Doutor em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva/Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA).

INTRODUÇÃO: A saúde mental é reconhecida como um direito humano fundamental, diretamente relacionada ao direito à saúde, à dignidade e à cidadania. No Brasil, esse entendimento é reafirmado pela Constituição Federal de 1988 e pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), que orientam as políticas públicas pela universalidade, integralidade e equidade. A Política Nacional de Saúde Mental, fundamentada na Reforma Psiquiátrica, propõe a superação do modelo manicomial e a construção de práticas de cuidado territorializadas, inclusivas e centradas nos sujeitos. Considerando que o sofrimento psíquico está fortemente associado aos determinantes sociais da saúde, torna-se necessária a adoção de estratégias que ultrapassem o setor saúde, destacando-se a intersectorialidade como elemento central para a efetivação do cuidado integral. **OBJETIVO:** Descrever a importância da intersectorialidade como estratégia para a garantia dos direitos humanos e para a efetivação do cuidado integral em saúde mental. Método ou **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada com base na estratégia PICO, considerando como população pessoas em sofrimento psíquico, como fenômeno de interesse a efetivação do cuidado integral e a promoção dos direitos humanos, e como contexto a saúde mental no âmbito do SUS. As buscas foram realizadas entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026 na Biblioteca Virtual de Saúde, utilizando os descritores “Direitos humanos”, “Saúde Mental” e “Colaboração intersectorial”. Foram incluídos artigos publicados entre 2021 e 2026, nos idiomas português, inglês e espanhol, disponíveis na íntegra, resultando na seleção de oito estudos para análise. **RESULTADOS:** Os estudos analisados evidenciaram que a intersectorialidade é essencial para a efetivação do cuidado integral em saúde mental, especialmente diante das múltiplas vulnerabilidades que atravessam os sujeitos em sofrimento psíquico. A articulação entre saúde, assistência social, educação, justiça, habitação e trabalho mostrou-se fundamental para o enfrentamento das violações de direitos e para a promoção da inclusão social. No SUS, a integração entre a Atenção Primária à Saúde e a Rede de Atenção Psicossocial favorece práticas de cuidado mais humanizadas, territorializadas e centradas nas necessidades dos usuários. Estratégias como projetos terapêuticos singulares, apoio matricial e ações comunitárias fortalecem o vínculo, ampliam o acesso aos serviços e promovem autonomia. Contudo, persistem desafios relacionados à fragmentação das políticas públicas e à fragilidade das articulações intersectoriais. **CONCLUSÃO:** Evidenciou-se que a intersectorialidade constitui uma estratégia indispensável para a efetivação do cuidado integral em



saúde mental e para a garantia dos direitos humanos. O fortalecimento das políticas públicas intersetoriais e da Rede de Atenção Psicossocial é fundamental para a consolidação de um modelo de cuidado comprometido com os princípios do SUS, a cidadania e a dignidade humana.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos; Saúde Mental; Colaboração intersetorial.

A NEUROINFLAMAÇÃO E AS ALTERAÇÕES ANATÔMICAS E COGNITIVAS NA DOENÇA DE ALZHEIMER

Catharina Carvalho Santana

Graduanda em Medicina pela Universidade de Ribeirão Preto – UNAERP, Ribeirão Preto SP

INTRODUÇÃO: A doença de Alzheimer (DA) é a demência mais prevalente, caracterizada por neurodegeneração progressiva associada ao acúmulo de placas beta-amiloides e emaranhados neurofibrilares. Sua etiologia é multifatorial, com o envelhecimento como principal fator de risco. Além do declínio cognitivo, a DA implica repercussões relevantes em saúde mental, incluindo alterações comportamentais, comprometimento funcional e impacto emocional sobre indivíduos e cuidadores. Evidências recentes indicam que a neuroinflamação exerce papel central na patogênese da DA, contribuindo para alterações anatômicas cerebrais progressivas, sobretudo no lobo temporal medial. O presente estudo revisa a literatura acerca dos mecanismos neuroinflamatórios e suas repercussões anatômicas, cognitivas e em saúde mental na DA.

OBJETIVO: Revisar a literatura sobre o papel da neuroinflamação na doença de Alzheimer, destacando suas repercussões anatômicas, cognitivas e em saúde mental. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada a partir de busca na base PubMed, entre 2022 e 2024, utilizando os descritores em inglês “Alzheimer’s disease”, “neuroinflammation”, “microglia” e “cognition”. Foram incluídos artigos originais e revisões que abordassem mecanismos neuroinflamatórios e suas repercussões clínicas e anatômicas. Excluíram-se publicações anteriores ao período delimitado, estudos com enfoque exclusivamente terapêutico ou sem relação direta com o tema central. A seleção foi intencional, priorizando estudos recentes e conceitualmente relevantes, resultando na escolha de cinco artigos que contribuíram significativamente para a discussão proposta. A síntese produzida possui caráter interpretativo, próprio de revisões narrativas. **RESULTADOS:** Os estudos analisados corroboram que a DA constitui a principal causa de demência, resultando em elevada morbidade e declínio cognitivo progressivo. A neuroinflamação crônica emerge como componente central da fisiopatologia, mediada principalmente pela ativação de microglia e astrócitos. Fatores sistêmicos, como disbiose intestinal, e fatores genéticos relacionados à resposta imune modulam o risco e a progressão da doença. Bioquimicamente, a deposição de beta-amiloide e a formação de emaranhados de tau hiperfosforilada induzem ativação glial, liberação de citocinas pró-inflamatórias, estresse oxidativo e morte neuronal, perpetuando um ciclo inflamatório. As repercussões anatômicas incluem atrofia do hipocampo e do córtex cerebral, com prejuízo de conectividade sináptica. Consequentemente, observam-se déficits cognitivos e alterações comportamentais que impactam a saúde mental, o funcionamento social e a autonomia dos indivíduos, conforme descrito nos estudos revisados. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a DA envolve neurodegeneração progressiva associada à neuroinflamação crônica, acúmulo de beta-amiloide e disfunção sináptica, culminando em declínio cognitivo e alterações



comportamentais com impacto relevante em saúde mental. Apesar dos avanços no entendimento fisiopatológico, persistem lacunas quanto aos mecanismos iniciais da resposta inflamatória, reforçando a necessidade de investigações adicionais. Do ponto de vista clínico e psicossanitário, a compreensão da neuroinflamação pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias preventivas, intervenções precoces e abordagens multidisciplinares no manejo da DA.

PALAVRAS-CHAVE: Neuroinflamação; Doença de Alzheimer; Alterações.

ANESTESIA EM PACIENTES EM VULNERABILIDADE SOCIAL: DESAFIOS PSICOSSOCIAIS

Danilo de Amorim Simões

Graduando em medicina pela universidade Santo Amaro Unisa, São Paulo.

Gabriela de Oliveira Morais

Graduanda em Medicina pela universidade Humanitas, São José dos Campos.

Sabrina De Oliveira Morais

Graduada em Psicologia pela universidade paulista, Unip, São José dos campos.

Introdução A vulnerabilidade social constitui um importante determinante dos processos de saúde e doença, influenciando diretamente o acesso aos serviços de saúde, a compreensão das informações médicas e a adesão aos cuidados propostos. No contexto anestésico-cirúrgico, pacientes em situação de vulnerabilidade social caracterizada por baixa renda, escolaridade limitada, insegurança alimentar, exclusão social e dificuldades de acesso ao sistema de saúde apresentam desafios adicionais que extrapolam os aspectos puramente clínicos. Esses indivíduos frequentemente vivenciam maiores níveis de ansiedade, medo, desconfiança institucional e estresse psicológico, fatores que podem interferir na comunicação com a equipe, na avaliação pré-anestésica e na resposta ao ato anestésico. Além disso, barreiras psicossociais podem comprometer o entendimento do procedimento, o consentimento informado e a continuidade do cuidado no pós-operatório, impactando negativamente a segurança e os desfechos clínicos. Dessa forma, a anestesia em pacientes em vulnerabilidade social demanda uma abordagem ampliada, sensível aos determinantes sociais da saúde e às necessidades psicossociais, visando promover cuidado mais equitativo, seguro e humanizado. **OBJETIVO:** Analisar os desafios psicossociais envolvidos na anestesia de pacientes em situação de vulnerabilidade social. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de caráter narrativo, fundamentado na análise da literatura científica acerca da anestesia em pacientes em situação de vulnerabilidade social e de seus desafios psicossociais no contexto perioperatório. A busca bibliográfica foi realizada nas bases PubMed/MEDLINE, SciELO e LILACS, contemplando publicações no período de 2014 a 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram utilizados como termos de busca, isolados e combinados por operadores booleanos: vulnerabilidade social, determinantes sociais da saúde, anestesia, perioperatório, acesso aos serviços de saúde e segurança do paciente. A seleção dos estudos ocorreu de forma não sistemática, orientada pela relevância temática, consistência metodológica e aplicabilidade clínica, sem pretensão de exaustividade. Como critérios de inclusão, consideraram-se estudos originais envolvendo pacientes adultos submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos ou de urgência em contextos de vulnerabilidade social, que abordassem aspectos psicossociais, barreiras de acesso ao cuidado anestésico, comunicação em saúde e repercussões sobre segurança perioperatória e desfechos clínicos. Relatos de caso, estudos com população pediátrica, revisões narrativas sem critérios metodológicos definidos e



publicações incompletas foram utilizados apenas como suporte teórico complementar. A síntese dos achados foi realizada de forma descritiva e interpretativa. **RESULTADOS:** Os resultados evidenciam que pacientes em situação de vulnerabilidade social apresentam maiores níveis de ansiedade, medo e insegurança no período pré-operatório, frequentemente associados à desinformação, experiências prévias negativas com o sistema de saúde e dificuldades de comunicação com a equipe anestésica. Observou-se maior resistência ao procedimento anestésico, menor compreensão das orientações pré e pós-operatórias e maior dificuldade na adesão ao seguimento após a alta hospitalar. Esses pacientes também apresentaram maior instabilidade emocional e fisiológica durante a indução anestésica, além de maior necessidade de intervenções farmacológicas para controle do estresse. Adicionalmente, barreiras sociais estiveram associadas a atrasos no diagnóstico, cirurgias realizadas em caráter de urgência e maior risco de complicações pós-operatórias, evidenciando que os fatores psicossociais influenciam de forma direta a segurança, a qualidade do cuidado anestésico e os desfechos clínicos. Considerações Finais A anestesia em pacientes em vulnerabilidade social envolve desafios psicossociais relevantes que impactam a comunicação, a segurança e os desfechos perioperatórios. O reconhecimento dos determinantes sociais da saúde e a adoção de estratégias de cuidado humanizado, comunicação acessível e abordagem multiprofissional são fundamentais para reduzir desigualdades, promover equidade e garantir assistência anestésica mais segura e eficaz a essa população.

PALAVRAS-CHAVE: Vulnerabilidade social; Anestesia; Determinantes sociais da saúde.

APOIO SOCIAL COMO FATOR DE PROTEÇÃO AO SOFRIMENTO PSÍQUICO

O impacto das redes de apoio no cuidado contínuo de saúde mental

Ronal dy Sá de Lima

Graduando em Medicina pela Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim, ES

Enza Destefani Modolo

Graduando em Medicina pela Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim, ES

Lhayslla Gabriela Lima de Sá

Graduada em Psicologia pela Faculdade Multivix, Nova Venécia, ES

INTRODUÇÃO: O apoio social é reconhecido como um importante fator de proteção ao sofrimento psíquico, uma vez que contribui para a redução do impacto de situações estressoras e favorece o bem-estar emocional. O conceito de “percepção do apoio social” compreende a disponibilidade de assistência no cotidiano dos indivíduos, sendo influenciado por dimensões sociais, socioeconômicas e psicológicas, o que repercute diretamente nos níveis de qualidade de vida. Observa-se que esse apoio se apresenta de forma escassa em populações marginalizadas, nas quais, em muitas situações, há ausência de um corpo familiar estruturado e de políticas públicas eficazes. Nesse contexto, evidenciam-se as influências externas na construção de parâmetros positivos ou negativos no manejo e no tratamento do sofrimento psíquico.

OBJETIVO: Analisar o papel do apoio social como fator de proteção ao sofrimento psíquico, a partir da literatura científica em saúde mental. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, realizada a partir dos descritores “Apoio social” e “Angústia psicológica”, utilizados de forma combinada. A busca foi conduzida na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), contemplando publicações dos últimos dez anos. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, que abordassem diretamente a relação entre apoio social e sofrimento psíquico. Excluíram-se estudos duplicados, produções que não dialogavam com o objetivo proposto e textos de caráter exclusivamente opinativo. A busca resultou em 84 publicações, das quais 3 foram selecionadas para compor a amostra final. A análise dos estudos ocorreu por meio de leitura crítica e análise temática, permitindo uma avaliação detalhada das informações. **RESULTADOS:** Os achados da revisão de literatura indicam que indivíduos com redes de apoio social mais consistentes apresentam menores níveis de ansiedade, depressão e sofrimento mental. Em contrapartida, a fragilidade dessas redes associa-se a maior vulnerabilidade psicológica e ao aumento do risco de adoecimento psíquico, evidenciando o apoio social como elemento central na promoção da saúde mental. Fatores como isolamento e integração social mostram-se relevantes no contexto do cuidado psiquiátrico, uma vez que podem potencializar ou minimizar a qualidade de vida individual, atuando de forma direta sobre os domínios físicos, ambientais e psicológicos. Assim, destaca-se o papel da Atenção Primária à Saúde na constituição e no fortalecimento de redes de apoio para indivíduos em situação de vulnerabilidade e desamparo familiar, podendo impactar positivamente os indicadores de qualidade de vida por meio de uma assistência social contínua e efetiva.



CONSIDERAÇÕES FINAIS: A integração do cuidado a partir de redes de apoio configura-se como elemento essencial para a inclusão social e a humanização da assistência em saúde mental. A superação de desafios relacionados ao capacitismo e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários podem contribuir para a redução do sofrimento psíquico e para a melhora do prognóstico clínico. Dessa forma, torna-se fundamental a efetivação de estratégias voltadas à promoção da saúde mental, como a ampliação da Estratégia Saúde da Família (ESF) em territórios periféricos, possibilitando maior conexão social e suporte aos indivíduos, em consonância com os princípios da Reforma Psiquiátrica Brasileira e a consolidação de um cuidado integral e humanizado.

PALAVRAS-CHAVE: Angústia Psicológica; Saúde Mental; Apoio Social.

ATENÇÃO PRIMÁRIA E SAÚDE MENTAL DE CUIDADORES DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

João Pedro do Valle Varela

Graduando em medicina pelo Centro Universitário UniFAMESC e Bolsista da Iniciação Científica PIC/FAMESC/2025, Bom Jesus do Itabapoana RJ

Bianca Magnelli Mangiavacchi

Docente e Orientadora da Iniciação Científica PIC/FAMESC/2025 pelo Centro Universitário UniFAMESC, Bom Jesus do Itabapoana RJ

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que exige acompanhamento contínuo, frequentemente iniciado na infância. A Atenção Primária à Saúde (APS), por sua característica de longitudinalidade e coordenação do cuidado, desempenha papel central na detecção precoce, no acompanhamento clínico e no suporte às famílias. Contudo, os cuidadores de crianças com TEA apresentam maior vulnerabilidade a transtornos psiquiátricos em decorrência da sobrecarga emocional e da complexidade do cuidado. A compreensão do papel da APS nesse contexto é crucial para ampliar estratégias de acolhimento e proteção à saúde mental dos cuidadores. **OBJETIVOS:** Avaliar como a Atenção Primária à Saúde atua na promoção e preservação da saúde mental dos cuidadores de crianças com TEA, identificando intervenções efetivas, lacunas assistenciais e perspectivas para o fortalecimento da rede de cuidado. **MÉTODOS:** Realizou-se uma revisão sistemática conforme as diretrizes PRISMA. As bases consultadas foram PubMed, SciELO, LILACS e Embase, utilizando os descritores “Primary Health Care”, “Caregivers”, “Autism Spectrum Disorder” e “Mental Health”. Foram incluídos artigos publicados entre 2017 e 2025, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem a atuação da APS no cuidado de crianças com TEA e a saúde mental de seus cuidadores. Excluíram-se revisões narrativas, relatos de caso e estudos sem foco em saúde primária. Os critérios de inclusão e exclusão, a remoção de duplicatas e a triagem dos artigos foram realizados por meio da plataforma Rayyan, e as referências foram organizadas com o auxílio do software Zotero. **RESULTADOS:** Foram identificados 286 estudos, dos quais sete preencheram os critérios de inclusão. A literatura demonstrou que a APS exerce papel relevante na triagem inicial de sinais de TEA, no encaminhamento oportuno e no suporte contínuo às famílias. Cuidadores acompanhados por equipes de Saúde da Família apresentaram menor prevalência de transtornos ansiosos (até 30%) e depressivos (25–35%) em comparação a grupos sem acompanhamento sistemático. As estratégias identificadas como mais eficazes incluíram consultas de acompanhamento multiprofissional, grupos psicoeducativos comunitários e suporte psicossocial oferecido por agentes comunitários de saúde. Entretanto, observaram-se lacunas importantes, como capacitação insuficiente dos profissionais da APS em saúde mental infantil, alta rotatividade das equipes e fragilidade na integração com serviços especializados. Evidências indicam que intervenções precoces e suporte contínuo reduzem a sobrecarga do cuidador,



fortalecem a resiliência e ampliam a adesão terapêutica das crianças. **CONCLUSÃO:** A Atenção Primária à Saúde constitui componente estratégico no cuidado às famílias de crianças com TEA, especialmente no suporte à saúde mental dos cuidadores. A atuação territorial, associada a práticas de acolhimento, escuta qualificada e ações educativas, reduz significativamente o risco de adoecimento psíquico. O fortalecimento da capacitação profissional e a integração entre APS e serviços especializados configuram prioridades para qualificar o cuidado, reduzir desigualdades assistenciais e promover saúde mental integral aos cuidadores.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidadores; Rede de Apoio; Sobrecarga Psicológica; Transtorno do Espectro Autista;

AUTOESTIMA COMO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA COM MULHERES NA COMUNIDADE

Letícia Vênus Melo de Sousa

Estudante de Psicologia na Faculdade Mauricio de Nassau – UNINASSAU, Mossoró RN

Brenda Evelyn Sombra Brito

Estudante de Psicologia na Faculdade Mauricio de Nassau – UNINASSAU, Mossoró RN

Sabrina Silva Bezerra

Estudante de Psicologia na Faculdade Mauricio de Nassau – UNINASSAU, Mossoró RN

Vitoria Evelyn Rodrigues de Andrade

Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Mossoró RN

INTRODUÇÃO: A autoestima compreende-se como um construto psicossocial, produzido nas relações sociais, culturais e históricas, exercendo papel central na saúde mental ao longo do ciclo de vida. Na Atenção Primária à Saúde (APS), as Unidades Básicas de Saúde (UBS) configuram-se como espaços estratégicos para o desenvolvimento de ações coletivas de promoção do cuidado, fortalecimento do autocuidado e dos vínculos comunitários. Nesse contexto, intervenções grupais voltadas para mulheres favorecem a valorização subjetiva, o compartilhamento de vivências e a produção de sentidos acerca de si e do outro. **OBJETIVO:** Relatar a experiência de um projeto de extensão na realização de uma atividade educativa voltada ao fortalecimento da autoestima como estratégia de cuidado e promoção da saúde mental de mulheres em uma Unidade Básica de Saúde (UBS). **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, referente a uma atividade de extensão realizada em outubro de 2023, na UBS Doutor Francisco Nazareno Pereira Gurgel, em Mossoró-RN. A intervenção ocorreu em formato grupal, com 20 participantes do sexo feminino, com idades entre 40 e 70 anos. A ação foi conduzida por discentes do curso de Psicologia, sob orientação docente, em articulação com a equipe da UBS, composta por duas residentes e uma enfermeira. Inicialmente, foi apresentada a proposta da atividade, seguida do uso de um recurso musical como estratégia de acolhimento. Posteriormente, desenvolveu-se uma dinâmica reflexiva com o uso de espelho e, em seguida, uma roda de conversa sobre autoestima e seus aspectos psicossociais. As observações foram sistematizadas por meio de registros em diário de campo, elaborados pelos discentes ao final da intervenção. **RESULTADOS:** A partir dos registros em diário de campo elaborados pelos discentes, observou-se que, a música “Dia Especial”, de Tiago Iorc, proporcionou uma mudança perceptível na atmosfera do ambiente, que antes se mostrava agitado, tornando-se mais tranquilo, leve e acolhedor. A utilização do recurso musical favoreceu a socialização e contribuiu para que as participantes se sentissem mais confortáveis para os momentos seguintes da intervenção. A música mostrou-se um importante instrumento para promover bem-estar e aproximação entre o grupo. Em seguida, durante a roda de conversa sobre autoestima, observou-se a participação ativa das mulheres, que compartilharam suas vivências e



percepções, fortalecendo o apoio mútuo e o sentimento de pertencimento. Por fim, na dinâmica com a caixa e o espelho, surgiram relatos relacionados às dificuldades em se colocar como prioridade diante das múltiplas responsabilidades do cotidiano, promovendo reflexões sobre autoimagem, amor-próprio e autoconhecimento. Esses momentos possibilitaram a troca de experiências e o reconhecimento das próprias emoções, contribuindo para a valorização pessoal e para o cuidado com a saúde mental. **CONCLUSÃO:** A experiência evidenciou a potência das intervenções grupais na APS como estratégias de promoção da saúde mental, ao possibilitar reflexões críticas sobre padrões sociais, compartilhamento de vivências e fortalecimento da autoestima enquanto construção psicossocial. Destaca-se, ainda, a Atenção Primária à Saúde como um espaço privilegiado para o cuidado em saúde mental, extrapolando ações pontuais e reafirmando seu papel na produção de cuidado integral e comunitário.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia; Saúde mental; Atenção primária.

COMUNICAÇÃO ANESTÉSICA E SEUS IMPACTOS NA ANSIEDADE E SEGURANÇA DO PACIENTE

Danilo de Amorim Simões

Graduando em medicina pela universidade Santo Amaro Unisa, São Paulo.

Gabriela de Oliveira Morais

Graduanda em Medicina pela universidade Humanitas, São José dos Campos.

Sabrina De Oliveira Morais

Graduada em Psicologia pela universidade paulista, Unip, São José dos campos.

Introdução A comunicação anestésica constitui um componente essencial do cuidado perioperatório, envolvendo o diálogo entre anestesiológista e paciente antes, durante e após o procedimento cirúrgico. Uma comunicação clara, empática e acessível contribui para a compreensão do processo anestésico, redução de medos e fortalecimento da relação de confiança, fatores diretamente relacionados à experiência do paciente. A ausência ou inadequação dessa comunicação pode intensificar a ansiedade pré-operatória, favorecer interpretações equivocadas sobre riscos e comprometer a adesão às orientações médicas. Do ponto de vista clínico, a ansiedade elevada está associada a respostas fisiológicas adversas, como instabilidade hemodinâmica e aumento do consumo de fármacos anestésicos. Nesse contexto, a comunicação anestésica assume papel estratégico não apenas na redução da ansiedade, mas também na promoção da segurança do paciente, influenciando desfechos perioperatórios e a qualidade da assistência em anestesiologia. **OBJETIVO:** Avaliar os impactos da comunicação anestésica na redução da ansiedade e na promoção da segurança do paciente no período perioperatório. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de caráter narrativo, fundamentado na análise da literatura científica acerca da comunicação anestésica, da ansiedade pré-operatória e da segurança do paciente no contexto perioperatório. A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo PubMed/MEDLINE, SciELO e LILACS, contemplando publicações no período de 2014 a 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram utilizados como termos de busca, isolados e combinados por operadores booleanos: comunicação anestésica, ansiedade pré-operatória, segurança do paciente, anestesia e período perioperatório. A seleção dos estudos ocorreu de forma não sistemática, orientada pela relevância temática, consistência metodológica e aplicabilidade clínica, sem pretensão de exaustividade. Como critérios de inclusão, consideraram-se estudos originais envolvendo pacientes adultos submetidos a procedimentos cirúrgicos eletivos ou de urgência sob anestesia, que abordassem aspectos comunicacionais no cuidado anestésico e suas repercussões sobre ansiedade, estabilidade hemodinâmica, consumo de fármacos anestésicos e segurança perioperatória. Relatos de caso, estudos com população pediátrica, revisões narrativas sem critérios metodológicos definidos e publicações incompletas foram utilizados apenas como suporte teórico complementar. A síntese dos achados foi realizada de forma descritiva e interpretativa. **RESULTADOS:** Os resultados



evidenciam que a comunicação anestésica eficaz exerce impacto direto e significativo na redução da ansiedade pré-operatória e na promoção da segurança do paciente ao longo do período perioperatório. Pacientes que receberam informações claras, individualizadas e transmitidas de forma empática apresentaram menores níveis de ansiedade, maior sensação de controle e melhor compreensão do procedimento anestésico, refletindo em maior estabilidade hemodinâmica durante a indução e manutenção da anestesia. Observou-se redução da ativação do sistema nervoso simpático, com menores variações da frequência cardíaca e da pressão arterial. Adicionalmente, a comunicação adequada esteve associada à diminuição do consumo de agentes anestésicos, sedativos e analgésicos, bem como à redução da incidência de eventos adversos, como náuseas, vômitos, dor intensa e agitação no pós-operatório imediato. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A comunicação anestésica exerce papel fundamental na redução da ansiedade e na promoção da segurança do paciente, influenciando de maneira positiva o manejo anestésico e os desfechos perioperatórios. Investir em estratégias comunicacionais eficazes, baseadas na empatia e na clareza das informações, contribui para um cuidado mais humanizado, seguro e centrado no paciente, reforçando a importância da comunicação como ferramenta essencial na prática anestesiológica.

PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade pré-operatória; Manejo anestésico; Período perioperatório.

CORPOS EM BUSCA DE SENTIDO: TRANSTORNOS ALIMENTARES NA FLUIDEZ DA MODERNIDADE

Letícia Vênus Melo de Sousa

Estudante de Psicologia na Faculdade Mauricio de Nassau – UNINASSAU, Mossoró RN

Brenda Evelyn Sombra Brito

Estudante de Psicologia na Faculdade Mauricio de Nassau – UNINASSAU, Mossoró RN

Sabrina Silva Bezerra

Estudante de Psicologia na Faculdade Mauricio de Nassau – UNINASSAU, Mossoró RN

Vitoria Evelyn Rodrigues de Andrade

Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Mossoró RN

INTRODUÇÃO: A contemporaneidade tem sido marcada por profundas transformações sociais, culturais e subjetivas, especialmente no que diz respeito às formas de se relacionar, existir e atribuir sentido à vida. Nesse contexto, o conceito de modernidade líquida, proposto por Zygmunt Bauman, e a Logoterapia, desenvolvida por Viktor Frankl, oferecem importantes aportes teóricos para compreender como os padrões estéticos irreais e as novas dinâmicas sociais da atualidade podem influenciar negativamente a busca por sentido. Observa-se, na atualidade, um crescimento significativo dos casos de transtornos alimentares, como a anorexia e a bulimia, evidenciando a intensificação da valorização de padrões estéticos e estilos de vida frequentemente ilusórios, amplamente difundidos pelas redes sociais. Nesse contexto, para além de uma compreensão estritamente biológica, a Logoterapia apresenta-se como uma abordagem existencial que propõe a construção de um sentido mais sólido e autêntico para as motivações e inspirações humanas. **OBJETIVO:** Compreender de que maneira os transtornos alimentares, inseridos no contexto da modernidade líquida, impactam a relação do sujeito com o próprio corpo, comprometendo a autorrealização e a construção de um sentido de vida. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão de literatura integrativa, de natureza qualitativa, fundamentada em artigos científicos e obras clássicas da Psicologia. De início, foram realizadas as buscas utilizando-se dos seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS/MeSH): (“vazio existencial”) AND (“transtornos alimentares”) AND (“logoterapia”), nas seguintes bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Periódicos CAPES e Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Priorizaram-se publicações dos últimos cinco anos (2019–2024), sem excluir obras anteriores de reconhecida relevância teórica, como os estudos de Frankl e Bauman. Foram excluídos trabalhos que não apresentavam relação direta com os objetivos da pesquisa. Após a pesquisa, foram incluídos 6 (seis) artigos, dentre eles, 3 (três) estudos foram escolhidos para o aporte teórico deste trabalho e 1 (um) jornal. **RESULTADOS:** Os resultados obtidos neste estudo indicam que, para além de causas exclusivamente biológicas e/ou psicológicas, os transtornos alimentares podem revelar questões de ordem existencial, como o vazio existencial decorrente de uma vida orientada por regras voláteis, sustentadas na aparência



e em constantes comparações socialmente impostas. A ausência de um propósito significativo pode conduzir a uma existência inautêntica e, conseqüentemente, à substituição do sentido por compensações imediatas, como o controle extremo da própria aparência. **CONCLUSÃO:** Portanto, conclui-se que para enfrentar essas demandas de sofrimento psíquico, é preciso um olhar que considere o ser humano em sua totalidade, reconhecendo os aspectos psicológicos e biológicos, mas também existenciais, utilizando-se da promoção do sentido da vida na prevenção e enfrentamento das demandas negativas advindas dos atuais e modelos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Transtornos alimentares; Vazio existencial; Modernidade líquida.

DELIRIUM PÓS-OPERATÓRIO E REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL

Danilo de Amorim Simões

Graduando em medicina pela universidade Santo Amaro Unisa, São Paulo.

Gabriela de Oliveira Morais

Graduanda em Medicina pela universidade Humanitas, São José dos Campos.

Sabrina De Oliveira Morais

Graduada em Psicologia pela universidade paulista, Unip, São José dos campos.

Introdução O delirium pós-operatório é uma complicação neuropsiquiátrica frequente no período perioperatório, caracterizada por alteração aguda e flutuante do estado mental, com comprometimento da atenção, da consciência e da cognição. Essa condição é mais prevalente em pacientes idosos, portadores de comorbidades, submetidos a cirurgias de grande porte ou expostos a anestesia prolongada, estando associada a múltiplos fatores predisponentes e precipitantes. Do ponto de vista clínico, o delirium pós-operatório representa um importante desafio para as equipes de saúde, uma vez que se relaciona ao aumento do tempo de internação, maior incidência de complicações, elevação dos custos hospitalares e pior prognóstico funcional. Além disso, evidências apontam que o delirium pode desencadear ou agravar distúrbios psiquiátricos, como ansiedade, depressão e declínio cognitivo persistente, impactando negativamente a saúde mental e a qualidade de vida dos pacientes após a alta hospitalar. Assim, compreender suas repercussões na saúde mental é fundamental para aprimorar estratégias de prevenção, diagnóstico precoce e manejo adequado no contexto perioperatório. **OBJETIVO:** Avaliar as repercussões do delirium pós-operatório na saúde mental de pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de caráter narrativo, fundamentado na análise da literatura científica acerca do delirium pós-operatório e de suas repercussões na saúde mental de pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos. A busca bibliográfica foi realizada nas bases PubMed/MEDLINE, SciELO e LILACS, contemplando publicações no período de 2014 a 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol, utilizando-se os termos delirium pós-operatório, delirium, saúde mental, anestesia, período perioperatório e cirurgia, combinados por operadores booleanos. Inicialmente, foram identificados estudos potencialmente relevantes, os quais passaram por leitura de títulos e resumos para avaliação de aderência ao tema. A seleção dos estudos ocorreu de forma não sistemática, orientada pela relevância temática, consistência metodológica e aplicabilidade clínica, sem pretensão de exaustividade. Foram incluídos estudos originais envolvendo pacientes adultos submetidos a cirurgias eletivas ou de urgência, que abordassem a ocorrência de delirium pós-operatório e suas repercussões sobre a saúde mental, cognição, funcionalidade e desfechos clínicos no período pós-operatório imediato e após a alta hospitalar. Estudos com população pediátrica, relatos de caso, revisões narrativas sem critérios metodológicos definidos e publicações incompletas foram utilizados apenas como suporte teórico complementar. A síntese dos achados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, enfatizando os principais impactos do delirium pós-operatório



no contexto perioperatório. **RESULTADOS:** Os resultados demonstram que o delirium pós-operatório está associado a repercussões significativas na saúde mental, incluindo maior incidência de sintomas depressivos, ansiedade persistente, declínio cognitivo e comprometimento funcional no médio e longo prazo. Pacientes que desenvolveram delirium apresentaram maior desorientação, prejuízo da memória e da atenção, além de maior risco de evolução para transtornos neurocognitivos. Observou-se também associação com aumento do estresse psicológico, pior qualidade do sono e maior dependência funcional após a alta hospitalar. Adicionalmente, o delirium esteve relacionado a maior tempo de internação, maior necessidade de contenções físicas ou farmacológicas e maior taxa de readmissão hospitalar, fatores que contribuem para o agravamento do sofrimento psíquico e redução da qualidade de vida, evidenciando impacto negativo substancial na saúde mental dos pacientes. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O delirium pós-operatório exerce impacto relevante e duradouro sobre a saúde mental, estando associado ao aumento de sintomas psiquiátricos, declínio cognitivo e pior qualidade de vida. O reconhecimento precoce dos fatores de risco e a implementação de estratégias preventivas e de manejo multidisciplinar são fundamentais para reduzir suas repercussões e promover melhor recuperação psicológica e funcional no período pós-operatório.

PALAVRAS-CHAVE: Delirium pós-operatório; Saúde mental; Período perioperatório.

DESAFIOS ÉTICOS NO MANEJO DE VÍNCULOS AFETIVOS EM URGÊNCIA PSIQUIÁTRICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Francisco Rafael Costa Araújo de Carvalho

Mestre em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Wellinton Costa Araújo de Carvalho

Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário Tecnológico de Teresina – UNI-CET, Teresina PI

Eva Maria Oliveira Moura

Enfermeira pela Faculdade de Tecnologia e Educação Superior Profissional – FATESP, Teresina PI

INTRODUÇÃO: Os serviços de urgência psiquiátrica constituem ambientes marcados por elevada tensão emocional, imprevisibilidade clínica e necessidade de decisões rápidas, o que impõe desafios à prática assistencial em saúde mental. Nesse contexto, a formação de vínculos afetivos entre pacientes em observação psiquiátrica pode gerar dilemas éticos e assistenciais complexos, especialmente no equilíbrio entre a proteção, a autonomia, a dignidade humana e a segurança individual e coletiva. A literatura aponta que interações interpessoais em ambientes psiquiátricos de urgência podem influenciar o comportamento dos pacientes, potencializar conflitos, dependências emocionais e riscos clínicos, exigindo da equipe uma postura ética, técnica e sensível para o manejo adequado dessas situações. **OBJETIVO:** Relatar a experiência profissional do enfermeiro no manejo ético e assistencial de vínculos afetivos entre pacientes em observação psiquiátrica em um serviço de urgência, discutindo os desafios enfrentados e as implicações para a prática do cuidado em saúde mental. **METODOLOGIA:** Relato de experiência profissional vivenciado pelo enfermeiro durante plantão em um serviço de urgência psiquiátrica de um hospital de referência no estado do Piauí. O relato foi elaborado a partir da vivência assistencial direta do enfermeiro, da observação clínica do contexto e da reflexão crítica fundamentada na literatura científica pertinente, respeitando os princípios éticos, o sigilo das informações e a não identificação dos sujeitos envolvidos. **RELATO DA EXPERIÊNCIA:** Durante o plantão, o enfermeiro acompanhou a permanência em observação psiquiátrica de duas pacientes adultas que possuíam vínculo afetivo prévio e histórico recente de desorganização psíquica, ambas encaminhadas ao serviço de urgência após episódios distintos de crise psiquiátrica. Embora alocadas em enfermarias separadas, ao longo do período de observação foram identificadas tentativas recorrentes de aproximação entre as pacientes, com comportamentos que extrapolavam os limites institucionais estabelecidos para o ambiente assistencial. A situação exigiu intervenções frequentes do enfermeiro, com mediação direta junto às pacientes, orientação quanto às normas do serviço e reorganização do cuidado, visando preservar a segurança, a privacidade e a integridade emocional das envolvidas e dos demais pacientes em observação. O manejo demandou tomada de decisões éticas contínuas, especialmente no equilíbrio entre o respeito à autonomia das pacientes e a necessidade de



estabelecer limites compatíveis com o contexto de urgência psiquiátrica. Ao longo do acompanhamento, evidenciou-se que a inexistência de protocolos institucionais específicos para o manejo de vínculos afetivos entre pacientes em observação psiquiátrica contribuiu para a insegurança profissional e intensificou os dilemas éticos enfrentados pelo enfermeiro, exigindo postura técnica, sensível e fundamentada nos princípios da humanização do cuidado e da minimização de danos. A experiência reforçou a importância do papel do enfermeiro como mediador do cuidado em situações complexas e críticas, nas quais aspectos clínicos, éticos e institucionais se sobrepõem. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O manejo de vínculos afetivos entre pacientes em observação psiquiátrica representa um desafio ético e assistencial relevante para a enfermagem. A experiência evidencia a necessidade de políticas institucionais claras, protocolos específicos e formação contínua dos profissionais, a fim de garantir um cuidado seguro, humanizado e eticamente fundamentado, preservando os direitos dos pacientes e a qualidade da assistência em saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: Serviços de Emergência Psiquiátrica; Enfermagem Psiquiátrica; Humanização da assistência; Ética em Enfermagem.

DEXMEDETOMIDINA E SEUS EFEITOS NA ANSIEDADE E NO DELIRIUM PÓS-OPERATÓRIO

Danilo de Amorim Simões

Graduando em medicina pela universidade Santo Amaro Unisa, São Paulo.

Gabriela de Oliveira Morais

Graduanda em Medicina pela universidade Humanitas, São José dos Campos.

Sabrina De Oliveira Morais

Graduada em Psicologia pela universidade paulista, Unip, São José dos campos.

Introdução A dexmedetomidina é um agonista seletivo dos receptores alfa-2 adrenérgicos amplamente utilizado na prática anestésica e em unidades de terapia intensiva, destacando-se por suas propriedades sedativas, ansiolíticas e analgésicas, associadas a mínima depressão respiratória. No contexto perioperatório, o controle da ansiedade e a prevenção do delirium pós-operatório representam desafios relevantes, especialmente em pacientes idosos, críticos ou submetidos a procedimentos cirúrgicos de maior complexidade. A ansiedade pré e pós-operatória está relacionada a respostas neuroendócrinas exacerbadas, enquanto o delirium pós-operatório associa-se a piores desfechos clínicos, maior tempo de internação e impacto negativo na saúde mental. Nesse cenário, a dexmedetomidina tem sido investigada como uma estratégia farmacológica promissora, devido à sua capacidade de modular a resposta ao estresse, promover sedação cooperativa e reduzir a incidência de distúrbios neuropsiquiátricos no período pós-operatório, tornando-se relevante a análise de seus efeitos sobre ansiedade e delirium.

OBJETIVO: Avaliar os efeitos da dexmedetomidina na ansiedade e na incidência de delirium pós-operatório em pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de caráter narrativo, fundamentado na análise da literatura científica acerca do uso da dexmedetomidina e de seus efeitos sobre a ansiedade e a incidência de delirium pós-operatório em pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos. A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados PubMed/MEDLINE, SciELO e LILACS, contemplando publicações no período de 2014 a 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram utilizados como termos de busca, isolados e combinados por operadores booleanos: dexmedetomidina, ansiedade, delirium pós-operatório, sedação, anestesia e período perioperatório. Inicialmente, foram identificados estudos potencialmente relevantes, os quais passaram por leitura de títulos e resumos para avaliação de aderência ao tema. A seleção dos estudos ocorreu de forma não sistemática, orientada pela relevância temática e contribuição clínica, sem pretensão de exaustividade. Como critérios de inclusão, consideraram-se estudos originais envolvendo pacientes adultos submetidos a cirurgias eletivas ou de urgência sob anestesia geral ou regional, que avaliassem os efeitos da dexmedetomidina sobre ansiedade perioperatória, sedação e ocorrência de delirium pós-operatório. Estudos com população pediátrica, relatos de caso, revisões narrativas sem critérios metodológicos definidos e publicações incompletas foram utilizados apenas como suporte teórico complementar. Os estudos elegíveis foram analisados qualitativamente, com síntese descritiva dos principais achados. **RESULTADOS:** Os resultados



demonstram que o uso da dexmedetomidina está associado à redução significativa dos níveis de ansiedade perioperatória, promovendo sedação mais estável e maior conforto emocional aos pacientes. Observou-se diminuição da ativação simpática, com melhor controle da frequência cardíaca e da pressão arterial, além de menor necessidade de sedativos e opioides adicionais. Em relação ao delirium pós-operatório, a dexmedetomidina mostrou-se associada à redução de sua incidência e gravidade, especialmente em pacientes idosos e em contextos de terapia intensiva pós-cirúrgica. Pacientes que receberam dexmedetomidina apresentaram menor agitação, melhor preservação da cognição e menor duração dos episódios de delirium, além de melhor qualidade do sono no pós-operatório imediato. Esses achados indicam impacto positivo tanto na estabilidade clínica quanto nos desfechos relacionados à saúde mental. Considerações Finais A dexmedetomidina apresenta efeitos benéficos relevantes na redução da ansiedade e na prevenção do delirium pós-operatório, contribuindo para um manejo anestésico mais seguro e humanizado. Seu uso adequado pode melhorar a estabilidade hemodinâmica, reduzir a necessidade de outros sedativos e favorecer melhores desfechos neuropsiquiátricos, especialmente em populações de maior risco. Assim, a dexmedetomidina configura-se como uma ferramenta importante no cuidado perioperatório, com impacto positivo na saúde mental e na recuperação pós-operatória.

PALAVRAS-CHAVE: Dexmedetomidina; Ansiedade perioperatória; Delirium pós-operatório.

ENTRE O CUIDAR E SER CUIDADO: SAÚDE MENTAL DOS CUIDADORES NO ACOMPANHAMENTO LONGITUDINAL DO AUTISMO

João Pedro do Valle Varela

Graduando em medicina pelo Centro Universitário UniFAMESC e Bolsista da Iniciação Científica PIC/FAMESC/2025, Bom Jesus do Itabapoana RJ

Bianca Magnelli Mangiavacchi

Docente e Orientadora da Iniciação Científica PIC/FAMESC/2025 pelo Centro Universitário UniFAMESC, Bom Jesus do Itabapoana RJ

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) compreende um conjunto de alterações do neurodesenvolvimento que se manifestam por dificuldades na comunicação social, na interação interpessoal e pela presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos. O acompanhamento dessas pessoas exige intervenções contínuas e individualizadas, frequentemente iniciadas precocemente e mantidas ao longo da vida, envolvendo cuidados médicos, terapias especializadas e suporte psicossocial. Nesse contexto, familiares, em especial os cuidadores, assumem papel central na organização e execução do cuidado diário. Assim, a dedicação prolongada e intensa a essa função pode resultar em impacto significativo sobre o bem-estar físico e emocional desses cuidadores, favorecendo o surgimento de sofrimento psíquico. **OBJETIVOS:** Analisar os efeitos do cuidado longitudinal a pessoa com TEA sobre a saúde mental dos cuidadores, identificando fatores associados ao adoecimento psíquico, estratégias de proteção e o papel da rede de saúde no enfrentamento dessas demandas. **MÉTODOS:** Realizou-se revisão sistemática utilizando a técnica PRISMA. Foram pesquisadas as bases PubMed, SciELO, LILACS e Embase, utilizando os descritores “Autism Spectrum Disorder”, “Caregivers” e “Mental Health”, com recorte temporal entre 2012 e 2023. Foram incluídos estudos originais que abordassem a longitudinalidade do cuidado e repercussões na saúde mental de cuidadores adultos de pessoas com TEA. Excluíram-se revisões narrativas, relatos de caso e artigos sem acesso ao texto completo. Os critérios de exclusão e inclusão, a exclusão de duplicatas e a triagem dos artigos utilizados foram feitos pela Plataforma Rayyan e referências organizadas pelo software Zootero. **RESULTADOS:** Foram identificados 418 artigos, dos quais 14 foram selecionados após preencherem os critérios de inclusão e exclusão. Os achados revelam prevalência elevada de sintomas depressivos (até 56%) e de transtornos ansiosos (40–50%) entre cuidadores, sobretudo mães. A sobrecarga está associada ao número de horas dedicadas ao cuidado, gravidade clínica do TEA, comorbidades psiquiátricas (TDAH, epilepsia) e dificuldades no acesso a serviços especializados. Estudos apontam maior risco de transtornos somáticos como hipertensão, distúrbios do sono e síndrome metabólica, associados ao estresse crônico do cuidado. Em contrapartida, intervenções multiprofissionais, incluindo acompanhamento psiquiátrico, grupos psicoeducativos e programas de apoio comunitário,



mostraram reduzir significativamente os níveis de estresse e melhorar a qualidade de vida. Estratégias de enfrentamento positivas como prática de atividade física, espiritualidade, suporte familiar correlacionaram-se à maior resiliência. Entretanto, permanece a lacuna de políticas públicas que integrem de forma efetiva a saúde mental dos cuidadores aos programas de atenção ao TEA, especialmente na atenção primária. **CONCLUSÃO:** O cuidado longitudinal à pessoa com TEA, embora essencial, acarreta repercussões expressivas à saúde mental dos cuidadores, com risco aumentado de transtornos psiquiátricos e doenças somáticas relacionadas ao estresse. A literatura indica que intervenções estruturadas, multiprofissionais e contínuas reduzem esse impacto, reforçando a necessidade de protocolos clínicos que incluam o cuidador como alvo de cuidado em saúde. A integração entre atenção primária, serviços especializados e suporte comunitário é fundamental para garantir não apenas o desenvolvimento do indivíduo com TEA, mas também a preservação da saúde dos cuidadores.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidadores; Rede de Apoio; Sobrecarga Psicológica; Transtorno do Espectro Autista;

ESTRATÉGIAS DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL FRENTE AO SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CUIDADO AO PACIENTE ONCOLÓGICO: UMA REVISÃO NARRATIVA

Ronaldy Sá de Lima

Graduando em Medicina e Saúde pela Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim, ES

Bianca Cristina Silva

Graduanda em enfermagem pela Universidade Estadual do Estado de Minas Gerais – UEMG, Passos, MG

Ana Smylla Gonzaga Santana

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Campina Grande, Paraíba.

Lhayslla Gabriela Lima de Sá

Graduada em Psicologia pela Faculdade Multivix, Nova Venécia, ES

INTRODUÇÃO: O câncer é uma condição de saúde que acarreta repercussões multidimensionais na vida do paciente, envolvendo aspectos físicos, emocionais e sociais. Nesse contexto, o cuidado oncológico impõe demandas intensas às equipes de saúde, que lidam continuamente com dor, sofrimento, finitude e sobrecarga emocional. Dentre essas repercussões, destaca-se o sofrimento psíquico vivenciado pelos profissionais, manifestado por medo, ansiedade, tristeza, incertezas e exaustão emocional, fatores amplamente discutidos na literatura devido às suas consequências negativas para a saúde mental, a qualidade do cuidado prestado e a qualidade de vida dos trabalhadores. Assim, a atuação da equipe multiprofissional torna-se fundamental não apenas para o cuidado integral ao paciente oncológico, mas também para a proteção da saúde mental dos próprios profissionais envolvidos no processo assistencial.

OBJETIVO: Analisar a atuação da equipe multiprofissional no cuidado ao paciente oncológico, identificando estratégias adotadas na prática clínica para minimizar o sofrimento psíquico dos profissionais e favorecer a qualidade de vida dos pacientes durante o tratamento.

METODOLOGIA: Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa. A busca foi realizada nas bases de dados, National Library of Medicine (PubMed), Scientific Electronic Library Online (SciELO), LILACS, buscados no Google e Google Acadêmico, considerando publicações dos últimos cinco anos. Foram incluídos artigos e documentos governamentais, ministério da saúde e secretarias de saúde estaduais e municipais, disponíveis na íntegra, nos idiomas português, inglês e espanhol. Para a seleção dos estudos, utilizaram-se as seguintes palavras chaves: atuação da equipe multiprofissional, saúde mental e oncologia. Excluíram-se estudos duplicados, publicações fora do período delimitado, artigos que não abordavam o sofrimento psíquico dos profissionais de saúde e trabalhos que não apresentavam relação direta com a temática. Inicialmente, foram identificados 42 estudos; após a leitura de títulos e resumos, 18 foram



excluídos e 24 artigos elegíveis para leitura na íntegra. Desses, 4 foram incluídos nesta revisão.

RESULTADOS: Os estudos analisados evidenciam que a atuação multiprofissional contribui para a redução do sofrimento psíquico dos profissionais de saúde, favorecendo melhores condições emocionais e organizacionais no ambiente de trabalho. As principais estratégias identificadas incluem o fortalecimento da comunicação interdisciplinar, apoio institucional, trabalho em equipe colaborativo, busca de suporte social, distanciamento emocional como mecanismo de defesa e a realização de atividades corporais e de lazer ocupacional. Observou-se ainda que a organização da equipe desde a admissão do paciente, o fortalecimento do trabalho conjunto durante o tratamento ativo e a manutenção das conexões ao longo do cuidado são fundamentais para minimizar a sobrecarga emocional. Entretanto, barreiras como falhas na comunicação, limitação de recursos e ambiguidade de papéis profissionais foram apontadas como fatores que intensificam o sofrimento psíquico dos trabalhadores. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A atuação integrada da equipe multiprofissional mostra-se essencial para a redução do sofrimento psíquico dos profissionais de saúde no contexto oncológico, refletindo positivamente na qualidade do cuidado ofertado aos pacientes e seus familiares. Destaca-se a necessidade de investimentos em formação contínua, comunicação efetiva e políticas institucionais que favoreçam a implementação de estratégias de cuidado psicossocial voltadas também aos profissionais de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Equipe multiprofissional; Saúde Mental; Oncologia.

FATORES SOCIOECONÔMICOS ASSOCIADOS AO ADOECIMENTO MENTAL NO ENSINO SUPERIOR: REVISÃO INTEGRATIVA

Saúde Mental em Contextos de Vulnerabilidade Social

Isabel Cristina Silva da Rocha

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Eulália Oliveira Machado

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Rayla Maria Pontes Guimarães Costa

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí- UFPI

INTRODUÇÃO: A elevada carga acadêmica e as longas jornadas de estudo, frequentemente associadas a múltiplas demandas acadêmicas e pessoais, expõem o universitário a altos níveis de estresse. Esse contexto contribui para o desgaste da saúde mental, manifestado por sintomas de ansiedade e depressão, sofrimento psíquico e privação do sono, comprometendo o desempenho acadêmico, a permanência no curso e o bem-estar geral. Esse cenário é ainda agravado por fatores socioeconômicos e psicossociais, como estresse financeiro, insegurança alimentar e experiências de discriminação, que ampliam a vulnerabilidade ao adoecimento. **OBJETIVO:** Identificar, na literatura científica, os principais fatores socioeconômicos associados ao adoecimento mental em estudantes universitários. **METODOLOGIA:** Revisão integrativa da literatura, realizada em janeiro de 2026, orientada pela estratégia PICO: P – estudantes universitários; I – fatores socioeconômicos; Co – adoecimento mental. A pergunta norteadora foi: Quais fatores socioeconômicos estão associados ao adoecimento mental em estudantes universitários segundo a literatura científica? A busca foi conduzida nas bases MEDLINE via PubMed e SciELO, utilizando os descritores “university students”, “psychological distress” e “mental health”, combinados por meio do operador booleano AND. Inicialmente, foram identificados 272 artigos, os quais passaram pela triagem por título, resumo e leitura na íntegra. Foram incluídos artigos publicados nos últimos cinco anos, disponíveis nos idiomas inglês, português e espanhol, resultando em uma amostra final de quatro artigos. **RESULTADOS:** Evidenciou-se que o adoecimento mental entre universitários está fortemente relacionado a condições socioeconômicas, destacando-se o estresse financeiro como determinante central. Esse fator relaciona-se a maiores níveis de estresse percebido, sintomas depressivos, distúrbios do sono, desgaste social e isolamento. Mesmo entre estudantes bolsistas, a pressão para manutenção do auxílio intensifica o sofrimento psicológico, especialmente diante da incerteza quanto à permanência no curso, com impacto negativo no bem-estar, no sono e no desempenho acadêmico. Em contrapartida, estudantes que residem com a família apresentam menores níveis de estresse e sofrimento psicológico, evidenciando o papel protetor do suporte social e familiar. O estresse financeiro também se articula à insegurança alimentar, relacionada a maior prevalência de ansiedade, estresse crônico e depressão. Entre os fatores psicossociais, a discriminação mostrou-se um determinante importante do processo de adoecimento,



associando-se ao aumento de sintomas depressivos, isolamento social e prejuízos à saúde mental, com maior suscetibilidade entre mulheres. **CONCLUSÃO:** O adoecimento mental em estudantes universitários decorre da interação entre fatores socioeconômicos e psicossociais, especialmente estresse financeiro, insegurança alimentar e discriminação. Esses fatores comprometem o bem-estar, reduzem o desempenho acadêmico, prejudicam o sono e agravam o quadro de saúde mental dos universitários. O apoio social e familiar atua como fator protetor, reforçando a necessidade de políticas institucionais voltadas à promoção da saúde mental e à redução das desigualdades no ensino superior.

PALAVRAS-CHAVE: University students; Psychological distress; Mental health.

HEMORRAGIA PÓS-PARTO COMO EVENTO TRAUMÁTICO: REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL MATERNA E DESAFIOS PARA A ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA

Rebecca Maia Horsford

Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Ananindeua PA

Hevile Vitória Brito de Souza

Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Ananindeua PA

Amanda Manoela Teixeira Cavalcante

Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Ananindeua PA

Debora Carvalho da Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Ananindeua PA

Bruna Rafaela da Silva Sousa

Doutora em Neurociências e Biologia Celular pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém PA

INTRODUÇÃO: Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 14 milhões de mulheres sofrem com a hemorragia pós-parto a cada ano no mundo, configurando-se como uma das principais causas de mortalidade materna evitável. Além do risco imediato à vida, a hemorragia pós-parto grave pode ser vivenciada como um evento traumático, marcado por intervenções emergenciais e sensação de perda de controle. Nesse contexto, a hemorragia pós-parto configura-se como um potencial desencadeador de trauma psicológico, uma vez que a percepção de risco de morte, aliada ao sofrimento físico e emocional, pode levar ao desenvolvimento de ansiedade, sintomas depressivos e transtorno de estresse pós-traumático. Essas repercussões podem persistir no período pós-parto, afetando a saúde mental materna e a relação com o bebê, reforçando a necessidade de uma assistência em saúde que contemple não apenas a estabilização clínica, mas também o cuidado psicológico e humanizado. **OBJETIVO:** Analisar a hemorragia pós-parto como evento traumático e suas repercussões na saúde mental materna, com ênfase nos desafios da assistência obstétrica. **Método ou METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados PubMed, SciELO e LILACS, além da consulta a documentos institucionais pertinentes à temática. Foram incluídos estudos publicados entre 2013 e 2024, nos idiomas português e inglês, que abordassem a hemorragia pós-parto como evento traumático e suas repercussões na saúde mental materna. Utilizaram-se os descritores “hemorragia pós-parto”, “saúde mental”, “transtorno de estresse pós-traumático”, “depressão pós-parto” e “período pós-parto”, combinados pelos operadores booleanos AND e OR. A busca inicial resultou na identificação de 9 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos, foram excluídos aqueles que não abordavam de forma específica a relação entre hemorragia pós-parto e saúde mental materna. Ao final do processo de seleção, 4 artigos que apresentaram maior pertinência com o objetivo do estudo foram incluídos na construção do resumo, juntamente com documentos institucionais utilizados para a contextualização teórica do tema. **RESULTADOS:**



Os estudos analisados evidenciam que a hemorragia pós-parto pode ser vivenciada como um evento traumático, associando-se a repercussões importantes na saúde mental materna, como ansiedade, medo, sofrimento psíquico e sensação de perda de controle, especialmente em situações de emergência obstétrica. Observa-se ainda associação entre parto traumático e o desenvolvimento de sintomas compatíveis com transtorno de estresse pós-traumático e depressão no período puerperal, comprometendo a adaptação à maternidade e o vínculo mãe-bebê. No âmbito da assistência, destaca-se que a atuação da enfermagem influencia diretamente a elaboração emocional dessa vivência, sendo o cuidado humanizado essencial para minimizar o sofrimento psíquico, enquanto falhas na comunicação podem intensificá-lo. Conclusão ou **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os achados evidenciam que a hemorragia pós-parto vai além de complicações físicas, impactando diretamente o estado emocional e psicológico das mulheres que vivenciaram a HPP. O sofrimento psíquico decorrente dessa experiência compromete a adaptação ao puerpério e a vivência da maternidade, reforçando a necessidade de cuidados que considerem, de forma integrada, os aspectos físicos e emocionais. Nesse contexto, a enfermagem desempenha papel central ao oferecer uma assistência humanizada, baseada no acolhimento, na escuta qualificada e no suporte emocional, contribuindo para a ressignificação da experiência do parto e para a promoção do bem-estar materno.

PALAVRAS-CHAVE: Hemorragia pós-parto; Saúde mental; Assistência humanizada.

HUMANIZAÇÃO E SAÚDE MENTAL NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO INFANTIL: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA OPERAÇÃO SORRISO

Letícia Vênus Melo de Sousa

Estudante de Psicologia na Faculdade Mauricio de Nassau – UNINASSAU, Mossoró RN

Brenda Evelyn Sombra Brito

Estudante de Psicologia na Faculdade Mauricio de Nassau – UNINASSAU, Mossoró RN

Sabrina Silva Bezerra

Estudante de Psicologia na Faculdade Mauricio de Nassau – UNINASSAU, Mossoró RN

Vitoria Evelyn Rodrigues de Andrade

Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Mossoró RN

INTRODUÇÃO: O cuidado à criança em contexto cirúrgico ultrapassa a dimensão do procedimento médico, envolvendo também aspectos emocionais vivenciados nos momentos de espera e recuperação. Nesse cenário, a Operação Sorriso se configura como uma organização que realiza missões humanitárias por diversas cidades do Brasil, oferecendo cirurgias gratuitas para crianças e adultos com fissuras faciais, como lábio leporino e fenda palatina, por meio da atuação de equipes multiprofissionais voluntárias. Durante essas missões, as crianças e seus familiares permanecem em espaços de acolhimento fora do hospital, como o ALBEM, no período pré e pós-operatório e o brincar surge como um recurso acessível, capaz de favorecer vínculos e cuidado, reconhecendo a criança em sua singularidade. **OBJETIVO:** Relatar o uso do brincar no cuidado em saúde mental de crianças em momentos pré e pós-operatórios, no contexto do projeto Operação Sorriso. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência, de abordagem qualitativa, a partir das atividades desenvolvidas durante o estágio supervisionado I em Psicologia, realizado em junho de 2025, no ALBEM – Albergue de Mossoró, em Mossoró-RN, no contexto do projeto Operação Sorriso. As atividades foram realizadas com 4 crianças com idade de 3 a 10 anos, que permaneciam no ALBEM no período pré e pós-operatório, enquanto os procedimentos cirúrgicos aconteciam no hospital da rede pública. A ação foi realizada por estagiários de psicologia. Inicialmente, foi apresentada a proposta das atividades, respeitando o momento de cada criança. Em seguida, foram realizadas atividades lúdicas, como desenhos, pinturas e massinhas de modelar, utilizadas como recurso de aproximação. As atividades ocorreram de forma individual ou em pequenos grupos, considerando o tempo, os limites e as necessidades das crianças. **RESULTADOS:** Durante o desenvolvimento das atividades, foi possível perceber que o brincar abriu espaço para encontros mais leves em um momento marcado pela ansiedade e pela espera. As crianças, aos poucos, se aproximavam, escolhiam os materiais, desenhavam, pintavam ou modelavam, muitas vezes enquanto conversavam ou apenas permaneciam em silêncio. Esses momentos favoreceram a criação de vínculos e possibilitaram que as crianças expressassem sentimentos de forma espontânea, no seu próprio ritmo. No período pós-operatório, o brincar também esteve presente como uma forma de acolhimento, respeitando



os limites físicos e emocionais de cada criança. **CONCLUSÃO:** O contato com as crianças no contexto do pré e pós-operatório evidenciou que o cuidado em saúde mental também se constrói por meio de gestos simples, como sentar junto, brincar e estar disponível para aquele momento. O brincar, nesse cenário, configurou-se como uma forma de presença e acolhimento durante um período delicado da vida das crianças. O trabalho reforça a importância da atuação da Psicologia em projetos como a Operação Sorriso, ampliando o olhar para além do procedimento cirúrgico e reconhecendo a criança como sujeito de cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Criança; Humanização; Psicologia hospitalar.

HUMANIZAÇÃO NA ANESTESIA OBSTÉTRICA E SAÚDE MENTAL MATERNA

Danilo de Amorim Simões

Graduando em medicina pela universidade Santo Amaro Unisa, São Paulo.

Gabriela de Oliveira Morais

Graduanda em Medicina pela universidade Humanitas, São José dos Campos.

Sabrina De Oliveira Morais

Graduada em Psicologia pela universidade paulista, Unip, São José dos campos.

Introdução A anestesia obstétrica desempenha papel central na assistência ao parto e ao nascimento, influenciando não apenas desfechos clínicos maternos e neonatais, mas também a experiência emocional da mulher durante o período periparto. A humanização na anestesia obstétrica envolve práticas baseadas no respeito à autonomia da gestante, comunicação clara, acolhimento, manejo adequado da dor e redução de intervenções desnecessárias. A ausência dessas estratégias pode contribuir para experiências negativas, aumento da ansiedade, medo, estresse e maior risco de repercussões adversas na saúde mental materna, como sintomas depressivos, transtornos de ansiedade e estresse pós-traumático relacionado ao parto. Nesse contexto, a abordagem humanizada no cuidado anestésico obstétrico é reconhecida como elemento fundamental para a promoção do bem-estar psicológico da mulher, fortalecendo o vínculo com a equipe de saúde e contribuindo para uma vivência mais segura, positiva e satisfatória do processo de parto. **OBJETIVO:** Avaliar a importância da humanização na anestesia obstétrica e seus impactos na saúde mental materna. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de caráter narrativo, fundamentado na análise da literatura científica acerca da humanização na anestesia obstétrica e de seus impactos na saúde mental materna. A busca bibliográfica foi realizada nas bases PubMed/MEDLINE, SciELO e LILACS, contemplando publicações no período de 2014 a 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol, utilizando-se os termos humanização, anestesia obstétrica, parto, saúde mental materna, ansiedade, estresse e período periparto, combinados por operadores booleanos. Inicialmente, foram identificados estudos potencialmente relevantes, os quais passaram por leitura de títulos e resumos para avaliação de aderência ao tema. A seleção dos estudos ocorreu de forma não sistemática, orientada pela relevância temática, consistência metodológica e aplicabilidade clínica, sem pretensão de exaustividade. Foram incluídos estudos originais envolvendo gestantes e puérperas submetidas à anestesia obstétrica em partos vaginais ou cesarianas, que abordassem práticas humanizadas e seus efeitos sobre ansiedade, estresse, sintomas depressivos, satisfação materna e experiência emocional do parto. Estudos com população não obstétrica, relatos de caso, revisões narrativas sem critérios metodológicos definidos e publicações incompletas foram utilizados apenas como suporte teórico complementar. A síntese dos achados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, enfatizando as repercussões da humanização no cuidado anestésico obstétrico. **RESULTADOS:** Os resultados indicam que práticas humanizadas na anestesia obstétrica estão associadas à redução significativa da ansiedade, do medo e do estresse materno



durante o período periparto. Gestantes que receberam informações claras, participaram ativamente das decisões anestésicas e foram acolhidas de forma empática apresentaram maior sensação de segurança, controle e satisfação com o cuidado recebido. Observou-se menor incidência de experiências traumáticas relacionadas ao parto, bem como redução de sintomas depressivos e ansiosos no pós-parto. Além disso, a humanização esteve associada à melhor aceitação da anestesia, menor necessidade de intervenções farmacológicas adicionais e fortalecimento do vínculo entre paciente e equipe de saúde, contribuindo para desfechos psicológicos mais favoráveis e melhor qualidade da experiência materna. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A humanização na anestesia obstétrica exerce impacto positivo significativo na saúde mental materna, promovendo redução da ansiedade, maior satisfação com o parto e menor risco de repercussões psicológicas negativas no pós-parto. A incorporação de práticas humanizadas no cuidado anestésico obstétrico configura-se como estratégia essencial para a promoção de um atendimento mais seguro, acolhedor e centrado na mulher, reforçando a importância da abordagem integral no contexto da assistência ao parto.

PALAVRAS-CHAVE: Anestesia obstétrica; Humanização da assistência; Saúde mental materna.

IMPACTO DA ANSIEDADE PRÉ-OPERATÓRIA NO MANEJO ANESTÉSICO

Danilo de Amorim Simões

Graduando em medicina pela universidade Santo Amaro Unisa, São Paulo.

Gabriela de Oliveira Morais

Graduanda em Medicina pela universidade Humanitas, São José dos Campos.

Sabrina De Oliveira Morais

Graduada em Psicologia pela universidade paulista, Unip, São José dos campos.

Introdução A ansiedade pré-operatória é um fenômeno frequente em pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos, estando associada ao medo da anestesia, da cirurgia, da dor e de possíveis complicações. Esse estado emocional pode desencadear respostas fisiológicas importantes, como aumento da atividade simpática, elevação da frequência cardíaca e da pressão arterial, além de alterações hormonais relacionadas ao estresse. No contexto anestésico, a presença de ansiedade pré-operatória representa um fator relevante, pois pode influenciar a estabilidade hemodinâmica, a necessidade de fármacos anestésicos e a recuperação pós-operatória, tornando-se um desafio para o manejo seguro e eficaz do paciente. **OBJETIVO:** Avaliar o impacto da ansiedade pré-operatória no manejo anestésico de pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de caráter narrativo, fundamentado na análise da literatura científica sobre ansiedade pré-operatória e sua influência no manejo anestésico. A busca bibliográfica foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo PubMed, SciELO e LILACS, contemplando publicações no período de 2014 a 2024, nos idiomas português, inglês e espanhol. A seleção dos estudos ocorreu de forma não sistemática, orientada pela relevância temática e contribuição clínica, sem pretensão de exaustividade. Foram considerados estudos originais que abordaram pacientes adultos submetidos a procedimentos cirúrgicos sob anestesia, analisando repercussões hemodinâmicas, consumo de agentes anestésicos e analgésicos e desfechos pós-operatórios imediatos. A síntese dos achados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, com enfoque nas implicações clínicas da ansiedade pré-operatória no contexto anestésico. **RESULTADOS:** Os resultados demonstram que a ansiedade pré-operatória está associada a alterações clínicas significativas durante o manejo anestésico, com maior ativação do sistema nervoso simpático, evidenciada por elevação da frequência cardíaca, aumento da pressão arterial e maior instabilidade hemodinâmica, especialmente durante a indução anestésica e em momentos de maior estímulo cirúrgico. Observou-se maior necessidade de agentes anestésicos e analgésicos para alcançar níveis adequados de sedação e analgesia, além de ajustes mais frequentes na profundidade anestésica ao longo do procedimento. Pacientes com ansiedade elevada apresentaram maior sensibilidade à dor, maior incidência de náuseas e vômitos no pós-operatório imediato, atraso na recuperação anestésica e maior tempo de permanência na sala de recuperação pós-anestésica. Adicionalmente, esses pacientes demonstraram menor tolerância a procedimentos invasivos e maior desconforto perioperatório, o que impacta negativamente a experiência cirúrgica e os



desfechos imediatos, evidenciando que fatores emocionais exercem influência direta sobre a resposta fisiológica ao estresse cirúrgico e a condução anestésica. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A ansiedade pré-operatória exerce influência significativa no manejo anestésico, impactando a estabilidade clínica, o consumo de fármacos e a recuperação do paciente. O reconhecimento precoce desse fator e a adoção de estratégias de controle emocional e sedação adequada contribuem para um manejo anestésico mais seguro, humanizado e eficiente, reforçando a importância da abordagem integral do paciente no período pré-operatório.

PALAVRAS-CHAVE: Ansiedade pré-operatória; Manejo anestésico; Período perioperatório.

IMPACTO DA SAÚDE EM IDOSOS CUIDADORES DE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

João Pedro do Valle Varela

Graduando em medicina pelo Centro Universitário UniFAMESC e Bolsista da Iniciação Científica PIC/FAMESC/2025, Bom Jesus do Itabapoana RJ

Bianca Magnelli Mangiavacchi

Docente e Orientadora da Iniciação Científica PIC/FAMESC/2025 pelo Centro Universitário UniFAMESC, Bom Jesus do Itabapoana RJ

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) demanda acompanhamento contínuo, intensivo e, muitas vezes, prolongado ao longo da vida, sendo o cuidado frequentemente assumido por familiares idosos que se tornam cuidadores primários. O envelhecimento associado à manutenção desse papel pode gerar impactos significativos na saúde física, mental e social desses cuidadores, aumentando o risco de doenças crônicas, comprometimento funcional, estresse persistente, ansiedade, sintomas depressivos e redução da qualidade de vida. Considerando o envelhecimento populacional e a cronicidade do TEA, torna-se essencial compreender os efeitos do cuidado prolongado sobre cuidadores idosos, a fim de subsidiar estratégias de atenção integral e políticas públicas específicas. **OBJETIVOS:** Realizar uma revisão sistemática da literatura para analisar o impacto do cuidado a indivíduos com TEA na saúde de cuidadores idosos, identificando fatores de risco, principais repercussões clínicas e estratégias de mitigação descritas nos estudos. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão sistemática conduzida conforme as diretrizes PRISMA. As buscas foram realizadas nas bases PubMed, SciELO, LILACS e Embase, utilizando os descritores “Autism Spectrum Disorder”, “Elderly Caregivers”, “Health Impact” e “Mental Health”. Foram incluídos estudos originais publicados entre 2010 e 2023, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem explicitamente aspectos relacionados à saúde física, mental ou à qualidade de vida de cuidadores idosos de pessoas com TEA. Foram excluídas revisões narrativas, relatos de caso, estudos com cuidadores não familiares e pesquisas sem foco direto na saúde do cuidador. A seleção e a extração dos dados foram realizadas por dois revisores independentes, com categorização dos achados em repercussões físicas, psicológicas e sociais. **RESULTADOS:** Dos 301 estudos inicialmente identificados, 25 atenderam aos critérios de inclusão. Os resultados demonstraram elevada prevalência de condições crônicas entre cuidadores idosos, como hipertensão arterial sistêmica, distúrbios do sono, dores musculoesqueléticas e fadiga persistente, frequentemente associadas à sobrecarga física e à redução do autocuidado. No âmbito psicológico, sintomas depressivos e ansiosos foram observados em aproximadamente 35% a 48% dos cuidadores, além de altos níveis de estresse e esgotamento emocional. A diminuição da qualidade de vida, o isolamento social e as dificuldades financeiras também foram recorrentes. Entre os principais fatores de risco destacaram-se idade avançada, ausência de redes formais de apoio, elevada carga horária de



cuidado, dependência funcional do indivíduo com TEA e presença de limitações físicas prévias no cuidador. Estratégias consideradas eficazes incluíram acompanhamento multiprofissional, intervenções psicoeducativas, grupos de apoio, fortalecimento do suporte comunitário e incentivo a práticas de autocuidado. Apesar desses achados, os estudos apontam lacunas relevantes na integração entre a atenção primária, os serviços especializados e as políticas públicas direcionadas especificamente à saúde do cuidador idoso. **CONCLUSÃO:** O cuidado prolongado a indivíduos com TEA impõe impactos substanciais à saúde física, mental e social de cuidadores idosos. Estratégias estruturadas de suporte multiprofissional, capacitação, fortalecimento de redes comunitárias e políticas públicas específicas são fundamentais para reduzir a sobrecarga, preservar a funcionalidade e promover o bem-estar desses cuidadores. A atenção integral ao cuidador idoso deve ser reconhecida como prioridade na prática clínica e na formulação de políticas de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidadores; Rede de Apoio; Sobrecarga Psicológica; Transtorno do Espectro Autista;



LIMITES DA FORMAÇÃO DOCENTE: OS IMPACTOS NA COMPREENSÃO DAS DIFERENÇAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Débora Aparecida da Silva

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU, Caruaru PE.

Dayane Maria da Silva

Graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU, Caruaru PE.

Guilherme Sousa de Sales

Graduado em História pela Universidade de Pernambuco - UPE, Nazaré da Mata PE.

INTRODUÇÃO: A falta de preparação docente tem contribuído para a patologização dos alunos no contexto escolar, levando à interpretação de dificuldades de aprendizagem como transtornos quando não o são ou, inversamente, à naturalização de sinais que exigiriam investigação mais aprofundada como simples traços de personalidade. Esse cenário revela uma compreensão reducionista do desenvolvimento humano e do processo educacional, que desconsidera sua complexidade e multideterminação. A escola, enquanto espaço privilegiado para a vivência do desenvolvimento humano, configura-se como um campo fundamental para reflexões contínuas sobre a formação inclusiva do professor. No entanto, embora a legislação educacional reconheça a saúde como tema transversal na construção do currículo escolar, ainda se observa uma formação acadêmica insuficiente para lidar criticamente com as demandas relacionadas à aprendizagem, à saúde e ao desenvolvimento dos estudantes. **OBJETIVO:** Analisar como os limites da formação docente contribuem para a patologização das dificuldades de aprendizagem e para práticas excludentes no contexto escolar. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, fundamentado na análise de produções teóricas clássicas e contemporâneas da área da Educação e da Psicologia. Foram utilizados autores que discutem formação docente, desenvolvimento humano, práticas inclusivas e saberes profissionais, com destaque para Montessori, Wallon e Tardif, além de documentos legais que orientam a educação brasileira. **RESULTADOS:** Os estudos analisados indicam que a formação docente, historicamente influenciada por concepções liberais, contribuiu para a responsabilização individual do aluno por seu desempenho escolar, sustentando a ideia de falta de esforço ou interesse. Essa lógica ignora os fatores sociais, históricos, culturais e subjetivos que atravessam o processo de aprendizagem. A utilização de testes psicométricos no contexto escolar reforçou classificações entre alunos “normais” e “deficientes”, legitimando práticas excludentes. Em contraposição, abordagens pedagógicas centradas na individualidade da criança evidenciam uma educação sem rótulos, favorecendo a autonomia e a inclusão. Além disso, estudos apontam que a formação universitária permanece excessivamente teórica, gerando lacunas no manejo de alunos



atípicos e levando os docentes a buscarem capacitações externas, muitas vezes financeiramente inacessíveis. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a revisão dos currículos dos cursos de licenciatura é fundamental para fortalecer uma formação docente crítica, articulada entre teoria e prática. Incluindo também um investimento na saúde mental do professor e na construção de vínculos afetivos saudáveis com os estudantes, mostrando-se essencial para uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de reconhecer e acolher as singularidades dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva; Formação docente; Dificuldades de aprendizagem.

M-LEARNING COMO DISPOSITIVO PARA A PROMOÇÃO DA PARENTALIDADE RESPEITOSA E DA SAÚDE MENTAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA REFLEXÃO TEÓRICA

Marcela Pimenta Guimarães Muniz (nome do autor completo e em negrito tamanho 10)

Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

Eluana Borges Leitão de Figueiredo (nome do autor completo e em negrito tamanho 10)

Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

Ândrea Cardoso de Souza

Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública ESNP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ)

Eliane Oliveira de Andrade Paquiela

Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

Karine da Silva Melo

Acadêmica do curso de Enfermagem pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

INTRODUÇÃO: As tecnologias digitais têm reconfigurado os modos de produzir conhecimento e de desenvolver práticas educativas em saúde, ampliando o acesso à informação e favorecendo estratégias formativas mais flexíveis e contextualizadas. No campo da primeira infância, observa-se crescente interesse no uso de tecnologias educacionais para apoiar pais, cuidadores e profissionais diante dos desafios relacionados ao cuidado, à educação e à saúde mental das crianças. Nesse cenário, o m-learning destaca-se como uma modalidade de aprendizagem mediada por dispositivos móveis, caracterizada pela portabilidade, acessibilidade e possibilidade de integração com o cotidiano dos usuários. A articulação entre m-learning, promoção da parentalidade respeitosa e saúde mental na primeira infância constitui um campo ainda em consolidação, que demanda reflexão teórica acerca de seus potenciais, limites e implicações éticas e pedagógicas. **OBJETIVOS:** Refletir teoricamente sobre o uso do m-learning como estratégia para a promoção da parentalidade respeitosa e da saúde mental na primeira infância, no contexto das práticas educativas em saúde. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de natureza teórico-reflexiva, fundamentado na análise crítica de referenciais conceituais sobre tecnologias educacionais, m-learning, parentalidade respeitosa e saúde mental infantil. A reflexão articula produções teóricas nacionais e internacionais, bem como documentos normativos e diretrizes que abordam inovação pedagógica, cuidado em saúde e proteção à infância. O percurso analítico privilegia a problematização dos usos das tecnologias digitais no cuidado e na educação, sem se apoiar em análise sistemática de dados empíricos. **RESULTADOS:** A reflexão teórica evidencia que o m-learning apresenta potencial para ampliar o alcance de ações educativas voltadas à promoção da parentalidade respeitosa, especialmente por sua capacidade de integrar



conteúdos formativos ao cotidiano de pais e cuidadores. Recursos como vídeos curtos, áudios, trilhas educativas e interações assíncronas podem favorecer processos de aprendizagem mais acessíveis, dialógicos e sensíveis às realidades familiares. No entanto, a utilização do m-learning no campo da primeira infância exige atenção às dimensões éticas, à qualidade dos conteúdos e ao risco de medicalização ou normatização excessiva das práticas parentais. Destaca-se, ainda, a importância da mediação profissional e da articulação entre tecnologias digitais, políticas públicas e práticas presenciais de cuidado, de modo a fortalecer a saúde mental infantil e os vínculos familiares. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O m-learning configura-se como um dispositivo pedagógico promissor para a promoção da parentalidade respeitosa e da saúde mental na primeira infância, desde que utilizado de forma crítica, ética e integrada às práticas educativas em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: M-learning; Saúde mental; Tecnologias educacionais.



NEUROCIÊNCIA E APRENDIZAGEM

Dalva Eliane Antunes dos Santos

Pedagoga e Psicopedagoga pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Porto Alegre RS

Mestranda em Neuropsicologia pela Fundação Universitária Iberoamericana - FUNIBER, Florianópolis SC

Ana Paula Fernandes Monteiro

Graduação em Nutrição pelo

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Porto Alegre RS

Rosane Pereira da Rosa

Graduada em Educação Física pelo Centro Universitário Metodista – IPA, Porto Alegre RS

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Porto Alegre RS

Raymara Cristina Viana

Psicopedagoga pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, São Luís MA

Graduanda em Terapia Ocupacional pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, São Luís MA

INTRODUÇÃO: A neurociência ao investigar as bases biológicas do comportamento e da cognição, revelou que a aprendizagem não é um processo meramente mecânico, mas sim uma complexa interação entre estruturas cerebrais, experiências e contextos sociais. **OBJETIVO:** O objetivo é investigar a relação entre neurociência e aprendizagem, analisando como os conhecimentos neurocientíficos podem ser aplicados para aprimorar as práticas pedagógicas. Método ou **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão sistemática abrangente da literatura, que incluiu a análise de práticas educativas, suas implicações para a plasticidade cerebral e a inter-relação entre aspectos emocionais e cognitivos no processo de aprendizagem. Foram utilizadas bases de dados científicas: Scopus, Web of Science, PubMed AND Google Scholar. A estratégia de busca foi estruturada para incluir

PALAVRAS-CHAVE: "plasticidade cerebral", "estratégias de ensino" e "aprendizagem adaptativa". Foram analisados estudos publicados em língua portuguesa no período entre 2014 e 2024. Os dados de exclusão foram textos em outros idiomas, resumos e artigos duplicados.

RESULTADOS: A análise dos dados evidenciou que estratégias como aprendizagem colaborativa, prática deliberada, feedback contínuo, multimodalidade e personalização do ensino são eficazes em promover mudanças positivas na estrutura cerebral, facilitando a formação de novas conexões neurais. A importância do ambiente emocional e do bem-estar dos alunos como fatores cruciais para o aprendizado. As estratégias de ensino que potencializam a plasticidade cerebral são essenciais para a formação de alunos mais engajados, resilientes e adaptáveis. Ao integrar práticas pedagógicas que respeitem e estimulem a capacidade do cérebro de se desenvolver, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem que não apenas melhoram o desempenho acadêmico, mas também promovem o bem-estar emocional e social dos alunos. Conclusão ou **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo mostrou que a implementação de



estratégias pode não apenas melhorar o desempenho acadêmico, mas contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para enfrentar os desafios. Cabe ao psicopedagogo utilizar as múltiplas modalidades de ensino, que envolvem diferentes sentidos e formatos, enriquecendo o processo de aprendizagem, favorecendo a retenção de informações e a compreensão de conceitos complexos. A implementação das práticas pedagógicas sugeridas requer tempo, formação e comprometimento por parte dos educadores, o que pode ser um desafio em ambientes educacionais com recursos limitados ou sob forte pressão por resultados imediatos. Dessa forma, enfatizamos a necessidade de um enfoque educacional respeitando e promovendo a plasticidade cerebral em todos os ciclos da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Cognitivo; Estratégias de Ensino: Plasticidade Cerebral.



NEUROCIÊNCIA E NEUROPLASTICIDADE CEREBRAL: CONTRIBUIÇÕES PARA APRENDIZAGEM DE ALUNOS NEUROATÍPICOS COM TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Dalva Eliane Antunes dos Santos

Pedagoga e Psicopedagoga pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Porto Alegre RS

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Porto Alegre RS

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio de Sá – Porto Alegre RS

Mestranda em Neuropsicologia pela Fundação Universitária Iberoamericana - FUNIBER, Florianópolis SC

Ana Paula Fernandes Monteiro

Graduação em Nutrição pelo Centro Universitário Metodista – IPA, Porto Alegre RS

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Porto Alegre RS

Rosane da Rosa Pereira

Graduada em Educação Física pelo Centro Universitário Metodista – IPA, Porto Alegre RS

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Porto Alegre RS

Raymara Cristina Viana

Psicopedagoga pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, São Luís MA

Graduanda em Terapia Ocupacional pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, São Luís MA

INTRODUÇÃO: Crianças com Transtornos Específicos de Aprendizagem (TEAp) que apresentam dificuldades e barreiras no espaço escolar podem ter insucesso escolar, devido ao fato de não aprender, o que pode estar associado a fatores psicossociais, dificultando a abordagem e o processo regular de aprendizagem. A neurociência, ao investigar as bases biológicas do comportamento e cognição, revelou que a aprendizagem não é um processo meramente mecânico, mas sim uma complexa interação entre estruturas cerebrais, experiências e contextos sociais. **OBJETIVO:** Investigar a relação entre neurociência e a neuroplasticidade e sua implicação no aprendizado de aprendizes com TEAp. **METODOLOGIA:** Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de natureza bibliográfica, com abordagem qualitativa, fundamentada nos pressupostos da neuropsicopedagogia. A coleta de dados foi realizada por meio de busca sistemática em bases de dados científicas, incluindo a Biblioteca Virtual da Uniassevi, Web of Science, PubMed e Google Scholar, seguindo uma estratégia previamente definida. Foram utilizados como descritores os termos “neuroplasticidade”, “neuroaprendizagem” e “práticas educativas”, de forma a identificar produções científicas alinhadas ao objetivo do estudo. A seleção dos trabalhos considerou publicações em língua



portuguesa, no período compreendido entre 2014 e 2024. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados textos publicados em outros idiomas, resumos, bem como artigos duplicados. A análise do material selecionado permitiu reunir evidências teóricas relevantes acerca das contribuições da neuroplasticidade e da neuroaprendizagem para o aprimoramento das práticas educativas, subsidiando reflexões e intervenções no campo da neuropsicopedagogia.

RESULTADOS: Os achados evidenciam que crianças e adolescentes podem apresentar mais de um tipo de (TEAp), sendo sua identificação mais precisa no ensino fundamental. A literatura destaca que a intervenção precoce, independentemente da natureza da dificuldade de aprendizagem, contribui significativamente para um prognóstico mais favorável, prevenindo prejuízos acadêmicos e auxiliando na definição de intervenções mais eficazes. Os estudos analisados apontam que a consolidação da aprendizagem em aprendizes com TEAp está diretamente relacionada aos processos de atenção, memória, emoção e interação social. A formação da memória ocorre por meio de experiências repetidas, influências do meio e vivências sociais, sendo a atenção considerada a principal porta de entrada para novas informações. Ademais, o equilíbrio emocional e a saúde física influenciam diretamente a aprendizagem e a plasticidade cerebral, onde práticas pedagógicas inclusivas, com adaptações curriculares favorecem o engajamento, a neuroplasticidade e o desenvolvimento cognitivo e socioemocional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Desenvolver uma pedagogia do interesse voltada a temas que emergem da sociedade, da realidade prática de cada segmento, mantendo o foco sustentado, contribuindo para o aperfeiçoamento educacional e a superação das dificuldades individuais. Conhecer as áreas do conhecimento, compreendendo as estruturas e os mecanismos biológicos, permite entender como se dá o aprendizado, possibilitando inferir e interferir positivamente, desenvolvendo estratégias que envolvam o aluno na produção da sua própria aprendizagem. No contexto mundial, onde a informação flui com intensa rapidez diante do aumento de possibilidades digitais e acesso aos recursos individuais, cabe ao profissional legitimar essa realidade para si, dialogando com os alunos sobre essa realidade, contribuindo para o aperfeiçoamento educacional e a superação das dificuldades individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Neuroaprendizagem; Neuroplasticidade; Práticas Educativas.

NEURODESENVOLVIMENTO INFANTIL: EVIDÊNCIAS, FATORES AMBIENTAIS ASSOCIADOS AO AUTISMO

Naiara Cristina de Souza Garajau, Graziela Cavalcanti de Albuquerque, Ana Cláudia Lobão de Albuquerque Nogueira, Taiane Silva da Costa, Diego Mairins Pereira, Francislena de Albuquerque Prestes.

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Norte Paraná - UNOPAR, Arapiraca AL

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio, Recife-PE

Enfermeira Especialista em Estratégia de Saúde da Família pela Faculdade Líbano - CIH - Rio de Janeiro RJ.

Neuropsicopedagoga e Neuropsicóloga pelo Instituto Brasileiro de Medicina e Reabilitação - IBMR, Rio de Janeiro RJ

Graduado em Licenciado em Química pelo Instituto Federal do Sertão Pernambucano – IFsertaoPE, Ouricuri PE

Psicóloga e Pós-graduanda em Terapia do Esquema e Terapia Cognitivo-comportamental pela Artmed Pontifícia Universidade Católica – PUCPR, Paraná-PR

INTRODUÇÃO: O neurodesenvolvimento infantil representa um processo contínuo e altamente sensível às interações biológicas e ambientais. O aumento consistente dos diagnósticos do transtorno do espectro autista na última década tem despertado interesse científico e social, impulsionando investigações sobre possíveis determinantes gestacionais e ambientais. Embora parte deste crescimento seja atribuída ao aprimoramento dos critérios diagnósticos e à expansão do acesso aos serviços de saúde, permanecem lacunas quanto à compreensão do impacto de exposições químicas, condições maternas e mudanças ambientais na modulação da neuroplasticidade precoce, além dos fatores genéticos. Evidências apontam que poluentes atmosféricos, alterações metabólicas maternas e misturas de compostos ambientais podem atuar de maneira sinérgica na formação das redes neurais durante a gestação, tornando o tema relevante para estratégias preventivas e para o avanço do conhecimento sobre a etiologia multifatorial do autismo. **OBJETIVO:** Compreender como exposições gestacionais, como poluentes atmosféricos, condições metabólicas maternas e misturas químicas ambientais, podem influenciar a formação neural durante a gestação e contribuir para alterações no desenvolvimento. **MÉTODO:** Revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, realizada em novembro de 2025. A pergunta norteadora foi: “De que forma exposições gestacionais, incluindo poluentes atmosféricos, condições metabólicas maternas e misturas químicas ambientais, influenciam o neurodesenvolvimento infantil e a ocorrência de alterações associadas ao autismo?” As buscas ocorreram nas bases de dados PubMed/MEDLINE e Web of Science, utilizando descritores DeCS/MeSH: (Neurodesenvolvimento), (Exposição Pré-natal), (Poluentes Ambientais), (Autismo), combinados com operadores booleanos AND. Foram incluídos estudos dos últimos cinco anos, disponíveis em texto completo, em português, espanhol ou inglês. Estudos duplicados, relatos de casos isolados, monografias, teses e dissertações foram excluídos. **RESULTADOS:** Os achados evidenciaram que exposições

gestacionais a poluentes atmosféricos, alterações metabólicas maternas e misturas químicas ambientais estão associadas a alterações no neurodesenvolvimento infantil. Os estudos apontam que tais exposições podem interferir na formação e conectividade das redes neurais, influenciando comportamentos característicos do espectro autista. Verificou-se que a intensidade e a combinação das exposições desempenham papel relevante, sugerindo efeitos sinérgicos que aumentam o risco de alterações no desenvolvimento neurocognitivo. A análise desses resultados reforça a hipótese de que fatores ambientais gestacionais contribuem significativamente para a etiologia multifatorial do autismo, uma vez que poluentes atmosféricos, desregulação metabólica materna e exposição a misturas químicas podem comprometer a neuroplasticidade precoce e o desenvolvimento cognitivo e social. Esses resultados destacam a importância de políticas públicas voltadas à redução da exposição ambiental durante a gestação, bem como da promoção da saúde materna e do acompanhamento precoce do desenvolvimento infantil. **CONCLUSÃO:** Ficou evidenciado que exposições gestacionais a poluentes atmosféricos, alterações metabólicas maternas e misturas químicas ambientais podem influenciar o neurodesenvolvimento infantil e contribuir para alterações associadas ao autismo. Os achados reforçam a importância de políticas públicas voltadas à redução da exposição ambiental, ao acompanhamento pré-natal adequado e à promoção da saúde materna, bem como do monitoramento precoce do desenvolvimento infantil. Persistem lacunas na literatura sobre a interação entre fatores ambientais e genéticos e os efeitos de exposições em diferentes períodos gestacionais, indicando a necessidade de estudos longitudinais e investigações voltadas a intervenções preventivas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Cognitivo; Exposição Pré-Natal; Neuroplasticidade.

O AFIRMASUS COMO ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL DE DISCENTES DE AÇÕES AFIRMATIVAS

INTRODUÇÃO: A permanência estudantil na universidade é um desafio constante para os discentes de ações afirmativas, uma vez que enfrentam barreiras socioeconômicas, raciais e culturais para acessar e concluir o ensino superior. Nesse contexto, o AFIRMASUS emerge como uma estratégia de cuidado fundamental para promover a continuidade no ensino, a saúde mental e o bem-estar desses estudantes. O AFIRMASUS é uma iniciativa complementar de apoio à permanência estudantil de grupos historicamente vulnerabilizados, promovendo ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura, integrando ensino, serviço e comunidade. **OBJETIVO:** Apresentar o AFIRMASUS como estratégia de promoção da saúde mental de discentes de ações afirmativas. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, baseado na análise documental de marcos legais e diretrizes institucionais que instituem o programa AFIRMASUS. Considerando a implementação recente da política, o relato concentra-se exclusivamente em documentos normativos e institucionais vigentes, analisados por meio de leitura analítica e interpretativa, orientada por princípios éticos e interseccionais. A análise buscou correlacionar os mecanismos de permanência estudantil previstos pelo programa com as vulnerabilidades psicossociais de estudantes beneficiários de ações afirmativas, compreendendo o AFIRMASUS como estratégia institucional de apoio estudantil, cuidado e promoção da saúde mental no percurso acadêmico, com caráter emancipatório. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O programa atua como uma potente estratégia de cuidado, buscando superar a barreira da assistência exclusivamente financeira e assegurar o acompanhamento contínuo do estudante, com foco em ações de saúde, sociais, culturais e tecnológicas, de forma participativa e voltada à permanência do estudante no ensino superior. A implementação das diretrizes previstas nos editais nacionais e locais reduz o isolamento institucional, fortalece o sentimento de pertencimento, valoriza a seleção inclusiva e combate o racismo institucional, promovendo práticas transformadoras. Assim, observa-se a mitigação de sofrimentos psíquicos, como ansiedade e estresse, vinculados à precariedade socioeconômica e sociocultural, uma vez que a articulação entre ensino, serviço e comunidade cria uma rede de proteção integral, apoiando a permanência acadêmica, o desenvolvimento pessoal e a saúde mental dos discentes em perspectiva sustentável. A intersectorialidade e o acompanhamento contínuo propostos pelo programa asseguram que a saúde mental seja tratada como um direito fundamental. **CONCLUSÃO:** O AFIRMASUS, enquanto iniciativa recente e inovadora, configura-se como estratégia fundamental para a promoção da equidade, da permanência acadêmica, do apoio psicológico e do cuidado integral em saúde mental de estudantes de ações afirmativas. Conclui-se que o fortalecimento, a ampliação, a implementação contínua e a consolidação dessa política são vitais para minimizar desigualdades históricas e garantir que a trajetória acadêmica desses estudantes seja justa, humanizada,



acolhedora, inclusiva e integral em todos os seus aspectos.

PALAVRAS-CHAVE: Afirmar Sus; Equidade; Permanência Estudantil; Saúde Mental.

O PAPEL DA ATENÇÃO PRIMÁRIA NA EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO EM SAÚDE MENTAL

Ana Smylla Gonzaga Santana

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Cuité PB),

Bianca Cristina Silva

Graduanda em enfermagem pela Universidade Estadual do Estado de Minas Gerais – UEMG, Passos, MG

Ronaldy Sá de Lima

Graduando em Medicina e Saúde pela Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim, ES

Lhayslla Gabriela Lima de Sá

Graduada em Psicologia pela Faculdade Multivix, Nova Venécia, ES

INTRODUÇÃO: A atenção primária à saúde desempenha papel estratégico na promoção da saúde mental, articulando ações preventivas, educativas e comunitárias, identificando vulnerabilidades precoces, oferecendo acompanhamento contínuo e fortalecendo a intersetorialidade, a capacitação profissional e estratégias que promovem bem-estar, equidade e desenvolvimento integral. **OBJETIVO:** Analisar, por meio de revisão integrativa da literatura, o papel da educação em saúde, com ênfase na Educação Permanente em Saúde, no fortalecimento das práticas de cuidado em saúde mental na Atenção Primária à Saúde. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada nas bases de dados disponíveis na Biblioteca Virtual em Saúde, incluindo SciELO, LILACS e BDEF. Utilizaram-se os descritores: “Atenção Primária à Saúde”; “Educação em Saúde”; e “Saúde Mental”; combinados entre si por operadores booleanos "AND" e "OR" para refinar os resultados. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, publicados em português, inglês e espanhol, entre 2018 e 2025, que abordassem estratégias de educação em saúde e intervenções na atenção primária na promoção da saúde mental e na redução de sofrimento psicológico. Os critérios de exclusão foram: estudos duplicados, resumos sem acesso ao texto completo e artigos que não tratassem da atenção primária e saúde mental. Foram encontrados 458 artigos inicialmente identificados, 12 foram selecionados após leitura de títulos e resumos por tratarem de educação em saúde na Atenção Primária e abordarem capacitação profissional ou articulação intersetorial. Após análise completa, 5 foram incluídos por apresentarem estratégias educativas em saúde mental e promoção do bem-estar, sendo categorizados por temas e sintetizados narrativamente para embasar as conclusões do estudo. **RESULTADOS:** A maioria das equipes de atenção primária à saúde (APS) apresenta estruturação e qualidade de assistência em saúde mental em nível médio, com pouca representatividade de nível alto. Entre os atributos essenciais, a longitudinalidade se destacou positivamente, enquanto a coordenação manteve índices mais baixos. Observou-se associação clara entre a estruturação da APS e a qualidade da assistência, de modo que equipes mais bem organizadas apresentaram maior probabilidade de oferecer cuidados abrangentes, contemplando integralidade, coordenação, longitudinalidade e primeiro contato. Os profissionais predominantes são enfermeiras, com média de 12 anos de experiência, formação superior e



especializações em Saúde da Família e Saúde Pública. Ansiedade, depressão e transtornos mentais comuns foram as condições mais atendidas. A Educação Permanente em Saúde (EPS) mostrou-se estratégia central, promovendo reflexão coletiva, integração de saberes e aprendizagem no cotidiano profissional.

Essa abordagem fortalece competências, humaniza o cuidado e consolida práticas efetivas de saúde mental na APS, garantindo atenção contextualizada, promoção do bem-estar e maior resolutividade à população. **CONCLUSÃO:** A análise evidencia que a qualidade da assistência em saúde mental na Atenção Primária à Saúde está ligada à estrutura das equipes e à capacitação profissional. Equipes bem estruturadas identificam, acompanham e promovem o bem-estar psicológico da população. A Educação Permanente em Saúde fortalece competências, estimula reflexão e humaniza o cuidado, consolidando práticas efetivas. Investir na capacitação das equipes, na integração intersetorial e no aprimoramento dos atributos essenciais da APS é fundamental para garantir cuidados eficientes, inclusivos e centrados nas necessidades dos usuários.

PALAVRAS-CHAVE: Atenção Primária à Saúde; Saúde Mental; Educação em Saúde.

O PAPEL DA REDE DE APOIO AOS CUIDADORES DE INDIVÍDUOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

João Pedro do Valle Varela

Graduando em medicina pelo Centro Universitário UniFAMESC e Bolsista da Iniciação Científica PIC/FAMESC/2025, Bom Jesus do Itabapoana RJ

Bianca Magnelli Mangiavacchi

Docente e Orientadora da Iniciação Científica PIC/FAMESC/2025 pelo Centro Universitário UniFAMESC, Bom Jesus do Itabapoana RJ

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por alterações persistentes no neurodesenvolvimento que demandam acompanhamento contínuo e, em muitos casos, intervenções intensivas ao longo da vida. Esse processo de cuidado é assumido, majoritariamente, por familiares, que passam a desempenhar funções complexas relacionadas à assistência diária, organização terapêutica e mediação social do indivíduo com TEA. A manutenção prolongada dessas responsabilidades pode gerar impactos expressivos sobre a saúde mental dos cuidadores, manifestando-se por elevados níveis de estresse, ansiedade, sintomas depressivos e comprometimento da qualidade de vida. Diante desse cenário, as redes de apoio — compreendidas como estruturas formais e informais que oferecem suporte emocional, social, educacional e em saúde — assumem papel central na redução da sobrecarga e no fortalecimento da capacidade adaptativa dos cuidadores. **OBJETIVOS:** Analisar, por meio de revisão sistemática da literatura, a contribuição das redes de apoio formais e informais no suporte a cuidadores de pessoas com TEA, avaliando seus impactos sobre a saúde mental, a qualidade de vida e a redução da sobrecarga, bem como identificar fragilidades e lacunas na assistência. **MÉTODOS:** Foi realizada uma revisão sistemática de acordo com as diretrizes PRISMA. As buscas ocorreram nas bases PubMed, SciELO, LILACS e Embase, utilizando os descritores “Autism Spectrum Disorder”, “Caregivers”, “Support Network” e “Mental Health”. Incluíram-se estudos originais publicados entre 2018 e 2023, nos idiomas português, inglês e espanhol, que abordassem explicitamente a atuação de redes de apoio e seus efeitos sobre cuidadores de indivíduos com TEA. Foram excluídos relatos de caso, revisões narrativas e estudos que não enfocassem o suporte ao cuidador. A seleção dos artigos e a extração dos dados foram realizadas por dois revisores independentes, com organização dos achados em categorias temáticas relacionadas ao tipo de rede de apoio, repercussões psicossociais e limitações assistenciais. **RESULTADOS:** Dos 321 estudos inicialmente identificados, 27 atenderam aos critérios de inclusão. A literatura analisada demonstrou que cuidadores inseridos em redes de apoio estruturadas apresentaram menor prevalência de sintomas ansiosos (redução entre 30% e 40%) e depressivos (25% a 35%), além de melhor percepção de qualidade de vida e maior segurança no manejo do cuidado. O suporte formal, especialmente por meio de acompanhamento multiprofissional em saúde mental, psicologia, terapia ocupacional e programas de reabilitação,



mostrou-se determinante na prevenção do esgotamento emocional. Paralelamente, redes informais, como familiares e grupos comunitários, exerceram impacto positivo ao oferecer apoio emocional e auxílio prático no cotidiano. Contudo, os estudos evidenciaram limitações relevantes, incluindo desigualdade no acesso aos serviços, fragilidade da articulação intersetorial entre saúde, educação e assistência social, e insuficiente capacitação profissional. **CONCLUSÃO:** As evidências indicam que redes de apoio bem estruturadas são fundamentais para a promoção da saúde mental e do bem-estar de cuidadores de pessoas com TEA. A integração entre suportes formais e informais contribui para a redução da sobrecarga, fortalecimento da resiliência e qualificação do cuidado. Torna-se essencial ampliar políticas públicas e estratégias assistenciais que reconheçam o cuidador como sujeito de cuidado, promovendo suporte contínuo, acessível e humanizado.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidadores; Rede de Apoio; Sobrecarga Psicológica; Transtorno do Espectro Autista;

O SOFRIMENTO PSÍQUICO COMO EXPRESSÃO DAS INIQUIDADES SOCIAIS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Saúde Mental em Contexto de Vulnerabilidade Social.

Ronaldy Sá de Lima

Graduando em Medicina e Saúde pela Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim, ES

Ana Paula Abu Dion Albuquerque

Graduanda em Medicina e Saúde pela Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim, ES

Lhayslla Gabriela Lima de Sá

Graduada em Psicologia pela Faculdade Multivix, Nova Venécia, ES

INTRODUÇÃO: A saúde mental é profundamente influenciada pelos contextos sociais, econômicos e culturais nos quais os indivíduos estão inseridos, especialmente em cenários de vulnerabilidade social. Fatores como pobreza, exclusão social, desigualdades de gênero, precarização do trabalho e dificuldades de acesso aos serviços de saúde configuram determinantes sociais centrais do sofrimento psíquico, interferindo diretamente na qualidade de vida e nas possibilidades de cuidado. Nesses contextos, o adoecimento psíquico tende a ser intensificado por processos de marginalização, invisibilidade social e fragilidade das redes de apoio, exigindo abordagens ampliadas e interdisciplinares que superem explicações exclusivamente biomédicas. **OBJETIVO:** Analisar publicações científicas sobre saúde mental em contextos de vulnerabilidade social, destacando os impactos das iniquidades sociais nos processos de adoecimento psíquico e nas experiências de cuidado em saúde mental. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter narrativo. A busca foi realizada na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), no período de 2019 a 2024, utilizando os descritores: Saúde Mental e Vulnerabilidade Social, combinados por meio de operadores booleanos. Inicialmente, foram identificados 18 estudos. Após aplicação dos critérios de inclusão — artigos disponíveis na íntegra, publicados em português e que abordassem diretamente a relação entre vulnerabilidade social e saúde mental — e exclusão — duplicatas, editoriais e estudos que não atendiam ao objetivo proposto —, cinco artigos compuseram a amostra final. A escolha por um número reduzido de estudos justifica-se pelo caráter analítico e aprofundado da revisão narrativa, priorizando a diversidade de contextos sociais e territoriais. A análise ocorreu por meio de leitura crítica e análise temática. **RESULTADOS:** Os estudos analisados evidenciam que a vulnerabilidade social exerce influência direta e significativa sobre a saúde mental, manifestando-se de formas distintas conforme o contexto social e territorial. Entre pessoas em situação de rua, o sofrimento psíquico associa-se à exclusão social, à violência, às rupturas de vínculos e ao uso de substâncias psicoativas, sendo permeado por significados singulares atribuídos ao adoecimento. Em áreas rurais, observou-se associação entre iniquidades sociais, condições precárias de vida, acesso limitado aos serviços de saúde, maior prevalência de transtornos mentais comuns e consumo abusivo de álcool. No cuidado em saúde mental infantojuvenil, destaca-se a sobrecarga emocional, social e econômica vivenciada por mulheres



cuidadoras, intensificada por desigualdades de gênero, restrições materiais e insuficiência de suporte institucional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Conclui-se que a saúde mental não pode ser compreendida de forma dissociada dos contextos de vulnerabilidade social, uma vez que o sofrimento psíquico emerge de processos sociais complexos e desiguais. Os achados reforçam a necessidade de políticas públicas integradas, abordagens interdisciplinares e estratégias de cuidado que incorporem os determinantes sociais da saúde, ampliando o olhar para além do modelo biomédico tradicional e promovendo práticas mais equitativas e humanizadas.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Vulnerabilidade social; Angústia Psicológica.

O USO DAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES NO CUIDADO EM SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Ronaldy Sá de Lima

Graduando em Medicina e Saúde pela Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim, ES

Bianca Cristina Silva

Graduanda em enfermagem pela Universidade Estadual do Estado de Minas Gerais – UEMG, Passos, MG

Ana Smylla Gonzaga Santana

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Campina Grande, Paraíba.

Lhayslla Gabriela Lima de Sá

Graduada em Psicologia pela Faculdade Multivix, Nova Venécia, ES

INTRODUÇÃO: A Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PNPIC) representou um avanço na consolidação de um modelo de cuidado ampliado no Sistema Único de Saúde (SUS), ao incorporar sistemas e recursos terapêuticos que extrapolam o modelo biomédico tradicional. Essas práticas valorizam a escuta acolhedora, o fortalecimento do vínculo terapêutico e a relação do sujeito com o meio em que vive, favorecendo a reorientação do modelo assistencial sob a perspectiva biopsicossocial. No campo da saúde mental, as práticas integrativas e complementares assumem especial relevância por contribuírem para a redução do sofrimento psíquico, a promoção da autonomia e a construção de redes de apoio fundamentadas na consideração da subjetividade no cuidado clínico. **OBJETIVO:** Analisar o uso das Práticas Integrativas e Complementares (PICS) no cuidado em saúde mental no âmbito do SUS, a partir da literatura científica. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, realizada no período de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. A busca foi conduzida na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), utilizando as palavras-chave “Terapias Complementares” e “Saúde Mental”, combinadas pelo operador booleano AND. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, que abordassem diretamente os impactos das práticas integrativas e complementares no cuidado em saúde mental. Excluíram-se estudos duplicados, produções que não dialogavam com o objetivo proposto e textos de caráter exclusivamente opinativo. Inicialmente, foram identificados 28 estudos. Após a leitura dos títulos e resumos, 11 artigos foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão. Ao final, 17 estudos compuseram a amostra analisada, sendo submetidos à leitura crítica e à análise temática.

RESULTADOS: Os estudos analisados evidenciam amplo reconhecimento, por parte dos profissionais de saúde, acerca do potencial das práticas integrativas e complementares no cuidado em saúde mental, bem como o interesse crescente por capacitação para sua implementação em diferentes territórios. Observa-se que, embora a oferta dessas práticas ainda seja limitada em algumas regiões, há consenso quanto aos benefícios percebidos pelos usuários, destacando-se a



redução do sofrimento psíquico, a melhora da qualidade de vida e o fortalecimento do vínculo terapêutico. Entretanto, a literatura aponta desafios relevantes para a consolidação das PICS no SUS, como a escassez de recursos financeiros, dificuldades na articulação entre o modelo biomédico e as práticas complementares, além de fragilidades na formação profissional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A ampliação e a difusão do conhecimento sobre as práticas integrativas e complementares mostram-se fundamentais para o fortalecimento do cuidado em saúde mental no SUS. A inserção dessas práticas na Atenção Básica e nos Centros de Atenção Psicossocial contribui para o fortalecimento das redes de apoio, a reinserção social dos usuários e a promoção de um cuidado integral. Contudo, a lacuna na formação e capacitação dos profissionais configura-se como um dos principais desafios para a expansão das PICS, evidenciando a necessidade de investimentos em educação permanente e no desenvolvimento de sensibilidade cultural para potencializar a efetividade das intervenções.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental; Terapias Integrativas e Complementares; Sistema Único de Saúde.



PROJETO DE ENSINO EM PROMOÇÃO DA PARENTALIDADE POSITIVA E SAÚDE MENTAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA PROPOSTA BASEADA EM M-LEARNING

Marcela Pimenta Guimarães Muniz (nome do autor completo e em negrito tamanho 10)

Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

Eluana Borges Leitão de Figueiredo (nome do autor completo e em negrito tamanho 10)

Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

Ândrea Cardoso de Souza

Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública ESNP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ)

Eliane Oliveira de Andrade Paquiela

Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

Karine da Silva Melo

Acadêmica do curso de Enfermagem pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

INTRODUÇÃO: A parentalidade respeitosa consiste em uma abordagem relacional e educativa voltada à promoção de vínculos empáticos, não violentos e baseados no respeito mútuo entre adultos cuidadores e crianças, com repercussões diretas na saúde mental na primeira infância. Essa perspectiva enfatiza práticas como comunicação afetiva, estabelecimento de limites com respeito, reforço positivo e resolução pacífica de conflitos, favorecendo o desenvolvimento emocional e social infantil. No Brasil, a promulgação da Lei nº 14.826/2024, que institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças, reforça a relevância social e política de iniciativas voltadas à promoção da parentalidade respeitosa. Paralelamente, observa-se a necessidade de qualificar a formação de futuros profissionais de saúde para atuação junto às demandas da primeira infância, incorporando abordagens contemporâneas e tecnologias educacionais. Nesse contexto, o m-learning destaca-se como estratégia pedagógica inovadora, em função de sua flexibilidade, acessibilidade e potencial de integração entre teoria e prática. Projetos de ensino que articulem promoção da parentalidade respeitosa, saúde mental e tecnologias digitais configuram-se como dispositivos formativos promissores no âmbito do ensino superior, especialmente na área da Enfermagem. **OBJETIVO:** Apresentar um projeto de ensino voltado à promoção da parentalidade respeitosa e da saúde mental na primeira infância, fundamentado no uso de estratégias de m-learning, destacando sua proposta pedagógica, público-alvo e potencial formativo no contexto da graduação em saúde. **MÉTODO:** Trata-se de um projeto de ensino desenvolvido na Escola de Enfermagem Aurora de Afonso Costa da Universidade Federal Fluminense, em Niterói-RJ. Propõe-se a construção de materiais didáticos digitais baseados em m-learning, bem como a realização de oficinas



educativas, articuladas a ações extracurriculares. As atividades serão desenvolvidas de forma online. O público-alvo é composto por estudantes de graduação, prioritariamente do curso de Enfermagem, além de docentes e colaboradores de áreas afins, favorecendo uma abordagem inter e transdisciplinar. **RESULTADOS:** Espera-se que o projeto contribua para qualificar a formação dos estudantes no campo da saúde mental e da promoção da parentalidade respeitosa, ampliando a compreensão sobre os desafios vivenciados por pais, cuidadores e profissionais que atuam com crianças na primeira infância. A utilização do m-learning apresenta potencial para favorecer o engajamento discente, a autonomia no processo de aprendizagem e a articulação entre ensino, extensão e demandas sociais, em consonância com a literatura sobre inovação pedagógica e educação em saúde. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O projeto de ensino apresentado configura-se como uma proposta inovadora no âmbito da formação em saúde, ao integrar promoção da parentalidade respeitosa, saúde mental na primeira infância e tecnologias educacionais, com potencial para fortalecer processos formativos alinhados às políticas públicas e às necessidades contemporâneas do cuidado.

PALAVRAS-CHAVE: Parentalidade respeitosa; Saúde mental; Tecnologias educacionais.



PROMOÇÃO DA PARENTALIDADE RESPEITOSA E SAÚDE MENTAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Marcela Pimenta Guimarães Muniz (nome do autor completo e em negrito tamanho 10)

Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

Eluana Borges Leitão de Figueiredo (nome do autor completo e em negrito tamanho 10)

Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

Ândrea Cardoso de Souza

Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública ESNP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ)

Eliane Oliveira de Andrade Paquiela

Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

Karine da Silva Melo

Acadêmica do curso de Enfermagem pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

INTRODUÇÃO: A promoção da parentalidade respeitosa tem se consolidado como uma abordagem fundamental para a proteção e promoção da saúde mental na primeira infância, ao priorizar práticas educativas baseadas no respeito mútuo, na empatia, na comunicação afetiva e na não violência. Evidências científicas apontam que experiências relacionais positivas nos primeiros anos de vida influenciam diretamente o desenvolvimento emocional, social e cognitivo das crianças, bem como a prevenção de agravos à saúde mental ao longo do ciclo vital. No contexto contemporâneo, marcado por transformações nas configurações familiares, aumento das demandas parentais e desafios psicossociais, torna-se essencial compreender como a literatura científica tem abordado a parentalidade respeitosa enquanto estratégia promotora de saúde mental. No Brasil, a promulgação da Lei nº 14.826/2024 reforça a relevância dessa temática ao reconhecer a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência. Diante desse cenário, a sistematização do conhecimento científico sobre a promoção da parentalidade respeitosa mostra-se necessária para subsidiar práticas educativas, políticas públicas e processos formativos no campo da saúde e da educação. **OBJETIVOS:** Analisar e sintetizar as evidências científicas disponíveis na literatura acerca da promoção da parentalidade respeitosa e sua relação com a saúde mental na primeira infância. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, conduzida a partir das etapas metodológicas clássicas: formulação da questão de pesquisa, definição dos critérios de inclusão e exclusão, busca nas bases de dados, análise e síntese dos estudos selecionados. As buscas foram realizadas nas bases Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), PubMed e SciELO, utilizando os descritores “Parentalidade”, “Saúde mental”, “Primeira infância” e termos correlatos, combinados por operadores booleanos. Foram incluídos estudos publicados nos últimos anos, disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, que



abordassem a promoção da parentalidade respeitosa ou positiva associada à saúde mental infantil. Foram excluídos editoriais, cartas e estudos que não dialogassem diretamente com o tema. **RESULTADOS:** Os estudos analisados indicam que práticas parentais respeitosas estão associadas a melhores desfechos em saúde mental infantil, incluindo maior regulação emocional, redução de comportamentos externalizantes e fortalecimento de vínculos afetivos. A literatura destaca ainda o papel de programas educativos, intervenções parentais e estratégias formativas no fortalecimento das competências parentais, bem como a importância da atuação de profissionais de saúde na orientação e apoio às famílias. Observa-se, entretanto, a necessidade de ampliação de estudos no contexto brasileiro e de maior integração entre evidências científicas, políticas públicas e práticas educativas. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A revisão integrativa evidencia que a promoção da parentalidade respeitosa constitui estratégia relevante para a promoção da saúde mental na primeira infância, destacando a importância de ações educativas, formativas e intersetoriais baseadas em evidências científicas.

PALAVRAS-CHAVE: Parentalidade respeitosa; Saúde mental; Primeira infância.

RACISMO ESTRUTURAL COMO DETERMINANTE SOCIAL DA SAÚDE MENTAL

Ronaldy Sá de Lima

Graduando em Medicina e Saúde pela Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim, ES

Lhayslla Gabriela Lima de Sá

Graduada em Psicologia pela Faculdade Multivix, Nova Venécia, ES

INTRODUÇÃO: O racismo estrutural consiste em um conjunto de práticas e mecanismos que mantêm padrões desiguais e segregam a população preta, estando profundamente enraizado na formação social brasileira. Presente desde o período colonial, o racismo ultrapassa a dimensão do preconceito individual e se manifesta ao longo de toda a trajetória de vida de grupos racializados, contribuindo para a hierarquização social excludente. Esse processo incide diretamente sobre a subjetividade, sensibilizando o âmbito emocional desde a infância e reforçando a subordinação histórica de pessoas não brancas, com repercussões significativas na saúde mental. **OBJETIVO:** Analisar os impactos do racismo estrutural na saúde mental de jovens pretos na sociedade contemporânea. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, realizada a partir dos descritores “Racismo Estrutural” e “Saúde Mental”, utilizados de forma combinada. A busca foi conduzida na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), contemplando publicações dos últimos dez anos. Foram incluídos artigos disponíveis na íntegra, em língua portuguesa, que abordassem diretamente a relação entre racismo estrutural e saúde mental de jovens pretos. Excluíram-se estudos duplicados, produções que não dialogavam com o objetivo proposto e textos de caráter exclusivamente opinativo. A análise dos estudos selecionados ocorreu por meio de leitura crítica e análise temática, possibilitando a identificação dos principais impactos psicossociais do racismo estrutural. **RESULTADOS:** Evidenciam-se as principais consequências do racismo estrutural na perspectiva psicológica, com destaque para a sobrecarga mental vivenciada por jovens pretos. A exposição contínua a práticas discriminatórias ao longo da vida contribui para a construção de sentimentos de inferioridade, estresse crônico e formação de identidades negativas. Essas experiências, frequentemente manifestadas por meio de microagressões, compõem um processo cumulativo de sofrimento psíquico que, na ausência de redes de apoio, pode desencadear transtornos psicológicos e, em níveis mais profundos, ideias suicidas. Observa-se, ainda, que o racismo e suas manifestações atravessam o corpo e a subjetividade, adaptando-se à contemporaneidade por meio de padrões higienistas e do racismo algorítmico, presente nas mídias digitais. Esse fenômeno reforça exclusões simbólicas, limita a representatividade negra e contribui para a internalização de estereótipos brancos como padrão estético e social. Como parte desse processo, a falha institucional e a negligência das políticas públicas ampliam a invisibilidade e a vulnerabilidade desses sujeitos, reforçando a discriminação contínua e atingindo ainda mais populações vulneráveis, que são vítimas da maioria que edifica a branquitude. **CONCLUSÃO:** O racismo estrutural configura-se como um determinante social da saúde mental da população preta, atuando desde o nascimento e produzindo impactos contínuos ao longo do ciclo de vida. A



exposição reiterada a discriminações raciais intensifica vulnerabilidades psicossociais e evidencia a necessidade de redes de apoio efetivas, fundamentadas em práticas de cuidado, educação antirracista e representatividade. Torna-se urgente a implementação de estratégias institucionais e políticas públicas que reconheçam o racismo como fator estruturante do adoecimento psíquico, promovendo equidade e dignidade na atenção à saúde mental de jovens negros.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental; Racismo; Psicológico.

REFLEXÕES TEÓRICAS PARA O CAMPO DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO NO TEMA DA SAÚDE MENTAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA E PARENTALIDADE

Marcela Pimenta Guimarães Muniz (nome do autor completo e em negrito tamanho 10)

Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

Eluana Borges Leitão de Figueiredo (nome do autor completo e em negrito tamanho 10)

Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

Ândrea Cardoso de Souza

Doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública ESNP/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ)

Eliane Oliveira de Andrade Paquiela

Doutora em Ciências do Cuidado em Saúde pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

Karine da Silva Melo

Acadêmica do curso de Enfermagem pela Universidade Federal Fluminense - UFF, Niterói RJ

INTRODUÇÃO: A primeira infância constitui um período sensível do desenvolvimento humano, no qual as experiências relacionais estabelecidas entre crianças e seus cuidadores exercem papel estruturante na constituição da saúde mental. Nesse contexto, a promoção da parentalidade respeitosa emerge como uma perspectiva ética, relacional e educativa que se contrapõe a práticas autoritárias e violentas, historicamente naturalizadas nos processos de cuidado e educação. Mais do que um conjunto de técnicas parentais, a parentalidade respeitosa pode ser compreendida como um campo de produção de sentidos sobre infância, cuidado e responsabilidade social. A recente institucionalização da parentalidade positiva no ordenamento jurídico brasileiro, por meio da Lei nº 14.826/2024, tensiona os campos da saúde e da educação a revisitarem seus referenciais teóricos e práticos. Assim, torna-se relevante refletir teoricamente sobre como essa abordagem dialoga com a promoção da saúde mental na primeira infância e com os processos formativos de profissionais que atuam junto às famílias. **OBJETIVOS:** Refletir teoricamente sobre a promoção da parentalidade respeitosa enquanto dispositivo ético-político e formativo para a promoção da saúde mental na primeira infância, no âmbito da saúde e da educação. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo de natureza teórico-reflexiva, construído a partir da interlocução entre referenciais conceituais da parentalidade respeitosa, da saúde mental e do desenvolvimento infantil, bem como documentos normativos e marcos legais nacionais e internacionais. A reflexão não se orienta pela análise sistemática de estudos empíricos, mas pela problematização crítica de conceitos, princípios e implicações para o cuidado, o ensino e a formação profissional, especialmente no campo da saúde. **RESULTADOS:** A reflexão teórica permite compreender a promoção da parentalidade respeitosa como um dispositivo que



ultrapassa o âmbito privado da família, articulando-se a dimensões sociais, culturais e institucionais do cuidado. Ao valorizar o vínculo, a escuta e o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, essa abordagem contribui para a construção de ambientes emocionalmente seguros e favorecedores da saúde mental. No campo da saúde, evidencia-se a necessidade de deslocar práticas centradas apenas na normatização do comportamento infantil para ações que considerem os contextos familiares, as vulnerabilidades sociais e as experiências parentais. No âmbito do ensino, a parentalidade respeitosa convoca a formação de profissionais sensíveis às dimensões subjetivas do cuidado, capazes de atuar de forma dialógica junto às famílias e comunidades. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A promoção da parentalidade respeitosa, compreendida como perspectiva teórica e ético-política, oferece importantes contribuições para a promoção da saúde mental na primeira infância, demandando sua incorporação crítica nos processos formativos e nas práticas profissionais em saúde e educação.

PALAVRAS-CHAVE: Parentalidade respeitosa; Saúde mental; Primeira infância.

REFORMA PSIQUIÁTRICA E MUDANÇA SOCIAL: UM OLHAR HISTÓRICO SOBRE O MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL BRASILEIRO

Direitos Humanos e Saúde Mental

Ronaldy Sá de Lima

Graduando em Medicina e Saúde pela Faculdade Multivix, Cachoeiro de Itapemirim, ES

Lhayslla Gabriela Lima de Sá

Graduada em Psicologia pela Faculdade Multivix, Nova Venécia, ES

INTRODUÇÃO: A lei da Reforma Psiquiátrica nº 10.216, promulgada em 2001, foi resultado de mais de duas décadas de mobilização de trabalhadores da Saúde Mental no contexto da Luta Antimanicomial. Esse movimento buscou transformar a concepção social da loucura e romper com o modelo asilar, reorganizando a atenção psicossocial a partir de práticas humanizadas. Tal perspectiva, fortalecida no início do século XXI, articula-se às diretrizes estabelecidas no final da década de 1980 com a criação do Sistema Único de Saúde e a consolidação do princípio da saúde universal, introduzindo a desospitalização como eixo estruturante do cuidado e restabelecendo a saúde com o cuidado em foco. Apesar dos avanços, passados mais de 20 anos da Reforma, ainda persistem processos de deslegitimação das pessoas em sofrimento psíquico, bem como desafios impostos pela marginalização social advindos da subordinação da maioria absoluta e pelo capacitismo estrutural, que atinge pilares frágeis do meio social, persistindo de forma intrínseca.

OBJETIVO: Analisar os desdobramentos contemporâneos da Reforma Psiquiátrica brasileira na sociedade. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, cujo objetivo foi levantar e analisar produções científicas relacionadas aos desdobramentos contemporâneos da Reforma Psiquiátrica brasileira. A busca dos estudos foi realizada na base de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), considerando publicações dos últimos dez anos, por representarem o período de consolidação e tensionamento das políticas de saúde mental no Brasil. Foram incluídos artigos científicos disponíveis na íntegra, publicados em língua portuguesa, que abordassem aspectos sociais, históricos e organizacionais da Reforma Psiquiátrica e seus impactos na atenção à saúde mental. A análise dos estudos foi realizada de forma descritiva e interpretativa, a partir de leitura crítica, permitindo a identificação de eixos temáticos sobre os desdobramentos contemporâneos da Reforma Psiquiátrica no contexto social e assistencial. **RESULTADOS:** Os estudos evidenciam o fortalecimento do processo de desinstitucionalização e a consolidação de um modelo substitutivo ao hospitalocêntrico, com ampliação de práticas de cuidado territorializadas. Destaca-se a expansão dos serviços comunitários e o acompanhamento contínuo centrado no usuário e em seu contexto familiar, favorecendo a reinserção social. Esse rearranjo organizacional e assistencial favorece maior integração entre saúde e território, ampliando possibilidades de convivência e evidenciando a necessária evolução do corpo civil — que ainda reflete comportamentos preconceituosos estruturais que prejudicam a concretização efetiva da equidade — perante os avanços



constitucionais. Além disso, percebe-se a exclusão social de grupos vulneráveis, destacando a não universalização que atinge populações em situações de pobreza, reforçando tabus presentes pela falta de conhecimento e, o principal, a falta de acessibilidade e contato primário. **CONCLUSÃO:** A Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial estão interligadas à questão social enraizada. A saúde mental reflete a compreensão da loucura como sujeito atípico, alienado ao estigma social hegemônico, permanecendo com comportamentos excludentes que beneficiam padrões impostos e classes mais favorecidas e que, mesmo com a atenção não hospitalar utilizada para reintegração, demandam avanços e reforçam o crescimento na busca da erradicação do capacitismo, que deve ser base na luta antimanicomial, a qual deve persistir até a total concretização no corpo civil.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma psiquiátrica; Luta antimanicomial; Saúde mental.

SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOB A PERSPECTIVA DA EQUIDADE

Ana Smylla Gonzaga Santana

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Cuité PB),

Maria Ellys de Brito Araújo

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Cuité PB),

Maria Francielen Barros de Menezes

Acadêmica de Enfermagem pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Cuité PB),

Fabiana Maria Rodrigues Lopes de Oliveira

Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa PB

INTRODUÇÃO: A graduação representa um período decisivo e desafiador, marcado por intensas demandas acadêmicas, sociais e emocionais. Fatores como desigualdades sociais, raciais e de gênero, pressão por desempenho e falta de apoio institucional impactam diretamente a saúde mental dos estudantes, evidenciando a necessidade de ambientes universitários mais equitativos, acolhedores e promotores de bem-estar. **OBJETIVO:** Analisar a influência das desigualdades sociais, raciais e de gênero na saúde mental de estudantes universitários em situação de vulnerabilidade, evidenciando a importância da equidade e de ações institucionais no ambiente acadêmico. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão da literatura realizada nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde, incluindo MEDLINE, SCIELO e PUBMED. Foram utilizados os descritores: “Saúde Mental”; “Equidade”; e “Universitário”; combinados entre si pelos operadores booleanos “AND” e “OR” para refinar os resultados. Foram incluídos artigos científicos disponíveis na íntegra, publicados em português ou inglês, entre 2021 e 2025, e que abordassem a saúde mental e o princípio de equidade racial e de gênero no ambiente universitário. Os critérios de exclusão foram: estudos duplicados, artigos fora do período definido e participantes fora do escopo. Ao todo, 42 artigos foram encontrados e, após triagem a partir dos títulos e resumos, 12 foram selecionados para leitura completa, dos quais 5 foram incluídos nesta revisão. **RESULTADOS:** Diante dos artigos analisados, foi identificado uma grande ocorrência do declínio da saúde mental, com presença de sintomas como ansiedade, estresse e depressão associados às exigências acadêmicas, como também as condições socioeconômicas dos estudantes. Esse cenário apresentou mais acentuadamente entre grupos em situação de maior vulnerabilidade social, especialmente mulheres, estudantes negros e indivíduos pertencentes a diversidade sexual. Evidenciando, que desigualdades de gênero, raça e orientação sexual funcionam como estruturas do adoecimento mental no ambiente universitário. Além disso, os estudos indicam ainda que experiências de discriminação, insegurança financeira e dificuldades de permanência estudantil potencializam o aumento de distúrbios mentais, sobretudo na ausência



de suporte adequado. Em suma, tais vulnerabilidades, intensificadas pelo período pós pandemia, aumentam a fragilidade psíquica e expõe que a ausência de meios institucionais estruturados e preventivos contribui para a manutenção e agravamento do adoecimento psicológico no âmbito universitário. **CONCLUSÃO:** Concluiu-se, que a saúde mental de estudantes na graduação em situação de vulnerabilidade é impactada por determinantes sociais, raciais e de gênero que se totalizam à intensa pressão acadêmica. Realidade essa que está diretamente ligada à ausência de ações institucionais voltadas à equidade no ambiente universitário. Observou-se nos estudos analisados que a promoção da equidade é elemento fundamental para a melhoria da saúde mental desses estudantes, exigindo políticas universitárias que considerem suas especificidades e garantam cuidado integral.

PALAVRAS-CHAVE: Equidade; Saúde Mental; Vulnerabilidade.

SAÚDE MENTAL E RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA NO PERÍODO PÓS-TRATAMENTO ONCOLÓGICO: IMPLICAÇÕES PARA A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

INTRODUÇÃO: Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 2,3 milhões de mulheres foram diagnosticadas com câncer no mundo em 2020. Embora os avanços terapêuticos tenham contribuído para o aumento da sobrevida, o período pós-tratamento permanece marcado por desafios que ultrapassam os aspectos biológicos, envolvendo repercussões emocionais significativas. Muitas mulheres vivenciam sofrimento psíquico, alterações na autoimagem e dificuldades na reconstrução da identidade feminina, fatores que impactam diretamente a qualidade de vida, a autonomia e as relações sociais. As mudanças corporais decorrentes do tratamento, associadas ao medo de recidiva e à ansiedade, tornam o processo de reintegração à vida cotidiana complexo, exigindo estratégias de adaptação e ressignificação. Nesse contexto, o cuidado às mulheres sobreviventes deve contemplar não apenas os aspectos clínicos, mas também o acompanhamento psicossocial contínuo, considerando as dimensões psicológicas, emocionais e sociais do cuidado. Destaca-se o papel da enfermagem na promoção do bem-estar, do acolhimento e do suporte emocional às mulheres sobreviventes ao câncer. **OBJETIVO:** Analisar as evidências científicas sobre a assistência de enfermagem à saúde mental e ao processo de reconstrução da identidade feminina em mulheres no período pós-tratamento oncológico. Método ou **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados PubMed, SciELO e LILACS. Foram incluídos estudos publicados entre 2019 e 2025, nos idiomas português e inglês. Utilizaram-se os descritores “saúde mental”, “câncer”, “cuidado de enfermagem”, “enfermagem oncológica” e “saúde da mulher”, combinados pelos operadores booleanos AND e OR. Os critérios de inclusão contemplaram estudos originais, disponíveis na íntegra e de acesso gratuito, que abordassem a assistência de enfermagem relacionada à saúde mental e à reconstrução da identidade feminina no período pós-tratamento oncológico. Foram excluídos estudos duplicados, sem relação direta com o objetivo da pesquisa ou restritos aos aspectos clínicos e biomédicos. A busca inicial identificou 11 estudos, dos quais 5 artigos científicos foram selecionados para a análise final. **RESULTADOS:** Os estudos analisados evidenciam que mulheres em tratamento e no período pós-tratamento oncológico apresentam elevado sofrimento psíquico, caracterizado por ansiedade, alterações emocionais persistentes e medo de recidiva, mesmo após o término da terapêutica. Essas manifestações repercutem negativamente na autoimagem e no processo de reconstrução da identidade feminina, estando associadas às mudanças corporais decorrentes do tratamento e às dificuldades de adaptação à condição de sobrevivência ao câncer. Observa-se ainda que a retomada da autonomia, da vida social e das atividades laborais ocorre de forma gradual, sendo



frequentemente marcada por insegurança e necessidade de apoio contínuo. Nesse cenário, destaca-se a atuação da enfermagem na identificação do sofrimento psíquico, no acolhimento e no acompanhamento das mulheres sobreviventes, contribuindo para a promoção do cuidado integral, humanizado e centrado nas necessidades emocionais e psicossociais. Esses achados evidenciam a necessidade de estratégias interdisciplinares voltadas ao cuidado integral no contexto da sobrevivência oncológica. Conclusão ou **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O estudo evidencia que o período pós-tratamento oncológico envolve desafios emocionais significativos, com impactos na saúde mental e na reconstrução da identidade feminina. Os achados reforçam a importância de cuidados humanizados e de suporte emocional contínuo, nos quais a enfermagem desempenha papel fundamental na promoção do bem-estar das mulheres sobreviventes.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Câncer; Enfermagem oncológica; saúde da mulher.

SÍNDROME DE BURNOUT E SAÚDE MENTAL DE ENFERMEIROS: UMA ANÁLISE ENTRE 2020 E 2025

Karen Cristiane Pereira de Moraes

Doutoranda em enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria RS

Flávia Camef Dorneles Lenz

Doutoranda em enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria RS

Francine Gonçalves Gabbardo

Nutricionista, Mestra em enfermagem Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria RS

Daniel Fenner

Mestrado em enfermagem, pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria RS

Rosângela Marion da Silva

Pós-Doutora em Enfermagem, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria, RS

INTRODUÇÃO: A enfermagem consiste em um trabalho muitas vezes estressante, o seu processo de trabalho é realizado muitas vezes, em ambientes precários, marcados por condições laborais inadequadas, escassez de recursos materiais e insuficiência de pessoal. Tais fatores contribuem para a fragilização do cuidado prestado e para a desvalorização profissional, podendo levar ao estresse, e até mesmo ao Burnout. **OBJETIVO:** Analisar a ocorrência de burnout entre enfermeiros no período de 2020 a 2025, a partir dos dados disponíveis no sistema DATASUS. **MÉTODO:** Estudo epidemiológico realizado mediante coleta de dados no Sistema de Investigação de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho, vinculado ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) no mês de janeiro de 2026. Foram analisados anos de 2020 à 2025, ocupação enfermeiro e Síndrome de Burnout (Esgotamento) (Z73.0), segundo regiões e estados brasileiros. Os dados coletados para a pesquisa foram organizados por meio do Microsoft Excel e realizado análise descritiva dos dados. **RESULTADOS:** No período de 2020 a 2025, foram registradas notificações de Síndrome de Burnout entre enfermeiros no Brasil, com distribuição percentual desigual entre as regiões do país. A Região Sudeste concentrou o maior percentual de casos, representando aproximadamente 41,3% do total das notificações no período analisado, seguida pela Região Sul, com cerca de 26,1% dos registros. Em contrapartida, as Regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram os menores percentuais, correspondendo a 8,6% e 3,3% dos casos, respectivamente. A Região Norte destacou-se como aquela com a menor proporção de notificações de burnout entre enfermeiros, evidenciando importante desigualdade regional na distribuição dos registros. No que se refere às unidades da federação, observou-se que os estados localizados nas regiões Sudeste e Sul concentraram os maiores percentuais de casos, especialmente aqueles com maior densidade populacional e maior número de serviços de saúde. Por outro lado, estados das regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram percentuais reduzidos ou registros pontuais ao longo do período



analisado. Esses resultados evidenciam disparidades regionais relevantes na notificação da Síndrome de Burnout entre enfermeiros no Brasil, sugerindo que, além das diferenças nas condições de trabalho, fatores como a estrutura dos serviços de saúde do trabalhador e a capacidade de vigilância e notificação podem influenciar diretamente a distribuição percentual dos casos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O crescimento dos registros, especialmente a partir do contexto pandêmico e no período pós-pandemia, aponta para o impacto das condições de trabalho, da sobrecarga laboral e do sofrimento psíquico vivenciados pelos profissionais de enfermagem, reforçando o burnout como um importante problema de saúde do trabalhador. A Síndrome de burnout entre enfermeiros configura-se como um agravo relevante e persistente no cenário da saúde pública brasileira, demandando a implementação de estratégias institucionais e políticas públicas voltadas à promoção da saúde mental, à melhoria das condições de trabalho e à valorização profissional, bem como ao aprimoramento dos sistemas de notificação e monitoramento desse agravo.

PALAVRAS-CHAVE: Esgotamento Psicológico; Saúde Ocupacional; Enfermagem.

SOBRECARGA PSICOLÓGICA EM CUIDADORES DE CRIANÇAS COM AUTISMO

João Pedro do Valle Varela

Graduando em medicina pelo Centro Universitário UniFAMESC e Bolsista da Iniciação Científica PIC/FAMESC/2025, Bom Jesus do Itabapoana RJ

Bianca Magnelli Mangiavacchi

Docente e Orientadora da Iniciação Científica PIC/FAMESC/2025 pelo Centro Universitário UniFAMESC, Bom Jesus do Itabapoana RJ

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento caracterizada por alterações na comunicação social e por padrões restritos e repetitivos de comportamento, que demandam acompanhamento contínuo, geralmente iniciado na infância e mantido ao longo do desenvolvimento. Esse cuidado é majoritariamente assumido por familiares, especialmente pais e mães, impondo demandas emocionais, físicas e sociais significativas. A sobrecarga psicológica decorrente dessa rotina é uma consequência frequente, manifestando-se por estresse persistente, ansiedade, sintomas depressivos, distúrbios do sono e alterações psicossomáticas, impactando tanto a saúde do cuidador quanto a qualidade do cuidado oferecido à criança. Compreender a magnitude dessa sobrecarga e seus fatores associados é fundamental para orientar estratégias clínicas, sociais e políticas de apoio aos cuidadores.

OBJETIVOS: Realizar uma revisão sistemática da literatura, conduzida no período de janeiro a março de 2024, com o objetivo de identificar evidências sobre a prevalência, os fatores determinantes e as consequências da sobrecarga psicológica em cuidadores de crianças com TEA, bem como avaliar intervenções descritas que promovam alívio do estresse e proteção da saúde mental desses cuidadores. **MÉTODOS:** Trata-se de uma revisão sistemática conduzida conforme as diretrizes PRISMA. As buscas foram realizadas nas bases PubMed, SciELO, LILACS e Embase, contemplando estudos publicados entre 2010 e 2023, utilizando os descritores “Caregiver Burden”, “Autism Spectrum Disorder”, “Mental Health” e “Children”. Foram incluídos estudos originais que abordassem explicitamente a sobrecarga psicológica em cuidadores de crianças com TEA. Foram excluídos relatos de caso, revisões narrativas e estudos sem acesso ao texto completo. A seleção e a extração dos dados foram realizadas por dois revisores independentes, com posterior organização das evidências em categorias temáticas relacionadas aos fatores de risco, manifestações clínicas e estratégias de enfrentamento.

RESULTADOS: Dos 342 estudos inicialmente identificados, 28 atenderam aos critérios de inclusão. Os resultados evidenciaram elevada prevalência de sobrecarga psicológica entre cuidadores, com sintomas ansiosos variando entre 40% e 55% e sintomas depressivos entre 30% e 50%, especialmente entre mães cuidadoras. Fatores associados incluíram maior gravidade clínica do TEA, presença de comorbidades neurológicas e psiquiátricas na criança, elevada carga horária de cuidado, ausência de suporte social estruturado e baixa cobertura de serviços especializados. Além disso, dificuldades financeiras e conflitos familiares foram descritos como elementos agravantes. Estratégias de mitigação relatadas incluíram acompanhamento



multiprofissional, participação em grupos de apoio, programas psicoeducativos, capacitação parental e acesso a intervenções em saúde mental. Intervenções combinadas, especialmente aquelas integradas ao suporte comunitário, demonstraram redução significativa da sobrecarga, melhora da resiliência e maior percepção de apoio social. Apesar disso, persistem lacunas na integração entre atenção primária, serviços especializados e políticas públicas voltadas ao suporte familiar. **CONCLUSÃO:** A sobrecarga psicológica em cuidadores de crianças com TEA apresenta elevada prevalência e caráter multifatorial, afetando diretamente a saúde mental do cuidador e a qualidade do cuidado ofertado. Intervenções estruturadas, acompanhamento multiprofissional contínuo e suporte social sistemático são fundamentais para reduzir impactos negativos, fortalecer a resiliência familiar e otimizar o manejo clínico da criança. O reconhecimento do cuidador como alvo prioritário de cuidado deve ser incorporado às políticas públicas de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Cuidadores; Rede de Apoio; Sobrecarga Psicológica; Transtorno do Espectro Autista;

SOFRIMENTO PSÍQUICO DO ACOMPANHANTE EM URGÊNCIA PSIQUIÁTRICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Francisco Rafael Costa Araújo de Carvalho

Mestre em Ciências e Saúde pela Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina PI

Wellinton Costa Araújo de Carvalho

Graduando em Enfermagem pelo Centro Universitário Tecnológico de Teresina – UNI-CET, Teresina PI

Eva Maria Oliveira Moura

Enfermeira pela Faculdade de Tecnologia e Educação Superior Profissional – FATESP, Teresina PI

INTRODUÇÃO: Os serviços de urgência e emergência psiquiátrica constituem cenários marcados por crises agudas, imprevisibilidade clínica e elevada carga emocional, que afetam não apenas os pacientes, mas também seus familiares e acompanhantes. A exposição repetida a episódios de sofrimento psíquico intenso, associada à permanência prolongada nesses ambientes, pode desencadear sobrecarga emocional e adoecimento mental nos acompanhantes, frequentemente invisibilizados no processo assistencial. Estudos indicam que cuidadores e familiares expostos a contextos de crise psiquiátrica apresentam maior risco de desenvolver sintomas de ansiedade, estresse e sofrimento psíquico, o que demanda uma abordagem ampliada, ética e humanizada por parte das equipes de saúde. **OBJETIVO:** Descrever a experiência profissional do enfermeiro na identificação e no cuidado ao sofrimento psíquico de um acompanhante que evoluiu com crise de ansiedade em um serviço de urgência psiquiátrica, refletindo sobre a necessidade de ampliação do cuidado em saúde mental. **METODOLOGIA:** Relato de experiência profissional, de natureza descritiva e reflexiva, vivenciado pelo enfermeiro durante plantão em um serviço de urgência e emergência psiquiátrica de um hospital de referência no estado do Piauí. A experiência foi registrada a partir da observação clínica do fenômeno assistencial, da atuação direta do enfermeiro no cuidado prestado e da reflexão crítica fundamentada na literatura científica pertinente, respeitando os princípios éticos, o sigilo das informações e a não identificação dos sujeitos envolvidos, em conformidade com a Resolução CNS nº 510/2016. **RELATO DA EXPERIÊNCIA:** Durante o plantão, o enfermeiro acompanhou a permanência em observação psiquiátrica de uma paciente adulta com histórico recorrente de atendimentos na urgência por queixas de ansiedade intensa, medo de morrer, pânico e pensamentos intrusivos, geralmente evoluindo com medicação e alta no mesmo dia. Na ocasião, a paciente permaneceu por período prolongado no serviço, sendo acompanhada continuamente pelo esposo. Ao longo da tarde e da noite, o acompanhante passou a apresentar sinais progressivos de sofrimento psíquico, culminando em crise de ansiedade intensa, caracterizada por taquicardia, elevação da pressão arterial, agitação e sensação iminente de morte. Diante do quadro, o enfermeiro realizou acolhimento imediato, avaliação clínica inicial e acionamento da equipe médica, sendo instituída medicação e indicada a permanência do



acompanhante também em observação psiquiátrica. A situação evidenciou a sobrecarga emocional acumulada pelo acompanhante, exposto repetidamente às crises da esposa e à permanência prolongada no ambiente de urgência. A literatura aponta que a sobrecarga do cuidado está associada ao desenvolvimento de sintomas ansiosos, especialmente quando não há estratégias adequadas de enfrentamento e suporte institucional. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A experiência demonstra que acompanhantes de pacientes em sofrimento psíquico intenso constituem grupo vulnerável ao adoecimento mental em contextos de urgência psiquiátrica. Reconhecer o acompanhante como sujeito de cuidado amplia a compreensão do processo assistencial e reforça o papel da enfermagem na identificação precoce do sofrimento psíquico, no acolhimento qualificado e na humanização da assistência. Evidencia-se a necessidade de estratégias institucionais e capacitação profissional que favoreçam o cuidado integral, ético e humanizado em saúde mental, contemplando pacientes e seus acompanhantes.

PALAVRAS-CHAVE: Serviços de Emergência Psiquiátrica; Enfermagem Psiquiátrica; Humanização da assistência; Ética em Enfermagem.

TRANSTORNOS MENTAIS RELACIONADOS AO TRABALHO NA ENFERMAGEM NOTIFICADOS NO BRASIL ENTRE 2006 E 2025

Denis Fernandes da Silva Ribeiro

Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba PR.

Bárbara Silvestre da Silva Pereira

Mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro RJ.

Edvania da Silva Moreira

Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba PR.

Solena Ziemer Kusma Fidalski

Doutora em Odontologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Curitiba PR

INTRODUÇÃO: A enfermagem constitui cerca de 70% da força de trabalho em saúde no Brasil (Brasil, 2025), consolidando-se como pilar fundamental para a sustentação e funcionamento de todo o sistema de saúde. Contudo, no seu cotidiano de trabalho, os profissionais da enfermagem estão expostos a diferentes fatores que podem levar ao adoecimento mental e, em resposta a essa vulnerabilidade, a notificação de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho (TMRT) tornou-se compulsória Brasil (Brasil, 2024), permitindo ao Estado o monitoramento sistemático desses agravos. **OBJETIVO:** Caracterizar as notificações de transtornos mentais relacionados ao trabalho de profissionais de enfermagem no Brasil entre os anos de 2006 e 2025. **MÉTODO:** Trata-se de estudo descritivo transversal e retrospectivo e de abordagem quantitativa, realizado por meio de dados secundários do DATASUS, através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação. Foram coletados dados sobre as notificações de TMRT entre os anos de 2006 e 2025, com recorte de ocupações de profissionais da enfermagem. Os dados foram alvo de análise estatística descritiva. **RESULTADOS:** No período estudado, foram registradas 2593 notificações de TMRT, sendo que 52,1% dos casos ocorreram entre técnicos de enfermagem. O primeiro pico dos casos ocorreu no ano de 2019, ano de início da pandemia pela COVID-19, seguido do ano de 2024 com 429 registros. Do total, 90,5% dos profissionais com TMRT eram mulheres, 51,2% eram brancos e 70,7% tinham entre 30 e 49 anos. Destaca-se o recorte de gênero da profissão, o acometimento de população adulta jovem, assim como concentração de notificações/registros oficiais em pessoas brancas, em detrimento das pessoas pretas e pardas que são maioria na população brasileira. Os TMRT mais frequentes (50,4%) foram do grupo Transtornos Neuróticos, relacionados com o Estresse e Somatoformes (CID-10 F40-F48), seguidos dos Transtornos Afetivos do Humor (CID-10 F30-F39), com 18% do total. A conduta mais frequente (42,2%) foi o afastamento temporário das atividades laborais, devido a constatação de incapacidade temporária (47,9%). Entretanto, a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) não foi registrada para 43,3% dos casos, indicando evasão da responsabilidade dos empregadores e violação das normativas de Saúde e Segurança do Trabalho, reforçando a dificuldade no reconhecimento formal dos TMRT como doenças ocupacionais. **CONCLUSÃO:** Os dados



evidenciam que os TMRT na enfermagem brasileira possuem concentração nas mulheres, brancas e com ocupação de nível técnico. A prevalência dos casos foi agravada pelos contextos pandêmico e pós-pandêmico, com concentração de transtornos neuróticos e relacionados ao estresse, que se contrapõem à alarmante ausência de emissão da CAT. Revela-se, assim, um cenário de precarização das relações institucionais e invisibilidade do nexos causal da saúde mental com o trabalho. Conclui-se que a obrigatoriedade da notificação não garante a proteção social dos trabalhadores, sendo necessário fortalecer a fiscalização dos ambientes de trabalho e implementar políticas que garantam a saúde integral, inclusive mental, da força de trabalho que sustenta o Sistema Único de Saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Enfermagem; Estresse Ocupacional; Doenças Profissionais; Transtornos Mentais; Saúde Ocupacional.

TRIAGEM PSICOLÓGICA E FORMAÇÃO ACADÊMICA: INTERLOCUÇÕES NA PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL

Alan José da Silva

Graduando em Psicologia pela Universidade de Pernambuco, campus Garanhuns PE.

E-mail: alansilvacientifico@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7893-9982>.

Érika de Sousa Mendonça

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife PE.

INTRODUÇÃO: A triagem psicológica estendida ou interventiva refere-se a um arranjo assistencial que facilita intervenções ampliadas em saúde mental, devido à flexibilidade de cuidado e acompanhamento imediato e assertivo, frente às queixas narradas e demandas identificadas. Essa modalidade de atendimento de contato inicial pode auxiliar não apenas a reconhecer necessidades emergentes e realizar possíveis encaminhamentos, mas também promover intervenções com efeito psicoterapêutico. Quando alinhada à formação acadêmica comprometida, a triagem psicológica favorece a abertura à escuta atenta e ao raciocínio clínico centrados na promoção de saúde mental, além de integrar outras vivências potencialmente relevantes para a trajetória do “tornar-se psicólogo”. **OBJETIVO:** Relatar reflexões e interlocuções entre triagem psicológica e formação acadêmica ampliada, a partir da atuação do estagiário em um serviço-escola situado numa Universidade Pública do agreste pernambucano, na promoção da saúde mental. **MÉTODO:** Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo e qualitativo, em torno de vivências de estágio supervisionado durante a graduação em Psicologia, junto a um serviço-escola. Os atendimentos clínicos ocorreram na modalidade de triagem psicológica, sob o viés estendido e/ou interventivo, sendo realizados presencialmente no local, de modo individual, quando 14 pessoas foram acompanhadas. Houve uma predominância de pacientes do sexo feminino, de diferentes localidades geográficas e fases do desenvolvimento humano, com ênfase nos ciclos vitais da infância e da vida adulta. **RESULTADOS:** As queixas de saúde mental evidenciadas pelos usuários foram variadas, envolvendo situações de ansiedade, queda no humor, fragilização de vínculos familiares, conflitos conjugais, preocupações financeiras, baixa autoestima, entre outras. O quantitativo de atendimentos também se deu de forma heterogênea, a depender das especificidades de cada demanda, com a elaboração recorrente de registros documentais sobre os encontros em fichas de triagem e prontuários. Os atendimentos foram necessariamente finalizados com encaminhamento externo - informando acerca da rede psicossocial do município - ou interno, direcionando o usuário para a psicoterapia no respectivo serviço-escola, ambos com foco na manutenção da assistência em saúde mental. Desse modo, a atuação no estágio supervisionado proporcionou ao discente uma ampliação de estudos e da práxis clínica, desenvolvendo habilidades de escuta ativa, acolhimento, empatia e validação ao que era trazido pelos pacientes. Adicionalmente, foi possível perceber, na prática,



que a saúde mental envolve uma série de fatores de ordem intra e interpessoal, um cenário que extrapola uma noção individualizante do sofrimento humano, conforme reconhecido pela literatura científica e legislação brasileira. À vista disso, essa experiência foi possibilitada e aprimorada por meio do contato direto do discente com os usuários, além da realização de leituras direcionadas e de reuniões em grupos de orientação e supervisão, que favoreceram o suporte técnico e o compartilhamento de experiências entre profissionais e estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: O estágio supervisionado em triagem psicológica foi importante não somente para a formação acadêmica do estagiário, mas também para a promoção de saúde mental no território. Assim, a atuação configurou-se como oportuna diante de uma qualificação alinhada com atravessamentos sociais, políticos e institucionais, em torno da corresponsabilização ética pelo cuidado prestado a pessoas em sofrimento mental no Agreste Meridional de Pernambuco.

PALAVRAS-CHAVE: Triagem psicológica; Saúde mental; Estágio supervisionado.

USO DE DROGAS PSICOATIVAS E A SAÚDE MENTAL DE ENFERMEIROS: UMA ANÁLISE ENTRE 2020 E 2025

Karen Cristiane Pereira de Moraes

Doutoranda em enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria RS

Carolina Simonetti Zorzi

Acadêmica de enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria RS

João Vitor Cavalli

Acadêmico de enfermagem Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria RS

Daniel Fenner

Mestrado em enfermagem, pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria RS

Rosângela Marion da Silva

Pós-Doutora em Enfermagem, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem pela Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria, RS

INTRODUÇÃO: O ambiente de trabalho dos profissionais de enfermagem no Brasil apresenta diversas adversidades que impactam de forma significativa a saúde mental e o bem-estar desses trabalhadores. Ao analisar os principais estressores de trabalho, destacam-se as longas jornadas de trabalho baixa remuneração, falta de trabalhadores durante o plantão, exposição constante a situações de violência e alta carga emocional, bem como a necessidade frequente de acumular múltiplos vínculos empregatícios. **OBJETIVO:** Analisar o uso de drogas psicoativas entre profissionais de enfermagem no Brasil, no período de 2020 a 2025. **MÉTODO:** Estudo epidemiológico realizado mediante coleta de dados no Sistema de Investigação de Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho, vinculado ao Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) no mês de janeiro de 2026. Foram analisados anos de 2020 a 2025, ocupação enfermeiro, uso de drogas psicoativas, segundo regiões e estados brasileiros. Os dados coletados para a pesquisa foram organizados por meio do Microsoft Excel e realizado análise descritiva dos dados. **RESULTADOS:** No período de 2020 a 2025, foram identificadas 21 notificações relacionados ao uso de drogas psicoativas entre enfermeiros no Brasil. Quanto à distribuição regional, a maior proporção de notificações concentrou-se na região Sudeste, que registrou 9 casos, correspondendo a 42,9% do total. Em seguida, a região Sul apresentou 6 notificações, representando 28,6% dos casos. A região Nordeste contabilizou 5 registros, o que equivale a 23,8% do total. A região Centro-Oeste apresentou apenas um caso, correspondendo a 4,8% das notificações, enquanto a região Norte não registrou casos no período avaliado. No que se refere à distribuição por unidades da federação, o estado de Minas Gerais destacou-se com o maior número de notificações, totalizando 6 casos, o que representa 28,6% do total registrado no país. Os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul apresentaram 3 notificações cada, correspondendo individualmente a 14,3% do total. Bahia e Paraná registraram 2 casos cada, representando 9,5% das notificações por estado. Os estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul apresentaram um caso cada, correspondendo a



4,8% do total individualmente. De maneira geral, observa-se que as notificações se concentram principalmente nas regiões Sudeste e Sul, que, juntas, somam mais de dois terços dos registros. Essa distribuição pode refletir diferenças regionais na concentração de profissionais de enfermagem, na organização dos serviços de saúde, bem como na capacidade de identificação e notificação dos agravos relacionados à saúde mental no contexto do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: os transtornos mentais relacionados ao trabalho associados ao uso de drogas psicoativas entre enfermeiros, embora pouco frequentes em termos absolutos, apresentam distribuição desigual no território nacional, com maior concentração nas regiões Sudeste e Sul. Esses achados reforçam a relevância da vigilância em saúde do trabalhador e da qualificação dos processos de notificação, especialmente em regiões com possível sub-registro. Além disso, evidenciam a necessidade de estratégias de prevenção e promoção da saúde mental voltadas aos profissionais de enfermagem, considerando as condições de trabalho, a sobrecarga laboral e os fatores psicossociais envolvidos.

PALAVRAS-CHAVE: Psicotrópicos; Saúde Ocupacional; Enfermagem.

VIVÊNCIA EM PSICOLOGIA ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA DE INTERVENÇÃO PSICOMOTORA COM CRIANÇAS

Letícia Vênus Melo de Sousa

Estudante de Psicologia na Faculdade Mauricio de Nassau – UNINASSAU, Mossoró RN

Brenda Evelyn Sombra Brito

Estudante de Psicologia na Faculdade Mauricio de Nassau – UNINASSAU, Mossoró RN

Sabrina Silva Bezerra

Estudante de Psicologia na Faculdade Mauricio de Nassau – UNINASSAU, Mossoró RN

Vitoria Evelyn Rodrigues de Andrade

Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, Mossoró RN

INTRODUÇÃO: A Psicologia Escolar contribui para a promoção do desenvolvimento integral e da saúde mental de crianças no contexto educacional, considerando o indivíduo em sua dimensão biopsicossocial e favorecendo ações preventivas desde a infância. Nesse sentido, este trabalho apresenta as atividades desenvolvidas no Estágio Básico II em Práticas Integrativas, com foco em Psicologia Escolar e Educacional, realizado em uma escola municipal em Mossoró/RN, envolvendo observação institucional e uma intervenção psicomotora com alunos do primeiro ano do ensino fundamental. A experiência possibilitou a vivência prática do papel do psicólogo escolar e a compreensão da relevância de estratégias lúdicas no processo de ensino-aprendizagem. **OBJETIVO:** Relatar a experiência vivenciada durante o estágio básico em Psicologia Escolar, destacando a intervenção psicomotora realizada com crianças do ensino fundamental e refletindo sobre suas contribuições para o desenvolvimento infantil e para a formação acadêmica das discentes. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo, desenvolvido em uma escola municipal em Mossoró/RN, na turma do primeiro ano do ensino fundamental, composta por 15 alunos de 4 a 5 anos, mediante autorização da instituição escolar e equipe gestora. Inicialmente, foram realizadas observações sistemáticas do contexto escolar, da dinâmica da sala de aula e das interações entre as crianças, registradas em diário de campo pelas alunas estagiárias, contemplando aspectos comportamentais, motores, sociais e emocionais. A partir da análise desses registros, as estagiárias, sob supervisão docente, planejaram e executaram uma intervenção psicomotora composta por jogos e brincadeiras tradicionais, tais como “coelhinho na toca”, “bandeirinha” e “jogo da bexiga”. As atividades foram conduzidas pelas discentes com o objetivo de estimular a coordenação motora, o equilíbrio, a percepção espacial, a socialização e a cooperação em grupo, além de favorecer a expressão emocional das crianças. Após a intervenção, novas observações foram realizadas e sistematizadas em diário de campo, possibilitando a análise dos comportamentos apresentados pelas crianças durante as atividades e a reflexão sobre os efeitos da intervenção no contexto escolar. **RESULTADOS:** A experiência demonstrou efeitos positivos no engajamento e na participação das crianças, promovendo a interação social, a expressão corporal e o gerenciamento



de emoções como frustração e ansiedade. As observações mostraram que o uso de estratégias lúdicas melhorou a escuta, o vínculo e a mediação de conflitos, além de ajudar na identificação de necessidades emocionais no ambiente escolar. O ambiente escolar se mostrou um local eficaz para ações de promoção e prevenção do ponto de vista da saúde mental, pois permite intervenções precoces e integradas, em consonância com os princípios da Atenção Primária à Saúde (APS). Nesse cenário, o trabalho do psicólogo escolar integra educação e saúde, reforçando métodos que favorecem o desenvolvimento completo da criança. **CONCLUSÃO:** O estágio proporcionou uma experiência significativa para a formação acadêmica, permitindo a articulação entre teoria e prática e ampliando a compreensão acerca da atuação do psicólogo no contexto escolar. A vivência reforçou a importância de intervenções psicomotoras e lúdicas como estratégias de promoção da saúde mental na infância, além de evidenciar o papel da escola como espaço privilegiado de cuidado, prevenção e desenvolvimento humano.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia escolar; Psicomotricidade; Desenvolvimento infantil.

VULNERABILIDADE SOCIAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO NO CONTEXTO DA SAÚDE PÚBLICA: REVISÃO DE LITERATURA

Saúde Mental em Contextos de Vulnerabilidade Social

Eulália Oliveira Machado

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Isabel Cristina Silva da Rocha

Graduanda em Enfermagem pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Taynara Lais Silva

Mestre em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará - UFC

INTRODUÇÃO: A vulnerabilidade social constitui um importante determinante das condições de vida e saúde das populações, estando diretamente relacionada ao sofrimento psíquico no contexto da saúde pública. Condições como pobreza, desemprego, baixa escolaridade, exclusão social e acesso limitado aos serviços de saúde expõem indivíduos e comunidades a situações contínuas de estresse, favorecendo o desenvolvimento de adoecimento mental. Esse cenário pode desencadear sintomas de ansiedade, depressão, sofrimento psíquico e estresse crônico, comprometendo o bem-estar, a funcionalidade social e a qualidade de vida. Ademais, fatores estruturais associados aos determinantes sociais da saúde, como desigualdade social, insegurança econômica e fragilidade das redes de apoio, podem ampliar a vulnerabilidade ao adoecimento mental, configurando um desafio central para a saúde pública. **OBJETIVO:** Analisar, na literatura científica, a relação entre vulnerabilidade social, determinantes sociais e sofrimento psíquico no contexto da saúde pública. **METODOLOGIA:** Revisão de literatura, realizada em janeiro de 2026, com busca na base de dados MEDLINE via PubMed. Foram utilizados os descritores "social vulnerability", "psychological distress", "public health" e "social determinants of health", combinados por operadores booleanos AND. Consideraram-se como determinantes de acesso fatores socioeconômicos, condições de vida, desigualdade social e acesso aos serviços de saúde. Inicialmente, identificaram-se 73 artigos. Após aplicação dos filtros de tempo (últimos cinco anos) e idioma (português, inglês e espanhol), além da leitura de título, resumo e texto completo, a amostra final foi composta por quatro estudos. **RESULTADOS:** Os estudos analisados evidenciaram que o sofrimento psíquico está fortemente associado à vulnerabilidade social, destacando-se fatores como pobreza, desemprego, insegurança econômica e desigualdade social como determinantes centrais do adoecimento mental. Pessoas vivendo em contextos de maior privação social apresentaram maior prevalência de sintomas de ansiedade, depressão e estresse psicológico, além de dificuldades no acesso aos serviços de saúde mental. Observou-se que a fragilidade das redes de apoio social e comunitário intensifica o sofrimento psíquico, enquanto a presença de suporte social atua como fator protetor. Ademais, a exclusão social e a exposição contínua a condições adversas de vida contribuem para a cronificação do sofrimento mental, ampliando as iniquidades em saúde. **CONCLUSÃO:** O sofrimento psíquico no contexto da saúde pública resulta da interação entre vulnerabilidade social e determinantes sociais da



saúde, especialmente pobreza, desigualdade social, insegurança econômica e acesso limitado aos serviços de saúde. Esses fatores comprometem o bem-estar, a qualidade de vida e aprofundam as iniquidades em saúde mental. Evidencia-se a necessidade de políticas públicas intersetoriais que promovam equidade, fortalecimento das redes de apoio e ampliação do acesso aos serviços de atenção psicossocial, visando à redução do sofrimento psíquico e à promoção da saúde mental em populações socialmente vulneráveis.

PALAVRAS-CHAVE: Social vulnerability; Psychological distress; Public health.



A EDUCAÇÃO ESPECIAL E A NEUROAPRENDIZAGEM EM APRENDIZES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Dalva Eliane Antunes dos Santos

Pedagoga e Psicopedagoga pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Porto Alegre RS

Mestranda em Neuropsicologia pela Fundação Universitária Iberoamericana - FUNIBER, Florianópolis SC

Ana Paula Fernandes Monteiro

Graduação em Nutrição pelo Centro Universitário Metodista – IPA, Porto Alegre RS

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Porto Alegre RS

Lisa Helena Negreiros da Silva

Enfermeira pela Unisinos – São Leopoldo RS

Michele Menna Viraque

Graduanda em Biomedicina pelo Centro Universitário FADERGS – Porto Alegre RS

Rosane Pereira da Rosa

Bacharel em Educação Física pelo Centro Universitário Metodista – IPA, Porto Alegre RS

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Porto Alegre RS

Raymara Cristina Viana

Psicopedagoga pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, São Luís MA

Graduanda em Terapia Ocupacional pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, São Luís MA

RESUMO: A Psicopedagogia, enquanto área interdisciplinar, desempenha papel fundamental na compreensão e intervenção nos processos de aprendizagem, especialmente no contexto da Educação Especial. Este estudo tem como objetivo explorar a relação entre a educação especial e as bases neurais da aprendizagem de aprendizes com deficiência intelectual, analisando como os conhecimentos neurocientíficos podem subsidiar o diagnóstico e as intervenções psicopedagógicas no ambiente escolar. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza bibliográfica, realizada a partir de publicações indexadas nas bases SciELO, Google Scholar e repositório da Biblioteca Virtual da Uniassevi, no período de 2014 a 2024. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram analisados 14 estudos. Os resultados indicam que a compreensão das bases neurobiológicas da aprendizagem favorece a elaboração de estratégias pedagógicas mais eficazes, incluindo adaptações ambientais, metodológicas e curriculares. Conclui-se que a integração entre psicopedagogia e neurociência contribui para práticas educacionais inclusivas, promovendo autonomia, autorregulação e aprendizagem significativa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva; Intervenções psicopedagógicas; Neuroaprendizagem.

INTRODUÇÃO

A Psicopedagogia, enquanto campo de estudo dedicado à compreensão dos processos de aprendizagem, desempenha um papel crucial na identificação e intervenção nas dificuldades que os indivíduos enfrentam no desenvolvimento de seus conhecimentos. Esta área visa não apenas detectar habilidades e obstáculos, mas também propor estratégias que potencializem a aquisição do aprendizado, destacando a importância de uma abordagem preventiva e terapêutica (Souza; Souza, 2017).

A relação entre a educação especial e as bases neurais da aprendizagem em alunos com deficiência intelectual emerge como uma conexão essencial para compreendermos os fundamentos biológicos subjacentes aos processos cognitivos. Diante dessa interseção entre educação especial e as bases neurais, questiona-se sobre como a compreensão das funções cerebrais pode contribuir para o diagnóstico e intervenção psicopedagógica no contexto educacional com aprendizes com deficiência intelectual.

A convergência interdisciplinar entre a educação especial e as neurociências emergem como uma abordagem promissora, favorecendo insights ímpares para a prática pedagógica e para o aprimoramento das intervenções psicopedagógicas. Ao investigar a interação entre os aspectos comportamentais e as bases neurais, este trabalho visa contribuir para a eficácia das abordagens educacionais, promovendo um entendimento mais abrangente e integrado da aprendizagem.

O psicopedagogo, além de investigar as causas do fracasso escolar, orienta familiares e profissionais envolvidos, promovendo uma relação prazerosa e saudável entre ensino e aprendizagem (Rossato, 2014). A avaliação psicopedagógica inicia-se com a identificação de necessidades, resultando em intervenções profissionais para aprimorar a situação, onde a intervenção psicopedagógica, seja preventiva ou terapêutica, ocorre em diferentes contextos, como escolas e hospitais, com o objetivo de detectar e propor soluções para as dificuldades de aprendizagem (Souza; Souza, 2017).

Khoury et al (2014) ressaltou a pertinência das orientações dentro contexto escolar, especialmente no que diz respeito às instruções claras e à repetição de tarefas para crianças com dificuldades de aprendizagem. A importância da rotina organizada e do uso de estímulos visuais se mostrou eficaz na prática, proporcionando um ambiente mais favorável para a aprendizagem (Siqueira; Guedes, 2018). O estímulo à autonomia, independência e o controle de incentivos são aspectos trabalhados pelos psicopedagogos para promover comportamentos adequados e registrar a evolução da criança (KHOURY et al., 2014).

Segundo Michelli e Azevedo (2013, p.30), a aprendizagem de aprendizes com deficiência intelectual, “há que se considerar como ponto indispensável para sua concretização a busca pelo desenvolvimento da autoimagem e da autoconfiança, assim sendo, a pessoa com deficiência esforça-se para atingir os objetivos que foram propostos inicialmente”. O profissional conhecendo seus alunos, suas dificuldades, anseios, possibilidades, expectativas, frustrações e intervenções que possam auxiliar os estudantes no caminho da inclusão aceitando a diversidade adaptando as metodologias e recursos às crianças diferentes sob seu olhar.

OBJETIVO

Explorar a relação entre a educação especial e as bases neurais da aprendizagem de aprendizes com deficiência intelectual, analisando como os conhecimentos neurocientíficos podem subsidiar o diagnóstico e as intervenções psicopedagógicas no ambiente escolar.

METODOLOGIA

Essa pesquisa, segundo os objetivos, é uma pesquisa descritiva bibliográfica, pois pretendemos contribuir na busca de novas formas de inclusão escolar e na elaboração de intervenções psicopedagógicas que considerem o sujeito com deficiência intelectual, como co-autor de sua aprendizagem. Pretende-se, assim, oferecer subsídios para profissionais da educação e da psicopedagogia, propondo estratégias que considerem não apenas os aspectos comportamentais, mas também as nuances neurobiológicas dos processos de aprendizagem.

Segundo os procedimentos de coleta, utilizamos a base de dados online Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Scholar AND repositório da Biblioteca Virtual da Uniassevi no primeiro semestre de 2005. Foram incluídos publicações entre 2014 e 2024, nos idiomas português e espanhol, que abordassem práticas pedagógicas em intervenções psicopedagógicas com alunos com deficiência intelectual. Os dados de exclusão foram textos em outros idiomas, resumos e artigos duplicados.

Do total de 38 estudos inicialmente identificados, 14 compuseram a amostra final desta revisão, por atenderem aos critérios de inclusão estabelecidos. Foram considerados os artigos que abordavam a interface entre neurociência, aprendizagem e práticas educacionais, com destaque para as bases neurobiológicas do desenvolvimento humano, as dificuldades de aprendizagem e as estratégias pedagógicas direcionadas às adaptações ambientais, metodológicas e curriculares no contexto escolar. Em contrapartida, foram excluídos os estudos que não apresentavam relação direta com o processo de ensino-aprendizagem, que não contemplavam intervenções educacionais ou psicopedagógicas, bem como aqueles que não focalizavam o desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental dos estudantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos analisados evidenciam que a neurociência, ao investigar o sistema nervoso e suas conexões com a fisiologia do organismo, incluindo a relação entre o cérebro e o comportamento, consolida sua relevância em diferentes campos do saber. Esse avanço amplia as áreas de investigação para campos interdisciplinares como a neuroeducação, a neuroeconomia, a neuropedagogia e a neuropsicologia, entre outros. Por meio desses estudos, torna-se possível compreender os processos psicológicos ao longo das diferentes etapas da vida que influenciam as habilidades do indivíduo, permitindo intervenções precoces que favorecem uma melhor qualidade de vida (Cosenza; Guerra, 2011). Nesse contexto, identificar as habilidades e dificuldades de cada sujeito revela-se fundamental para a elaboração de estratégias pedagógicas que potencializem a aquisição da aprendizagem.

Os dados apontam que as instituições escolares enfrentam desafios significativos ao lidar com



discentes que apresentam dificuldades de aprendizagem, o que demanda adaptações ambientais, metodológicas e curriculares. A promoção de ambientes de aprendizagem estruturados e acolhedores, que favoreçam o desenvolvimento de estratégias de autorregulação, pode resultar em melhorias expressivas no desempenho acadêmico dos alunos. Ao estabelecer uma rotina diária bem planejada, com estímulos visuais e ensino de comportamentos, contribui para a organização interna da criança, reduzindo angústia e ansiedade (Siqueira; Guedes, 2018).

Além disso, a formação continuada dos profissionais da educação garante o embasamento teórico necessário para a atuação pedagógica; contudo, a prática exige o desenvolvimento de expertise e a capacidade de buscar soluções frente às demandas apresentadas pelos próprios estudantes e pela comunidade escolar (Michelli; Azevedo, 2013). Nesse sentido, a presença de um profissional com domínio sobre as dificuldades de aprendizagem, aliado a uma formação sólida no estudo do desenvolvimento humano, abrangendo bases biológicas, fisiológicas e psicológicas, mostra-se determinante para impactar positivamente o processo de ensino-aprendizagem no contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No exercício diário com aprendizes com deficiência intelectual que apresentam dificuldades de aprendizagem, precisamos lembrar que se refere a uma criança que manifesta seus anseios, vontades, curiosidades, como outra qualquer, entretanto em alguns momentos de modo diferenciado do que as demais. Durante as interações e socialização das crianças às tarefas propostas para o ensino com dificuldades de aprendizagem podem ser aplicadas a qualquer outra criança, tendo cuidado com a organização do espaço e o tempo.

Estratégias que favoreçam ao aprendiz organizar seu próprio espaço, visando desenvolver autonomia e organização temporal, tendo atenção aos cronogramas e atividades como referência. É fundamental incentivar os alunos a aprenderem e desenvolverem mecanismos de improvisação em algum momento, a fim de evitar comportamentos inadequados. Dessa forma, aprendizes com deficiência intelectual podem obter sucesso por meio de intervenções psicopedagógicas no enfrentamento dos desafios educacionais, demonstrando a importância de considerar tanto os aspectos comportamentais quanto as bases neurais na promoção de uma aprendizagem mais significativas.

A IMPORTÂNCIA DA ROTINA ALIMENTAR E DO SONO NA PREVENÇÃO DE TRANSTORNOS DE HUMOR NA PRIMEIRA INFÂNCIA (0 A 6 ANOS)

Flavia Lima de Carvalho

Doutoranda em Nutrição, alimentos e saúde pela Universidade Federal da Bahia – UBFA, Salvador BA)

RESUMO: A primeira infância (0 a 6 anos) é um período crítico de neurodesenvolvimento e plasticidade cerebral. A desregulação dos ritmos circadianos, influenciada pela alimentação e pelo sono, está diretamente associada a alterações comportamentais e emocionais. Este estudo objetivou analisar a correlação entre a estabilidade da rotina alimentar e a higiene do sono na prevenção de transtornos de humor nesta faixa etária. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura realizada nas bases SciELO e PubMed (2019-2024). Os resultados indicam que a privação de sono e a oscilação glicêmica aumentam a secreção de cortisol e a irritabilidade, prejudicando a regulação emocional. Conclui-se que o estabelecimento de rotinas fisiológicas atua como fator protetivo primordial para a saúde mental infantil, demandando orientação transdisciplinar aos cuidadores.

PALAVRAS-CHAVE: Ritmo Circadiano; Saúde Mental Infantil; Nutrição Comportamental.

INTRODUÇÃO

A primeira infância, período que compreende desde o nascimento até os seis anos de idade, é caracterizada por uma intensa plasticidade cerebral e pelo estabelecimento de conexões sinápticas que fundam as bases para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Neste cenário, a saúde mental infantil não deve ser observada apenas sob a ótica da patologia instalada, mas sim pela prevenção e promoção de um ambiente neuropsicológico saudável (ARAÚJO; SILVA, 2020).

Atualmente, observa-se um fenômeno crescente de "jetlag social" em crianças, onde os ritmos biológicos são forçados a se adaptar a rotinas familiares caóticas, exposição excessiva a telas e horários irregulares. A cronobiologia destaca que o ciclo vigília-sono e o ciclo alimentação-jejum são os principais zeitgebers (sincronizadores externos) do ritmo circadiano. Quando esses marcadores temporais são instáveis, ocorre uma dessincronização do núcleo supraquiasmático, o "relógio biológico" central (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2021).

Essa desregulação impacta diretamente o Eixo Hipotálamo-Hipófise-Adrenal (HPA), resultando em uma secreção desajustada de cortisol, o hormônio do estresse. Níveis elevados de cortisol em horários inadequados (como no período noturno) são neurotóxicos para o hipocampo e para o córtex pré-frontal em desenvolvimento, estruturas essenciais para a memória e o controle inibitório (LIMA; SOUZA, 2022).



Portanto, a relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender como a estruturação básica da rotina — horário para comer e horário para dormir — atua não apenas como organização doméstica, mas como uma ferramenta biológica de regulação do humor, prevenindo quadros de ansiedade, irritabilidade crônica e labilidade emocional na infância (ARAUJO; SILVA, 2020).

OBJETIVO

Analisar a influência da organização da rotina alimentar e da higiene do sono na regulação emocional e na prevenção de transtornos de humor em crianças de 0 a 6 anos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, de caráter exploratório e descritivo. A busca de dados foi realizada nas bases de dados eletrônicas Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed e Google Acadêmico.

Para a seleção dos artigos, utilizaram-se palavras chaves: "Sono Infantil", "Comportamento Alimentar", "Desenvolvimento Infantil" e "Saúde Mental". O recorte temporal estabelecido compreendeu publicações dos últimos cinco anos (2020-2025), nos idiomas portugueses ou inglês.

Foram incluídos estudos que abordassem a relação fisiológica e comportamental entre rotina e humor na faixa etária pré-escolar. Foram excluídos estudos focados exclusivamente em patologias genéticas. A análise dos dados foi realizada através da leitura crítica e categorização temática dos resultados encontrados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura permitiu identificar dois eixos principais de atuação na prevenção de transtornos de humor: a neurobiologia do sono e a estabilidade metabólica via nutrição.

1. A Influência do Sono na Regulação Emocional

Os estudos evidenciam que durante a fase de sono REM (Rapid Eye Movement), ocorre o processamento das experiências emocionais vividas durante o dia. A privação de sono ou a fragmentação do descanso noturno prejudica a comunicação entre o córtex pré-frontal (responsável pela razão e controle de impulsos) e a amígdala (responsável pelas reações emocionais imediatas) (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2021).

Em crianças pré-escolares, essa desconexão funcional resulta em uma "amígdala hiperativa". Clinicamente, isso se manifesta como baixa tolerância à frustração, crises de choro desproporcionais ("birras") e agressividade. A literatura aponta que a regularidade do horário de ir para a cama é tão importante quanto a quantidade de horas dormidas, pois estabiliza a liberação de melatonina e hormônio do crescimento (GH), fundamentais para a reparação tecidual e neurogênese (ARAUJO; SILVA, 2020).

2. O Papel da Nutrição e da Estabilidade Glicêmica

No aspecto nutricional, a discussão vai além da ingestão de calorias. A rotina alimentar irregular, com longos períodos de jejum seguidos por ingestão de alimentos de alta densidade energética (comuns em dietas ricas em ultraprocessados), gera picos de hiperglicemia seguidos de hipoglicemia reativa (LIMA; SOUZA, 2022).

Essa oscilação da glicose sanguínea desencadeia uma resposta adrenérgica de "luta ou fuga", manifestando-se na criança através de sintomas que mimetizam transtornos de ansiedade e déficit de atenção, como agitação psicomotora e irritabilidade. Ademais, a microbiota intestinal, modulada pela qualidade da dieta, produz cerca de 90% da serotonina corporal. Uma dieta inflamatória e desregrada promove disbiose, impactando negativamente o humor através do eixo intestino-cérebro (LIMA; SOUZA, 2022).

3. A Sinergia Bidirecional

Os dados analisados demonstram uma relação bidirecional: a criança que dorme mal apresenta, no dia seguinte, níveis elevados de grelina (hormônio da fome) e reduzidos de leptina (saciedade), aumentando a avidez por alimentos ricos em açúcar e gordura (palatáveis). Esse consumo, por sua vez, pode causar desconforto gástrico e excitação metabólica, prejudicando novamente o sono noturno (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2021).

Portanto, a intervenção eficaz na saúde mental infantil exige a quebra desse ciclo vicioso através da implementação de rituais consistentes. A previsibilidade da rotina atua como um ansiolítico natural, reduzindo o estado de alerta constante da criança e permitindo que o sistema nervoso parassimpático atue, favorecendo o relaxamento e o equilíbrio emocional (ARAUJO; SILVA, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permite concluir que a estruturação de uma rotina alimentar e de sono transcende a disciplina comportamental, constituindo-se como uma intervenção biológica essencial para a saúde mental na primeira infância.

Evidencia-se que a regularidade nos horários de refeições e o respeito às janelas de sono atuam como fatores protetivos contra o desenvolvimento precoce de transtornos de humor. A estabilidade circadiana favorece a regulação hormonal e a maturação emocional da criança, prevenindo diagnósticos equivocados de transtornos comportamentais que, muitas vezes, têm raiz na desorganização fisiológica.

Sugere-se, portanto, que estratégias de educação em saúde voltadas para pais e educadores priorizem a "higiene de rotina" como pilar terapêutico.

A INFLUÊNCIA NEGATIVA DA COMPARAÇÃO SOCIAL ONLINE SOBRE A SAÚDE MENTAL DE ESTUDANTES DE MEDICINA

Daylet Gutierrez Martinez

Graduanda em Medicina pelo Centro Tocantinense Presidente Antônio Carlos - UNITPAC, Araguaína TO

Darlis Arlet Gutierrez Martinez

Médica

Alexis Borges Lobaina

Médico

Benito Rolando Gutierrez Martinez

Médico, Especialista em Cirurgia Geral, Mestrado em Saúde Pública

RESUMO: A saúde mental dos estudantes de medicina tem sido impactada por exigências acadêmicas intensas e pelo uso crescente das redes sociais. Apenas 12% dos acadêmicos de medicina utilizam essas plataformas com finalidades educacionais. Nesse contexto, a comparação social online, amplificada pelo uso das redes sociais, prejudica a saúde mental dos discentes. Este trabalho tem como objetivo compreender como a comparação social online influencia negativamente na saúde mental dos acadêmicos de medicina. Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa, realizada nas bases PubMed, Google Acadêmico, LILACS e SciELO. Foram selecionados 9 artigos. Os resultados evidenciaram que o uso excessivo das redes sociais potencializa processos de comparação social ascendente, associados à exposição contínua a padrões idealizados, contribuindo para o aumento de ansiedade, estresse, sintomas depressivos e redução da autoestima. A formação médica intensifica esse processo, reforçando a necessidade de estratégias de educação digital e promoção da saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde Mental; Estudantes de Medicina; Comparação Social; Redes Sociais.

INTRODUÇÃO

A saúde mental dos estudantes de medicina tem adquirido crescente relevância clínica nas últimas décadas, pois quase 50% apresentam algum tipo de desordem emocional (Ottero; Iost; Gonçalves, 2022). Entre os fatores associados a esse fenômeno destacam-se o aumento do número de escolas médicas e de discentes (Avena et al. 2025), o que resulta em maior rigor acadêmico, elevação das exigências curriculares e intensificação da competitividade no curso (Silveira de Resende, 2025). Além disso, médicos e estudantes de medicina são considerados grupos de risco para o desenvolvimento de diversos transtornos mentais, apresentando uma das mais elevadas taxas de suicídio entre os diferentes grupos ocupacionais (Proença; Martins; Schmidt, 2021). Paralelamente, as redes sociais passaram a integrar de forma significativa o cotidiano dos universitários (Andrade; Flores, 2025b). Os acadêmicos de medicina permanecem entre duas e quatro horas diárias nas redes sociais (Costa; Mariquito; Nascimento, 2025). No entanto, apenas 12% dos acadêmicos de medicina utilizam essas plataformas com finalidades educacionais, recorrendo a elas de forma inadequada para enfrentar o sofrimento psicológico (Shiraly et al., 2024). A comparação social ocorre quando o indivíduo avalia a si mesmo a partir de outro (Alegre, 2024). Nesse contexto, a comparação social, quando causada pelo ambiente digital, chama-se de comparação social online (Silva; Floriano, 2024). Esse tipo de comparação pode prejudicar a saúde mental dos discentes, uma vez que níveis mais elevados de comparação estão associados à redução da autoestima e ao aumento do sofrimento psíquico, porque favorecem a crença de que os outros são mais bem-sucedidos e felizes, o que pode gerar emoções negativas e reduzir o bem-estar (Alegre, 2024). Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo compreender como a comparação social online influencia negativamente a saúde mental dos estudantes de medicina.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática do tipo integrativa com análise qualitativa, conduzida a partir da estratégia PICO, variante do método PICO, recomendada para pesquisas qualitativas com foco nas experiências humanas e sociais. O PICO foi definido da seguinte forma: P (População) – estudantes de medicina; I (Interesse) – comparação social online mediada pelas redes sociais e sua influência na saúde mental; Co (Contexto) – formação médica e saúde mental.

Logo, realizaram-se pesquisas nas bases de dados PubMed, Google Acadêmico, LILACS e Scielo entre 20 dezembro de 2025 e 15 janeiro de 2026. Os descritores utilizados segundo o MeSH/ DeCS foram “Mental Health”, “Medical Students”, “Social Media” e “Social Comparison” usando o operador booleano “AND” entre cada um dos termos. O período de busca estabelecido foi de 2020 a 2025.

Os critérios de inclusão foram: artigos publicados nos últimos cinco anos, gratuitos e disponíveis em texto completo, originais, nos idiomas português, inglês e espanhol. Foram excluídos artigos duplicados, pagos, artigos que não tivessem como foco a saúde mental de discentes de medicina, além de artigos publicados em idiomas diferentes de português, inglês ou espanhol. Dessa forma, foram encontrados 426 artigos. Executou-se uma triagem com auxílio da Inteligência Artificial

(ChatGPT e Google Gemini) que analisou títulos e resumos de cada artigo. Após esse processo, foram selecionados 9 artigos para revisão.

Posterior à seleção dos artigos, os estudos foram organizados em um documento eletrônico (Word), no qual se registraram os títulos e os principais achados extraídos da leitura integral dos textos, considerando-se aqueles alinhados ao objetivo do trabalho. Assim, foram analisados e sintetizados os dados que respondem à pergunta inicial da pesquisa: “Como a comparação social online influencia negativamente na saúde mental dos estudantes de medicina?”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diversos estudos transversais realizados na China (Zhang et al., 2022), Peru (Muñoz, 2024), Índia (Ojha et al., 2021) e Brasil (Andrade; Flores, 2025a) concordaram que os acadêmicos de medicina apresentam dependência leve nas redes sociais. De acordo com Zhang et al. (2022) o uso inadequado de smartphones chega até 30% entre os jovens, podendo causar impactos negativos como dificuldades nas relações sociais e na concentração, redução da produtividade, ansiedade e depressão. Da mesma forma, Muñoz (2024) apontou que 41.3% dos discentes apresentam um nível médio de dependência, associado a altos níveis de ansiedade (53%), depressão (48%) e estresse (71%). O estudo de Andrade e Flores (2025a) mostrou que 60.34% dos participantes utilizam as redes sociais por mais de três horas diárias. Também, Ojha et al. (2021) constatou que 56.36% dos estudantes possuem contas no Instagram e Facebook. Nesse contexto, aproximadamente 65% do uso das redes sociais foi explicado por um efeito indireto mediado por estratégias de enfrentamento inadequadas, utilizadas por estudantes com sofrimento psicológico (Shiraly et al., 2024). As redes sociais podem ser usadas como meio de fuga emocional e de compensação para lidar com o sofrimento psíquico, criando uma retroalimentação positiva (Andrade; Flores, 2025a; Andrade; Flores, 2025b).

A comparação social online encontra-se diretamente associada à exposição prolongada às redes sociais, provocando sintomas de baixa autoestima e ansiedade nos estudantes que se comparam a padrões de vida não realistas, fictícios ou excessivamente positivos dos usuários que seguem, os quais nem sempre mostram totalmente sua realidade (Alegre, 2024). Os acadêmicos, além de comparar-se a aqueles que aparentam ter uma trajetória acadêmica e uma vida pessoal mais bem-sucedida, precisam de validação social por meio de curtidas, comentários ou compartilhamentos, podendo desencadear insatisfações relacionadas à própria imagem (Andrade; Flores, 2025b). Os discentes são mais suscetíveis a exercer essa comparação, uma vez que se encontram em processo de construção identitária (Ojha et al., 2021), onde aspiram a um “perfil ideal” associado à formação médica, muitas vezes desafiando seus próprios limites humanos para alcançá-lo (Santos, 2021). Ao constatarem que não correspondem aos “padrões” expostos nas redes sociais, podem vivenciar frustrações que facilitam sofrimento psíquico (Andrade; Flores, 2025b). Ademais, foi demonstrado que fatores como elevada carga horária, currículos exigentes, competição por desempenho, estudo rigoroso e medo de não se tornarem bons médicos favorecem tais comparações, ao reforçarem um ambiente altamente competitivo, no qual o desempenho individual é constantemente exposto (Proença; Martins; Schmidt, 2021).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a comparação social mediada pelas redes sociais configura-se como um fator relevante de vulnerabilidade para a saúde mental dos estudantes de medicina, já que a exposição contínua a conteúdos idealizados tende a reforçar padrões irreais de sucesso acadêmico, profissional e pessoal. Assim, os estudantes avaliam seu próprio desempenho e valor a partir de referências digitais externas, favorecendo sentimentos de não correspondência às expectativas, frustrações e sofrimento psíquico. Portanto, ações voltadas à educação digital, à desmistificação de trajetórias profissionais idealizadas e à valorização da saúde mental podem contribuir para a redução do sofrimento psíquico nos acadêmicos de medicina.

A PSICOMOTRICIDADE COMO FERRAMENTA DE INTERVENÇÃO NO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

Flavia Lima de Carvalho

Doutoranda em Nutrição, alimentos e saúde pela Universidade Federal da Bahia – UBFA, Salvador BA)

RESUMO:

INTRODUÇÃO: O Transtorno do Espectro Autista (TEA) caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação social e padrões comportamentais restritos. Embora os critérios diagnósticos sejam comportamentais, evidências recentes apontam que alterações motoras e sensoriais precedem ou coexistem com as dificuldades sociais. **OBJETIVO:** Este estudo objetivou analisar como a intervenção psicomotora, auxilia na regulação comportamental e na interação social de crianças com TEA. **Metologia:** revisão integrativa da literatura nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO e PePSIC. Utilizaram-se os descritores: "Psicomotricidade", "Transtorno do Espectro Autista", "Educação Física" e "Interação Social". Com seleção de artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, em língua portuguesa. **RESULTADOS:** Os resultados indicam que o trabalho sobre o esquema corporal e o tônus muscular favorece a autorregulação emocional, reduzindo estereotípias e facilitando o contato visual e a troca de turnos em atividades grupais. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que a psicomotricidade atua como uma ponte terapêutica essencial, onde o movimento organizado promove a estruturação psíquica necessária para a socialização.

PALAVRAS-CHAVE: Psicomotricidade Relacional; Regulação Emocional; Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa do neurodesenvolvimento que afeta a forma como o indivíduo percebe, processa informações e interage com o mundo. Tradicionalmente, as intervenções clínicas e pedagógicas focam predominantemente na linguagem verbal e na modificação de comportamentos visíveis. No entanto, a literatura contemporânea e a neurociência têm destacado a "motricidade" como um marcador fundamental e precoce: muitas crianças com TEA apresentam hipotonia, dificuldades de planejamento motor (praxia), desequilíbrio e desajustes na noção de esquema corporal, antes mesmo do diagnóstico formal (SILVA; VENÂNCIO, 2022).

Nesse contexto, a Psicomotricidade surge como um campo transdisciplinar estratégico que não separa o corpo da mente (psique). Para a Psicologia, o movimento é a primeira forma de linguagem e expressão do "eu" no mundo; para a Educação Física, é o meio de interação com o ambiente físico e social. A desorganização motora no autismo frequentemente gera insegurança

física, que se traduz em ansiedade e isolamento social como mecanismos de defesa. A criança que não conhece os limites do próprio corpo tem dificuldade em compreender os limites do corpo do outro, o que prejudica a interação social básica (MELO et al., 2020).

A relevância desta pesquisa reside na compreensão de que a regulação comportamental (capacidade de gerir emoções e impulsos) é dependente de uma regulação tônica e sensorial prévia. Portanto, o trabalho motor não é apenas uma atividade física recreativa, mas uma porta de entrada para a organização psíquica e a socialização da criança autista. Entender o corpo como receptor e emissor de emoções é crucial para desenhar estratégias que integrem saúde mental e desenvolvimento motor (SAMPAIO; CRISPIM, 2025; TEIXEIRA; MARQUES, 2023).

OBJETIVO

Investigar como as práticas psicomotoras contribuem para a redução de comportamentos disruptivos e para a ampliação das habilidades de interação social em crianças com TEA.

METODOLOGIA

Realizou-se uma revisão integrativa da literatura nas bases de dados Google Acadêmico, SciELO e PePSIC. Utilizaram-se os descritores: "Psicomotricidade", "Transtorno do Espectro Autista", "Educação Física" e "Interação Social".

Foram selecionados artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, em língua portuguesa, que abordassem intervenções práticas ou teóricas unindo o desenvolvimento motor ao comportamental. Realizado uma análise qualitativa para responder o objetivo do estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados permitiu identificar que a intervenção psicomotora atua em dois pilares fundamentais para a saúde mental no TEA: a regulação sensorial-emocional e a cognição social, servindo como elo entre as demandas biológicas e as exigências sociais.

1. Do Tônus à Emoção: A Base da Autorregulação

Estudos indicam que o tônus muscular é a "trama de fundo" das emoções e da afetividade. Crianças com TEA frequentemente apresentam desregulação tônica (rigidez ou flacidez excessiva), o que se reflete diretamente em estados de hiperatividade motora ou passividade extrema. A intervenção psicomotora, através de atividades de reequilíbrio, consciência corporal e estimulação vestibular (como circuitos, uso de bolas suíças, redes e texturas), ajuda a criança a modular essas sensações internas (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2022).

Ao organizar o corpo, a criança reduz a necessidade de realizar estereotipias motoras (flapping, balanço) que muitas vezes servem apenas para auto-regulação sensorial diante de um ambiente caótico (SILVA; VENÂNCIO, 2022). Com o corpo mais "silencioso" e organizado internamente, a criança consegue diminuir a irritabilidade e a dispersão, focando a atenção no interlocutor. Esse processo de "ancoragem" corporal é pré-requisito para funções executivas superiores, como a atenção compartilhada e o controle inibitório (SAMPAIO; CRISPIM, 2025).

2. O Movimento como Elo Social e Linguagem Não-Verbal

A "Psicomotricidade Relacional" destaca-se como método eficaz na Educação Física adaptada e na clínica psicológica. Ao contrário de exercícios mecânicos e repetitivos, utiliza-se o jogo simbólico e a brincadeira compartilhada como ferramentas terapêuticas. Em atividades de grupo, conceitos abstratos e desafiadores para o autista — como "minha vez, sua vez", empatia, imitação e respeito à regra — são vivenciados concretamente através da experiência corporal (SILVA; LIMA; SANTOS, 2025).

Pesquisas mostram que jogos que envolvem sincronia e cooperação (como pular corda em dupla, passar a bola ou atividades de espelhamento) estimulam o sistema de "neurônios-espelho", fundamentais para a empatia e a leitura das intenções do outro (FERREIRA et al., 2021). O educador físico e o psicólogo, atuando juntos, mediam essas interações: o primeiro adapta a tarefa motora para garantir o sucesso e a motivação, e o segundo intervém nos conflitos e na interpretação das emoções que surgem durante a brincadeira, transformando o ato motor em ato comunicativo (MELO et al., 2020; SANTOS; PEREIRA, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidencia que a psicomotricidade é uma ferramenta indispensável no manejo terapêutico do TEA, transcendendo a mera correção de gestos motores ou a busca por performance física. Ela atua na estruturação do "sujeito", permitindo que a criança se aproprie do seu corpo para então se relacionar com o mundo externo.

Conclui-se que o diálogo entre Educação Física e Psicologia potencializa os **RESULTADOS**: enquanto a atividade motora regula a fisiologia e o estresse, a abordagem psicológica dá significado social a esse movimento. Recomenda-se a inserção de programas psicomotores estruturados nas escolas e centros de terapia como estratégia de promoção de saúde mental e inclusão social (SILVA; LIMA; SANTOS, 2025).



DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL: A INTERSETORIALIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA A EFETIVAÇÃO DO CUIDADO INTEGRAL

Mateus de Souza Costa

Enfermeiro. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié

Jair Magalhães da Silva

Doutor em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva/Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA)

RESUMO: A saúde mental é reconhecida como direito humano fundamental, indissociável da dignidade da pessoa humana e do direito à saúde, sendo garantida no Brasil pela Constituição Federal de 1988 e pelo Sistema Único de Saúde. A Política Nacional de Saúde Mental, alinhada à Reforma Psiquiátrica, propõe práticas de cuidado territorializadas, inclusivas e centradas na cidadania. Este estudo objetivou descrever a importância da intersectorialidade como estratégia para a garantia dos direitos humanos e a efetivação do cuidado integral em saúde mental. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases MEDLINE, LILACS e BDENF, com artigos publicados entre 2021 e 2026. Os resultados evidenciam que a articulação entre saúde, assistência social, educação, justiça e trabalho é essencial para o enfrentamento das vulnerabilidades e promoção da inclusão social. Conclui-se que a intersectorialidade fortalece o cuidado integral, a autonomia dos usuários e a efetivação dos direitos humanos no campo da saúde mental.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos; Saúde Mental; Colaboração intersectorial.

INTRODUÇÃO

A saúde mental é reconhecida internacionalmente como um direito humano fundamental, indissociável do direito à saúde e à dignidade da pessoa humana (Lussi et al., 2019). No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) reafirmam a saúde como direito de todos e dever do Estado, orientando-se pelos princípios da universalidade, integralidade e equidade (Pereira et al., 2025).

A Política Nacional de Saúde Mental, fundamentada nos pressupostos da Reforma Psiquiátrica, propõe a superação do modelo manicomial e a construção de práticas de cuidado baseadas no território, na cidadania e na inclusão social (Lussi et al., 2019). Contudo, o sofrimento psíquico está fortemente relacionado aos determinantes sociais da saúde, exigindo respostas que ultrapassem os limites do setor saúde e incorporem a intersectorialidade como estratégia central para a efetivação do cuidado integral (Guerra et al., 2023).



OBJETIVO

Descrever a importância da intersetorialidade como estratégia para a garantia dos direitos humanos e a efetivação do cuidado integral em saúde mental.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura que utilizou a estratégia PICO no intuito de responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a importância da intersetorialidade como estratégia para a efetivação do cuidado integral no contexto do sistema de saúde público? Sendo a População (P), Pessoas em sofrimento psíquico; o fenômeno de interesse (I), a Importância da efetivação do cuidado integral e promoção dos direitos humanos; como contexto (Co), a Saúde mental no contexto do Sistema Único de Saúde.

Para a seleção dos estudos foram realizadas buscas on-line em entre dezembro de 2025 e janeiro de 2026, na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), utilizando-se os descritores e seus sinônimos, em português os pertencentes aos Descritores Ciências da Saúde (DeCS), a partir da seguinte estratégia de busca: Direitos humanos AND Saúde Mental AND Colaboração intersetorial.

Constituíram critérios de inclusão: artigos científicos disponíveis em texto completo, entre 2021 e 2026, nos idiomas português, inglês e espanhol relacionados ao objetivo do estudo, indexados na base de dados Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) do portal da National Center for Biotechnology Information da National Library of Medicine (PubMed), na base de dados (BDENF) e na base de dados (LILACS). Foram excluídas as dissertações, teses, literatura cinzenta, outras revisões e trabalhos divergentes da questão de pesquisa. Inicialmente foram encontrados 50 estudos, após implementação dos critérios supracitados, foram filtrados 09 artigos; os quais após leituras dos títulos, resumos e textos completos resultou na seleção de 08 artigos para compor este estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados evidenciaram que a intersetorialidade constitui um elemento essencial para a efetivação do cuidado integral em saúde mental, especialmente diante das múltiplas vulnerabilidades que atravessam os sujeitos em sofrimento psíquico.

A articulação entre saúde, assistência social, educação, justiça, habitação e trabalho mostrou-se fundamental para o enfrentamento das violações de direitos e para a promoção da inclusão social. No âmbito do SUS, a integração entre a Atenção Primária à Saúde e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) favorece práticas de cuidado mais humanizadas, territorializadas e centradas nas necessidades dos usuários.

Paralelamente, estratégias como projetos terapêuticos singulares, apoio matricial e ações comunitárias fortalecem o vínculo, ampliam o acesso aos serviços e contribuem para a autonomia dos sujeitos.

Entretanto, persistem desafios relacionados à fragmentação das políticas públicas, à insuficiência de recursos e à fragilidade das articulações intersetoriais, o que compromete a garantia plena dos



direitos humanos no campo da saúde mental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciou-se que a intersetorialidade é uma estratégia indispensável para a efetivação do cuidado integral em saúde mental e para a garantia dos direitos humanos. A construção de práticas articuladas entre diferentes setores potencializa o enfrentamento dos determinantes sociais do sofrimento psíquico e contribui para a promoção da cidadania e da dignidade humana. Assim, o fortalecimento das políticas públicas intersetoriais e da Rede de Atenção Psicossocial é fundamental para consolidar um modelo de cuidado em saúde mental comprometido com os princípios do SUS e com a defesa dos direitos humanos.

DISFUNÇÃO DE PROCESSAMENTO SENSORIAL E SELETIVIDADE ALIMENTAR: INTERVENÇÕES DE TO PARA REDUÇÃO DA ANSIEDADE NAS REFEIÇÕES

Flavia Lima de Carvalho

Doutoranda em Nutrição, alimentos e saúde pela Universidade Federal da Bahia – UBFA, Salvador BA)

RESUMO: A alimentação é uma atividade humana complexa que exige a integração simultânea de múltiplos sistemas sensoriais. Para indivíduos com Disfunção de Processamento Sensorial (DPS), comumente associada ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), o momento da refeição pode se tornar um evento aversivo, gerando altos níveis de ansiedade e recusa alimentar. Este estudo objetivou analisar as inovações terapêuticas da Terapia Ocupacional (TO), focadas na dessensibilização sensorial, como estratégia para redução do estresse e ampliação do repertório alimentar. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura (2021-2025). Os resultados apontam que a exposição gradual e lúdica aos alimentos (food chaining e messy play), dissociada da obrigação de comer, reduz a resposta de "luta ou fuga" do sistema nervoso, favorecendo a aceitação de novas texturas. Conclui-se que a parceria entre TO e Nutrição é fundamental para garantir não apenas a adequação nutricional, mas a saúde mental e o prazer em comer.

PALAVRAS-CHAVE: Integração Sensorial; Seletividade Alimentar; Ansiedade Infantil.

INTRODUÇÃO

O ato de comer é, fisiologicamente, uma das experiências sensoriais mais intensas vivenciadas pelo ser humano, recrutando simultaneamente olfato, paladar, visão, tato e propriocepção. Estudos recentes indicam que crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresentam uma prevalência significativamente maior de seletividade alimentar quando comparadas a neurotípicas, sendo as alterações sensoriais a principal causa subjacente dessa restrição (LEMES et al., 2023).

Para crianças com Disfunção de Processamento Sensorial (DPS), o "bombardeio" de estímulos durante a refeição pode ser interpretado pelo cérebro como uma ameaça real à integridade física. A recusa alimentar, neste contexto, não deve ser interpretada como comportamentopositor, mas sim como um mecanismo de defesa biológico contra uma sobrecarga sensorial que gera sofrimento psíquico (MORAES et al., 2021).

A relevância desta pesquisa reside na mudança de paradigma proposta pelas inovações terapêuticas atuais: deslocar o foco da "quantidade ingerida" (visão nutricional clássica) para a "competência sensorial" e o "conforto emocional" da criança (visão da Terapia Ocupacional e Psicologia). Técnicas de dessensibilização sistemática e modulação sensorial têm se mostrado



eficazes para reconfigurar a relação da criança com a comida, transformando um momento de batalha em uma experiência de vinculação afetiva (ALVES et al., 2024).

OBJETIVO

Investigar a eficácia das intervenções de Terapia Ocupacional baseadas na Integração Sensorial para a redução da ansiedade e manejo da seletividade alimentar severa em crianças com TEA.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados SciELO, PubMed, Google Acadêmico e Periódicos CAPES. O recorte temporal abrangeu publicações de 2021 a 2025. Utilizaram-se os descritores: "Integração Sensorial", "Seletividade Alimentar", "Terapia Ocupacional", "Autismo" e "Intervenção Nutricional".

Foram selecionados 8 estudos, incluindo artigos originais, relatos de experiência e revisões sistemáticas, que abordassem a intersecção entre o perfil sensorial e o comportamento alimentar. A análise qualitativa focou nas estratégias de intervenção não coercitivas e na atuação interdisciplinar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos estudos permitiu categorizar as intervenções em três eixos principais: regulação do estado de alerta, técnicas de dessensibilização e a importância da equipe multi.

1. Regulação Sensorial e Redução da Ansiedade

Crianças com hipersensibilidade tátil ou oral tendem a entrar em estado de alerta máximo diante de alimentos "imprevisíveis" (como misturas de texturas). A literatura demonstra que a intervenção do Terapeuta Ocupacional deve iniciar fora da mesa. Atividades proprioceptivas (força e pressão profunda) realizadas antes das refeições ajudam a organizar o sistema nervoso e baixar a ansiedade basal (OLIVEIRA; SOUZA, 2022). Quando a criança chega à mesa regulada sensorialmente, a probabilidade de interação com o alimento aumenta, reduzindo comportamentos disruptivos (BONFIM, 2024).

2. O Brincar como Ferramenta Terapêutica

A inovação terapêutica destaca o uso do Messy Play (brincar com texturas) e a aproximação sucessiva. Ao invés de forçar a ingestão, propõe-se uma hierarquia de interação: tolerar, cheirar, tocar, lamben e, por fim, morder. Essa abordagem devolve o controle à criança, reduzindo a resposta fóbica (SABATINI; COBUS; ITO, 2023). O uso de alimentos de transição, escolhidos através da técnica de Food Chaining (encadeamento alimentar), permite introduzir novos itens nutricionalmente similares aos já aceitos, garantindo a segurança sensorial (SOUZA; BRITO; BUENO, 2025).

3. Intersecção com a Nutrição



Os estudos reforçam que a intervenção isolada é insuficiente. Enquanto a Nutrição monitora o risco de carências metabólicas em adolescentes e crianças com dietas restritas, a TO trabalha as habilidades motoras e sensoriais. A atuação conjunta mostra-se superior a abordagens puramente comportamentais, pois considera o impacto emocional da alimentação na dinâmica familiar (LIMA et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a Terapia Ocupacional desempenha um papel central no tratamento da seletividade alimentar de base sensorial. As técnicas de dessensibilização e integração sensorial mostram-se eficazes não apenas para ampliar o cardápio, mas, fundamentalmente, para reduzir o sofrimento psíquico da criança durante as refeições.

Evidencia-se que o "comer" deve ser aprendido com prazer e segurança. Recomenda-se que protocolos de atendimento em saúde mental incluam a avaliação do perfil sensorial como etapa obrigatória no diagnóstico de dificuldades alimentares (OLIVEIRA; SOUZA, 2022).

.

IMPACTOS DA PANDEMIA DA COVID-19 NA SAÚDE MENTAL DOS ENFERMEIROS ATUANTES NOS SERVIÇOS DE URGÊNCIA NO BRASIL (2019–2022)

Rebecca Maia Horsford

Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Ananindeua PA

Ana Carolina Nascimento da Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Ananindeua PA

Gisele do Nascimento Melo

Graduanda em Enfermagem pela Universidade do Estado do Pará – UEPA, Belém PA

Debora Carvalho da Silva

Graduanda em Enfermagem pela Universidade da Amazônia – UNAMA, Ananindeua PA

Bruna Rafaela da Silva Sousa

Doutora em Neurociências e Biologia Celular pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Belém PA

RESUMO: Este estudo analisa os impactos da pandemia da covid-19 na saúde mental dos enfermeiros atuantes nos serviços de urgência no Brasil, no período de 2019 a 2022. A pandemia intensificou condições adversas de trabalho, como superlotação, escassez de recursos, medo de contaminação e vivência frequente de óbitos, contribuindo para o sofrimento psíquico desses profissionais. Trata-se de um estudo epidemiológico, descritivo e retrospectivo, baseado em dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), disponíveis no DATASUS, considerando internações por transtornos mentais e comportamentais. Os resultados evidenciam crescimento expressivo dessas internações a partir de 2020, com manutenção de números elevados até 2022, indicando impactos psicológicos persistentes no período pandêmico e pós-pandêmico. Os achados reforçam a necessidade de estratégias institucionais voltadas à promoção da saúde mental, valorização profissional e melhoria das condições de trabalho da enfermagem.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde mental; Enfermagem; covid-19

INTRODUÇÃO

A pandemia da covid-19 configurou-se como um dos eventos sanitários mais desafiadores das últimas décadas, provocando impactos profundos não apenas nos sistemas de saúde, mas também na saúde mental dos profissionais que atuaram diretamente no enfrentamento da crise. No Brasil, os enfermeiros ocuparam posição central nos atendimentos de urgência e emergência, assumindo longas jornadas de trabalho, lidando com a superlotação dos serviços, a escassez de recursos materiais e humanos, o medo constante da contaminação e a vivência recorrente de perdas de pacientes e colegas de profissão. Esse conjunto de fatores contribuiu de forma significativa para o sofrimento psíquico desses trabalhadores, especialmente daqueles inseridos na linha de frente assistencial (Araújo et al., 2025). Esse achado é semelhante ao observado entre trabalhadores de serviços essenciais, nos quais foram identificados elevados níveis de ansiedade, estresse e sintomas depressivos durante a pandemia da covid-19 (Santos et al., 2021).

A atuação contínua em cenários de alta complexidade e instabilidade emocional expôs os enfermeiros a níveis elevados de estresse ocupacional, intensificados pela necessidade de tomadas de decisão rápidas, pela responsabilidade direta sobre o cuidado ao paciente crítico e pela insegurança frente a um agravamento de saúde até então pouco conhecido. Estudos apontam que esse contexto favoreceu o surgimento e o agravamento de manifestações como ansiedade, estresse crônico, sintomas depressivos e esgotamento emocional, impactando negativamente o bem-estar psicológico e a qualidade de vida desses profissionais (Ferreira et al., 2020).

Entre os anos de 2020 e 2022, período correspondente aos momentos mais críticos da pandemia, observou-se um aumento expressivo de sinais de adoecimento mental entre enfermeiros, sobretudo aqueles atuantes em serviços de urgência e emergência. A sobrecarga de trabalho, associada à vivência contínua de sofrimento humano, à pressão emocional cotidiana e à fragilidade do apoio institucional, contribuiu para o agravamento do sofrimento psíquico, ampliando a vulnerabilidade desses trabalhadores ao adoecimento mental (Moser et al., 2021). Revisões integrativas apontam que os profissionais de enfermagem estiveram entre os grupos mais suscetíveis ao adoecimento mental durante a pandemia, em razão da exposição prolongada a ambientes de alta complexidade e estresse emocional (Teixeira et al., 2021).

Além disso, evidências recentes indicam que a ausência de estratégias sistematizadas de cuidado em saúde mental voltadas aos profissionais da enfermagem durante a pandemia agravou esse cenário, reforçando sentimentos de desamparo, exaustão e invisibilidade profissional. A pandemia evidenciou, portanto, fragilidades estruturais no cuidado ao trabalhador da saúde, especialmente no que se refere à promoção da saúde mental e à valorização profissional (De Lima; De Lima, 2024). Diante desse contexto, torna-se fundamental analisar os impactos da pandemia da covid-19 na saúde mental dos enfermeiros atuantes nos atendimentos de urgência, buscando compreender a magnitude do adoecimento psíquico nesse período e subsidiar reflexões que contribuam para o fortalecimento de políticas e estratégias de cuidado voltadas à proteção da saúde mental desses profissionais.

OBJETIVO

Analisar os impactos da pandemia da covid-19 na saúde mental dos enfermeiros atuantes nos serviços de urgência, no Brasil, no período de 2019 a 2022.

METODOLOGIA

Estudo epidemiológico, descritivo e retrospectivo, realizado a partir de dados secundários do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), disponibilizados pelo DATASUS. Foram analisadas as internações por transtornos mentais e comportamentais (CID-10 F00–F99), segundo ano de atendimento, no período de 2019 a 2022, no Brasil.

Os dados foram obtidos por meio da plataforma TabNet, considerando as frequências absolutas e relativas, e analisados de forma descritiva, permitindo a identificação de tendências temporais ao longo do período estudado. A interpretação dos resultados foi realizada à luz do contexto da pandemia da covid-19 e de suas repercussões sobre a saúde mental, especialmente no âmbito dos serviços de urgência e emergência.

Destaca-se que os dados do SIH/SUS não discriminam a categoria profissional dos indivíduos internados; dessa forma, os achados foram analisados de maneira contextualizada, considerando evidências da literatura científica que apontam a enfermagem como uma das categorias mais expostas ao sofrimento psíquico durante a pandemia da covid-19. A interpretação e discussão dos dados foram complementadas pela análise de quatro artigos científicos previamente selecionados, que abordam a saúde mental de enfermeiros atuantes em serviços de urgência durante a pandemia da COVID-19, possibilitando a contextualização dos achados epidemiológicos.

Por se tratar de dados de domínio público e acesso irrestrito, não houve necessidade de submissão do estudo a um Comitê de Ética em Pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados provenientes do Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS) evidencia mudanças expressivas no perfil das internações por transtornos mentais e comportamentais ao longo do período estudado, especialmente a partir do início da pandemia da covid-19. No ano de 2019, considerado período pré-pandêmico, foram registradas 12.615 internações, correspondendo a 2,06% do total analisado, o que sugere um cenário de menor impacto relacionado ao adoecimento psíquico em comparação aos anos subsequentes.

Com o advento da pandemia, em 2020, observa-se um aumento abrupto desses registros, totalizando 180.014 internações, o que representa 29,44% do total. Esse crescimento coincide com o período de maior instabilidade nos serviços de saúde, marcado pela superlotação das unidades de urgência e emergência, escassez de recursos humanos e materiais, além da exposição contínua dos profissionais de enfermagem a situações de risco, medo de contaminação e incertezas quanto à evolução da doença. Esse contexto favoreceu o agravamento da sobrecarga psíquica, refletindo diretamente nos indicadores de saúde mental.

No ano de 2021, os dados demonstram a manutenção da tendência de crescimento, com o registro

de 205.000 internações, correspondendo a 33,53%. Esse período caracteriza-se pela persistência da crise sanitária, prolongamento das jornadas de trabalho e acúmulo de experiências emocionalmente desgastantes, como a vivência frequente de óbitos e a pressão por decisões rápidas em cenários críticos. Segundo Ferreira et al. (2020), a exposição contínua a esses fatores contribui significativamente para o desenvolvimento de sintomas como ansiedade, estresse intenso, depressão e esgotamento emocional entre enfermeiros atuantes em serviços de emergência.

Em 2022, mesmo com a redução progressiva dos casos graves de covid-19 e a flexibilização de medidas restritivas, os dados revelam a permanência de números elevados de internações por transtornos mentais, totalizando 213.694 registros, o que corresponde a 34,96% do total analisado. Esse achado sugere que os impactos psicológicos da pandemia não se limitaram ao período mais crítico da crise sanitária, mas se estenderam ao longo do tempo, possivelmente relacionados aos efeitos cumulativos do estresse crônico e da sobrecarga emocional vivenciada nos anos anteriores. Estudos apontam que, mesmo após a redução da pressão assistencial, muitos profissionais da saúde continuaram apresentando sinais de sofrimento psíquico, como dificuldades de adaptação, sintomas depressivos e ansiedade persistente (Moser et al., 2021).

De modo geral, os resultados demonstram um crescimento progressivo das internações por transtornos mentais e comportamentais no período pandêmico e pós-pandêmico imediato, evidenciando o impacto significativo da covid-19 sobre a saúde mental dos profissionais de enfermagem. Esses achados reforçam a compreensão de que a atuação em serviços de urgência e emergência, associada a condições de trabalho adversas e à insuficiência de estratégias institucionais de apoio psicológico, contribuiu para o agravamento do adoecimento mental, tornando evidente a necessidade de ações contínuas de promoção da saúde mental e valorização desses trabalhadores no âmbito do sistema de saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada evidencia que a pandemia da covid-19 exerceu impactos significativos e duradouros sobre a saúde mental dos enfermeiros atuantes nos serviços de urgência, especialmente no período de 2019 a 2022. A intensificação da sobrecarga psíquica observada nesse contexto esteve diretamente relacionada às condições adversas de trabalho, à elevada demanda assistencial, ao medo constante da contaminação, à escassez de recursos e à vivência contínua de situações de sofrimento, morte e perdas no ambiente laboral. Os achados demonstram que o adoecimento mental desses profissionais não pode ser compreendido como um fenômeno isolado ou circunstancial, mas como resultado de um cenário estrutural de fragilidades no sistema de saúde, agravado pela crise sanitária.

A exposição prolongada ao estresse ocupacional contribuiu para o aumento de manifestações como ansiedade, depressão, estresse e esgotamento emocional (Souza et al., 2022), comprometendo não apenas o bem-estar dos enfermeiros, mas também a qualidade da assistência prestada. Dessa forma, o estudo responde ao objetivo proposto ao evidenciar que a pandemia intensificou o sofrimento psíquico entre enfermeiros nos atendimentos de urgência, reforçando a



urgência de estratégias institucionais voltadas à promoção da saúde mental desses trabalhadores. Torna-se fundamental investir em políticas de cuidado psicológico contínuo, valorização profissional, condições adequadas de trabalho e fortalecimento das redes de apoio, de modo a reduzir os impactos do adoecimento mental e garantir a sustentabilidade da força de trabalho em enfermagem, especialmente em contextos de crises sanitárias futuras.

NECROPOLÍTICA E SOFRIMENTO INDÍGENA: O SUICÍDIO COMO EXPRESSÃO DA VIOLÊNCIA COLONIAL

Débora Aparecida da Silva

Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Maurício de Nassau - UNINASSAU, Caruaru PE.

Guilherme Sousa de Sales

Graduado em História pela Universidade de Pernambuco - UPE, Nazaré da Mata PE.

RESUMO: O suicídio entre povos indígenas no Brasil configura-se como um problema social e de saúde pública, diretamente relacionado a processos históricos de colonização, expropriação territorial, racismo estrutural e negligência estatal. Este estudo tem como objetivo analisar o suicídio entre povos indígenas no Brasil a partir de uma perspectiva crítica, considerando os determinantes históricos, sociais, territoriais e simbólicos que impactam a saúde mental dessas populações. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão narrativa de literatura, fundamentada em artigos científicos das áreas da Psicologia e das Ciências Sociais, relatórios e notas técnicas do Conselho Federal de Psicologia, documentos de órgãos oficiais sobre saúde indígena, produções culturais do grupo Brô MC's, além de referenciais teóricos críticos, como a necropolítica de Achille Mbembe, cujos achados evidenciam que o suicídio entre povos indígenas no Brasil não pode ser compreendido como um fenômeno individual, mas como expressão coletiva da violência estrutural, da colonialidade e da necropolítica estatal, que violam o direito ao bem viver e impactam profundamente a saúde mental indígena. A discussão evidencia que abordagens individualizantes e hegemônicas são insuficientes para compreender o suicídio indígena, destacando a centralidade do território, da cultura e das identidades coletivas. Conclui-se que o enfrentamento desse fenômeno exige políticas públicas interculturais, valorização dos saberes ancestrais e a superação de narrativas coloniais que invisibilizam os povos indígenas.

PALAVRAS-CHAVE: Saúde de Populações Indígenas; Racismo Sistêmico; Psicologia Social.

INTRODUÇÃO

Os povos indígenas, presentes no território brasileiro, têm seu direito ao bem viver afetado por diversas formas de violência, pela exploração exacerbada dos recursos naturais e pela falta de assistência por meio de políticas públicas. Essa negligência se expressa na precarização do cuidado em saúde mental, na educação, no enfrentamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas e, sobretudo, na ausência de regularização de suas terras. Nesse cenário, o Estado ao desconsiderar a ancestralidade e a ocupação histórica dessas populações, atenua o sofrimento psíquico coletivo dos povos originários, comprometendo a dignidade de expressão de suas culturas e modos de existir (CFP, 2024).

Nesse contexto, o suicídio entre povos indígenas no Brasil constitui-se como um problema social e de saúde pública, revelando profundas desigualdades históricas, estruturais e simbólicas. Trata-se de um fenômeno que não pode ser analisado de forma individualizada ou descontextualizada, uma vez que está diretamente relacionado a processos históricos de colonização, expropriação territorial, racismo estrutural e negligência estatal.

Considerando o contexto histórico-político atual brasileiro, marcado simultaneamente por avanços nas lutas dos povos originários e por retrocessos no campo legislativo, torna-se fundamental analisar o fenômeno do suicídio indígena a partir da perspectiva da necropolítica. Essa abordagem possibilita compreender de que maneira o processo histórico de colonialidade e violência estrutural atravessa tanto o campo da psicologia quanto o campo político, incidindo diretamente sobre a constituição subjetiva e as condições de vida de diferentes etnias. Nesse sentido, a ausência de consensos efetivos na implementação dos direitos indígenas evidencia a permanência de estruturas que produzem a morte simbólica e material desses povos, conforme destaca o filósofo indígena Ailton Krenak: “A nossa Constituição tem um capítulo destinado aos direitos dos índios. Mas o consenso não houve para além daquele momento.”

OBJETIVO

Analisar o suicídio entre povos indígenas no Brasil a partir de uma perspectiva crítica, considerando os determinantes históricos, sociais, territoriais e simbólicos que impactam a saúde mental dessas populações.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo revisão narrativa de literatura. O estudo foi desenvolvido a partir da análise de produções acadêmicas, documentos institucionais e obras culturais que abordam o suicídio indígena, a saúde mental, o direito ao bem viver e as violências históricas e estruturais vivenciadas pelos povos indígenas no Brasil. As buscas foram realizadas nas bases de dados SciELO, Google Acadêmico e no acervo do Conselho Federal de Psicologia, utilizando palavras-chave relevantes da área, tais como: “suicídio”, “populações indígenas”, “saúde mental” e “violência estrutural”.

Ao todo, foram identificados nove trabalhos, dos quais cinco foram selecionados para compor a análise final, após leitura dos títulos, resumos e verificação de adequação aos objetivos do estudo. Também foram incluídas obras teóricas pertencentes ao acervo pessoal dos pesquisadores, selecionadas em razão de sua relevância conceitual e de sua contribuição crítica para a temática investigada.

Foram considerados referenciais teóricos da Psicologia, das Ciências Sociais e da Filosofia Política, abrangendo textos clássicos e contemporâneos, como a teoria das necessidades humanas de Maslow (1943), o conceito de necropolítica de Achille Mbembe (SANTOS, 2024), a filosofia indígena de Ailton Krenak (2022), as reflexões de Calligaris (2019) sobre a prática psicológica frente a formas de existir que escapam ao dito padrão, as Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) junto aos povos indígenas (CFP, 2024), bem como produções culturais do grupo

Brô MC's. Esses materiais contribuíram para a compreensão do fenômeno em sua dimensão coletiva, histórica e sociopolítica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesse sentido, trazendo a teoria das necessidades humanas de Maslow (1943) para análise, embora tenha sido formulada a partir de uma perspectiva ocidental e individualizante, sua leitura crítica permite problematizar os impactos da violação sistemática das condições de vida sobre a saúde mental indígena. Nesse contexto, a lógica hierárquica proposta por Maslow (1943) mostra-se limitada, uma vez que a terra, geralmente compreendida como necessidade básica, constitui simultaneamente um elemento central de identidade, pertencimento e sentido de existência, aproximando-se do que, na teoria, corresponderia à autorrealização. A ruptura com o território, portanto, não representa apenas a negação de condições materiais de sobrevivência, mas a destruturação de dimensões simbólicas, culturais e coletivas fundamentais para o bem viver, de modo que a violação das necessidades consideradas básicas compromete diretamente a construção da identidade e dos projetos de vida coletivos, produzindo sofrimento psíquico que não pode ser explicado por uma lógica linear ou individual.

Quando a Psicologia se apoia exclusivamente na hegemonia teórica europeia, desconsiderando o contexto do sujeito e o sofrimento de seu coletivo, abre-se espaço para a perpetuação do sofrimento desses povos. A atuação psicológica em contextos indígenas deve, portanto, considerar os saberes ancestrais, os costumes, as tradições e as práticas da medicina indígena de cura, que fazem sentido para sua forma de existir, mantendo-se aberta às diversas manifestações culturais presentes nesses territórios (Calligaris, 2019). A intervenção de grupos conservadores nessas áreas tem ocasionado a perda de línguas e raízes culturais, impondo a cultura hegemônica, o que se configura como um dos fatores associados ao aumento de casos de suicídio, assassinatos, uso abusivo de substâncias e à medicalização de suas vidas e espiritualidade (CFP, 2024).

A naturalização da violência nas aldeias indígenas, especialmente diante da não mobilização do Estado brasileiro frente a essas violações, individualiza o sofrimento psíquico dos povos originários, atribuindo-lhe uma responsabilidade exclusivamente individual. Esse processo leva essas populações a serem forçadas a se adaptar às intervenções criminosas em seus territórios, comprometendo diretamente o seu bem viver. As elevadas taxas de suicídio entre os povos indígenas não devem ser compreendidas como consequências individuais, mas como parte do genocídio historicamente sofrido por essa população, uma vez que tais violências estão intrinsecamente relacionadas à exploração de suas terras, à negação de suas tradições e costumes e às mortes de integrantes de seu povo (CFP, 2024).

Nesse cenário, produções culturais indígenas, como a obra musical do grupo Brô MC's, assumem papel central ao denunciar essas violências e ao reafirmar identidades, valores ancestrais e formas próprias de resistência. A letra da canção “Todas as Tribos (Tupã)” apresenta um retrato direto e crítico da realidade vivida por diversas comunidades indígenas, denunciando o descaso de governantes, empresários e setores da sociedade não indígena, que apenas reconhecem esses

povos quando há interesses econômicos, turísticos ou acadêmicos envolvidos. No trecho “Não quero tua esmola nem a sua dó / Minha terra não é pó / Meu ouro é o barro, onde piso, onde planto”, observa-se uma rejeição explícita à lógica assistencialista e colonial, que reduz os povos indígenas à carência material, desconsiderando a centralidade do território, da terra e da coletividade em seus modos de vida.

Outro ponto central da letra refere-se à crítica à atuação de determinados pesquisadores que adentram as comunidades indígenas com o objetivo de “tentar entender o porquê do suicídio”, sem estabelecer relações éticas, colaborativas ou de retorno social. Ao afirmar que esses sujeitos “são tão culpados como os que antes aqui chegaram”, o grupo estabelece uma continuidade entre as violências coloniais do passado e as práticas contemporâneas que, embora revestidas de neutralidade científica, reproduzem a exploração e o distanciamento em relação às realidades indígenas. Essa crítica dialoga diretamente com os dados apresentados por Fontanetto (2023), segundo os quais a taxa de suicídio entre indígenas no Brasil é quase três vezes maior do que a da população geral, evidenciando a gravidade da situação e a insuficiência de abordagens meramente descritivas.

Estudos como o artigo “Desigualdades na mortalidade por suicídio entre indígenas e não indígenas no estado do Amazonas” demonstram que essa discrepância está relacionada a fatores estruturais, como a precariedade no acesso aos serviços de saúde, a ausência de políticas públicas interculturais e o desrespeito às especificidades socioculturais dos povos indígenas. Dessa forma, compreender o suicídio indígena exige considerar os impactos contínuos da marginalização social, da perda territorial e da violência simbólica, evitando interpretações que culpabilizam os indivíduos ou desconsideram seus contextos históricos.

A discussão sobre a necropolítica indígena contribui para aprofundar essa análise, ao evidenciar como o Estado brasileiro historicamente decide quais vidas são passíveis de proteção e quais podem ser descartadas. Conforme fundamentado a partir das contribuições de Achille Mbembe, a negligência diante do aumento dos casos de suicídio indígena, somada à demora na demarcação de terras e à permissividade frente à exploração econômica dos territórios, configura uma política de morte que afeta diretamente a saúde mental e o futuro das comunidades indígenas.

Nesse sentido, o debate proposto por Silva (2023) em Quem disse que “os índios estão acabando”? Respostas indígenas ao discurso do “fim dos índios” no ensino de História contribui de maneira significativa para a compreensão das violências simbólicas que atravessam os povos indígenas e impactam diretamente sua saúde mental. Ao analisar como o discurso do “fim dos índios” é reproduzido no ensino de História e no imaginário social, a autora evidencia que tais narrativas reforçam a negação da existência contemporânea dos povos indígenas, deslegitimando suas identidades, saberes e lutas. Essa constante tentativa de apagamento simbólico atua como uma forma de violência estrutural, que fragiliza os vínculos identitários e comunitários, especialmente entre jovens indígenas, podendo intensificar sentimentos de não pertencimento e desesperança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, este estudo permitiu compreender o suicídio entre povos indígenas no Brasil a partir de uma perspectiva crítica, evidenciando-o como um fenômeno profundamente relacionado a determinantes históricos, sociais, territoriais e simbólicos que impactam diretamente a saúde mental dessas populações. Nesse sentido, o enfrentamento do suicídio indígena exige o reconhecimento das desigualdades historicamente produzidas e das violências estruturais que atravessam os modos de vida desses povos. O cuidado em saúde mental, portanto, deve estar orientado pelo fortalecimento das identidades culturais, pela valorização dos saberes ancestrais e pela escuta ativa das vozes indígenas, reconhecendo seu protagonismo, resistência e direito à autodeterminação. Ao romper com narrativas coloniais que negam a existência e a legitimidade dos povos indígenas, torna-se possível construir práticas e políticas de cuidado comprometidas com o respeito à diversidade cultural e com a promoção efetiva do bem viver.